

Revista Científica

ESPAÇO ACADÊMICO

MULTIVIX

REVISTA CIENTÍFICA ESPAÇO ACADÊMICO

Volume 13, número 2

SERRA

2023

EXPEDIENTE

Publicação Semestral

ISSN 2178-3829

Temática: Multidisciplinar

Capa

Marketing Faculdade Multivix Serra

Elaborada pela Bibliotecária Alexandra B. Oliveira CRB06/396

Revista Espaço Acadêmico/Faculdade Multivix SerraSerra:

(Jul./Dez. 2023).

Semestral

ISSN 2178 - 3829

1. Produção Científica – Faculdade Multivix Serra

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

Correspondências

Coordenação de Pesquisas Faculdade Multivix Serra

Rua Barão do Rio Branco, 120, Colina de Laranjeiras, Serra/ES | 29.167-183

FACULDADE MULTIVIX SERRA**DIRETOR EXECUTIVO**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

DIRETORA ACADÊMICA

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Bom Costalonga

DIRETOR GERAL

Leandro Siqueira Lima

COORDENADOR ACADÊMICO

Tatiana de Oliveira Campos – Coordenadora presencial

Michelle Oliveira Menezes Moreira – Coordenadora EaD

COMISSÃO EDITORIAL

Alexandra Barbosa Oliveira

Gabrielly Altoé Lefler

Cecília Montibeller Oliveira

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

BIBLIOTECÁRIA

Alexandra Barbosa Oliveira

SUMÁRIO

A EVOLUÇÃO DA MULHER E O MERCADO DE TRABALHO 4

Gilvan da Mota João, Mábila Henriques da Rocha da Rosa, Thiago Martins de Souza.

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE BIOLOGIA 27

Camila de Nazareth Marchiori Oliveira, Filipe Gonçalves Costa, Jaqueline Borchat e Vanessa Oliveira da Silva.

A INSERÇÃO DOS JOVENS NA CRIMINALIDADE EM RAZÃO A INEFICIÊNCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....44

Andreia do Espírito santo Gonçalves, Ismael Corrêa da Silva Maria Luiza Mariano Cezar e Nayara Margia Gama.

DESEMPENHO FINANCEIRO DA RAIA DROGASIL DURANTE A PANDEMIA.....68

Ana Paula Simões Lopes Dos Santos, Khetily Moura de Silva , Patrícia Endringer e Priscila Alves de Freitas.

O RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO E A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS COMO ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM 86

Roberta Layra Mendes Pimentel, Marieli Zava Corrêa Breda e Cecília Montibeller Oliveira

SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....97

Cecilia Marques Novais, Eyshila Domingues da Luz e Mary Stela Surdine.

VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR: OS IMPACTOS NOS ALUNOS115

Natalia Rizo Lacerda, Rafaela Barros Rocha, Vanessa Rodrigues dos Santos e Luana Bastos do Nascimento Rosa.

A EVOLUÇÃO DA MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

Gilvan da Mota João¹, Mábila Henriques da Rocha da Rosa¹, Thiago Martins de Souza¹. Prof. Paulo de Tarso Lopes².

1-Acadêmicos do curso de licenciatura em História pela Multivix – Serra.

2-Mestre em Relações Étnico Raciais pelo CEFET/RJ; Especialista em Psicopedagogia pela UNICIDADE; Licenciado em História UNIASSELVI e Bacharel em Serviço Social pela UFES. Professor do curso de licenciatura em História na faculdade Multivix – Serra.

Resumo

O presente artigo, guiado pelo seguinte problema: “qual foi o papel da mulher no desenvolvimento do trabalho?”, tem como objetivo apresentar uma historicização do trabalho feminino nos diversos modos de produção desde a antiguidade até modernidade e como se desenvolveu a sua inserção no mercado de trabalho com o advento do capitalismo industrial. Além disso, busca apresentar um panorama da situação das mulheres e grupos específicos de mulheres (mães solo, deficientes, afrodescendentes e lésbicas) no mercado de trabalho no século XX. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, como livros de referência e artigos científicos que abordassem o tema pesquisado, além de dados estatísticos desses materiais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Subsidiou essa pesquisa autores como: Silva e Ratts (2023), Garcia e Moreira (2020), Queiroz e Souza (2020), Garcia (2009), Costa (2005), entre outros autores. O objetivo foi alcançado na medida que essa proposta apontou como as mulheres de fato enfrentaram e enfrentam óbices sociais para inserirem-se no mercado de trabalho. Torna-se indispensável repensar a história feminina para fins de promoção efetiva da cidadania de pessoas do gênero feminino.

Palavras-chave: mulher, mercado de trabalho, trabalho, século XX.

INTRODUÇÃO

Essa proposta vem como resultado de estudos originados numa metodologia qualitativa, de cunho bibliográfico, na qual possibilitou navegar pela história das mulheres, cuja categoria básica foi o mercado de trabalho. Tomamos por problema a seguinte questão: qual papel da mulher no desenvolvimento do trabalho? Para responder essa questão foi importante navegar pela historicização feminina no trabalho, adentrando espaços da antiguidade e avançando no século XX.

Foi de fundamental importância trabalhar o século XX, com resultados profícuos diante da omissão do trabalho feminino em todas as categorias ao longo da historicidade brasileira. Os resultados indicaram um aspecto peculiar

do trabalho feminino e um esforço sistemático do capitalismo em tornar recôndito essa questão, num viés de manutenção do conservadorismo e dos interesses masculinos, demandando um fortalecimento do movimento feminista e união feminina em prol de novos direitos. Também a demanda de intensificação de pesquisas sobre o trabalho feminino afro-brasileiro, numa perspectiva de fortalecimento dessa categoria.

Subsidiaram essa pesquisa autores como: Silva e Ratts (2023), Garcia e Moreira (2020), Queiroz e Souza (2020), Garcia (2009), Costa (2005) entre outros autores que contribuíram para execução dessa pesquisa. Nosso objetivo foi alcançado, na medida que essa proposta aponta como as mulheres de fato enfrentaram e enfrentam óbices sociais para inserirem-se no mercado de trabalho, sendo indispensável um repensar a história feminina para fins de promoção efetiva da cidadania de pessoas do gênero feminino, independente de raça, credo, orientação sexual, entre outras categorias.

1. POR UMA HISTORICIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

O século XX, consoante Hobsbawn (1995) foi marcado por uma série de guerras. A evolução tecnológica tornou esse período breve, mesclando formação e ampliação da pobreza e acumulação do capital por alguns poucos em âmbito internacional. Entre a primeira e segunda décadas deste século podemos citar: Guerra Russo-japonesa (1904 – 1905), Guerra dos Balcãs (1912 – 1913), Guerra do Contestado (1912 – 1916), I Guerra Mundial (1914 – 1918) e Revolução

Russa (1917) (HOBSBAWN, 1995).

A *Belle Époque* do século XIX, contrastava o mundo entreguerras no mesmo período. Entre as duras consequências da I Guerra Mundial, a viuvez e a compulsoriedade de venda da força de trabalho impulsionaram a mulher a adentrar no mercado de trabalho. Outro fator importante a ser citado relacionado ao processo de emancipação da mulher nesse período foi o uso de roupas mais leves e a utilização de um meio de transporte alternativo, que foi a bicicleta (MELO, SCHETINO, 2009).

Consoante Garcia (2019), “as atividades produtivas das mulheres no

ocidente têm sido fundamentais para a manutenção e desenvolvimento dos núcleos familiares e de suas respectivas comunidades” (GARCIA, 2019, p. 127). A I Guerra Mundial possibilitou essa nova realidade para as mulheres, porque adentrar no mercado de trabalho não era apenas uma alternativa, mas uma condição para sobrevivência.

Essa contribuição feminina no trabalho, contudo, segundo a autora, deu-se historicamente tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito assalariado. Nesse viés, nota-se que enquanto estão sobre seus ombros responsabilidades laborativas na esfera familiar e econômica, que a literatura chama de tarefas reprodutivas e produtivas respectivamente (GARCIA, 2019; SILVA, COSTA, 2022; ALMEIDA, 2022). São franceses que pontuam a preocupação histórica de não separar o trabalho assalariado do trabalho doméstico:

Rose Marie Lagrave desenvolve uma reflexão acerca da educação e do trabalho feminino no século XX, na qual assinala persistência das mulheres nas posições mais desvalorizadas. O aumento atual na taxa de atividade das mulheres em toda a Europa deve-se em grande parte, à progressão de empregos precários, como o trabalho em tempo parcial = o uso do computador na própria residência, por exemplo, é hoje uma dessas modalidades. Estes trabalhos parciais são apresentados como sendo uma escolha, quando na verdade resultam de um constrangimento que lhes impede uma profissão em termos integrais. Um aspecto positivo desse tipo de análise é o de possibilitar a desmitificação das versões de uma história das mulheres calcada em sua proteção social no século XX (SOIHET, 1997, p. 287).

A autora destaca seu trabalho no qual ostenta a dupla jornada de trabalho de mulheres, que atuam tanto no âmbito doméstico, como na perspectiva produtiva, sendo identificados “[...] indolência, mau humor, entre outros [...] táticas utilizadas para afirmarem sua insatisfação” (SOIHET, 1997, p. 288).

Marx desenvolveu conceitos importantes para compreender a essência do que é o trabalho e sua relação com o homem. No centro da denominada Filosofia da Práxis, desenvolvida por Marx, está o trabalho humano, responsável por construir o homem como um ser social. (QUEIROZ; SOUZA, 2020). Segundo essa concepção, Garcia e Moreira (2020) afirmam:

É o trabalho que distingue o homem dos demais animais, fazendo-o humanizar a si e a natureza, imprimindo nela sua marca e produzindo nela modificações. A atividade teleológica exprime a liberdade humana

que transforma a natureza, inovando a realidade e criando o mundo no qual efetivamente vive (GARCIA; MOREIRA, 2020, p. 857).

O trabalho feminino sempre foi uma constante na história. Desde os primórdios tempos da humanidade as mulheres já possuíam responsabilidades reprodutivas e produtivas. A revolução agrícola, na era primitiva, teve a participação efetiva das mulheres. Com isso, graças à descoberta da agricultura por elas, a vida comunal passou por uma revolução e foi modificada de diversos modos (KNAPIK, 2005).

Com o avanço tecnológico resultando em excedentes agrícolas, iniciou-se o processo de formação de bens para consumo, surgindo assim o conceito de propriedade. Como resultado, começaram as guerras entre tribos vizinhas, em que a vencedora saqueava e explorava a terra e o trabalho da tribo perdedora. Têm-se aqui o embrião do sistema escravista (QUEIROZ; SOUZA, 2020).

O modo de produção asiático ou tributário, é um conceito proposto por Marx quando ele estudou “a maneira de organização de sociedades como as da China e da Índia” (KNAPIK, 2005, p. 08). É um modelo relevante porque, de acordo com a proposição da autora:

Este conceito ajuda a entender a transição de uma sociedade sem classe (comunal, primitiva) para outra constituída de classes, onde já existe a exploração do homem pelo homem, sem, contudo, existir a propriedade privada (apesar da organização comunitária continuar existindo, uma minoria se beneficia da exploração do trabalho coletivo) (KNAPIK, 2005, p. 8).

Esse modelo é caracterizado pela ausência do conceito de propriedade privada, embora já existisse um ideal de exploração. Isso decorre do fato de a sociedade ser estratificada e dividida em classes. De modo geral, eram sociedades divididas em nobreza, cidadãos livres (camponeses, artesãos, tecelões) e escravos. Segundo a autora, esse sistema de produção “não aconteceu só na Índia e China, mas também em outros lugares distantes, como por exemplo na Mesopotâmia, Egito e América Pré-Colombiana” (KNAPIK, 2005, p. 8).

Nesse modelo de produção, a mulher desempenhava função vital para o desenvolvimento das atividades laborativas, em especial a agricultura. Essa importância da mulher desde a antiguidade é destacada por Garcia (2019):

Uma fazenda sem uma mulher é impensável. Nos primeiros textos escritos sobre a agricultura, no século VII a.C, já se dizia que para um homem ser agricultor ele deveria ter pelo menos um boi e uma mulher. As camponesas constituem a maior parte da população feminina desde a antiguidade até século XIX, e em algumas áreas da Europa até ao século XX. São filhas e mulheres de camponeses, servas, diaristas ou escravas (nas sociedades onde a escravidão existia) (Garcia, 2019, p. 129).

O sistema escravista teve o seu ápice e surgimento como atividade econômica na Grécia Antiga, decorrente da organização do Estado. Nesse modelo, a produção de riqueza consistia na exploração do trabalho escravo (QUEIROZ; SOUZA, 2020). É importante ressaltar que nessa época a escravidão era predominantemente resultado de dívidas e espólios de guerra (KNAPIK, 2005), distinguindo-se da escravidão dos séculos XV – XVIII, resultado do pensamento econômico mercantilista, na era do que Karl Marx (1818 – 1883) chamava acumulação primitiva de capitais.

[...] não é verdade que a sociedade romana repousa sobre a escravidão; o sistema da grande propriedade cultivada por bandos de escravos foi, aliás, peculiar a certas regiões, sul da Itália ou Sicília: o escravagismo não é um traço essencial da antiguidade [...] é apenas uma das relações de produção agrícola, ao lado dos sistemas de meeiro e assalariado; algumas províncias praticamente ignoram a escravidão rural [...] (ARIÈS, DUBY, 1989, p. 63).

As tarefas domésticas realizadas pelas mulheres, no pensamento greco-romano, não eram reconhecidas como trabalhos que exigiam habilidade e treinamento, mas sim um atributo inerente à essência feminina (GARCIA, 2019). Segundo aponta Knapik (2005), “as mulheres não participavam das decisões nem tinham oportunidade de se dedicar às atividades artísticas e políticas” (KNAPIK, 2005, p. 41).

No que tange aos labores assalariados, a primeira atividade registrada como predominantemente feminina era a de carregar água (GARCIA, 2019). Martinez Lopez, citado por Garcia (2019), expõe como essa atividade estava totalmente ligada às mulheres e sua contribuição para o desenvolvimento do funcionamento das cidades:

As fontes devem ser destacadas como um dos lugares ligados ao coletivo das mulheres. A coleta de água é uma das tarefas femininas desde o início da vida urbana. Note-se a natureza coletiva da atividade em torno da água. A fonte significa para as mulheres o que a praça pública para os homens, um local de encontro para trocar opiniões e notícias. É um lugar público, mas principalmente feminino e, portanto,

ligado ao trabalho. No mesmo sentido, devemos analisar as lavanderias ou as oficinas de fios e tecelagem. (MARTINEZ LOPEZ, apud GARCIA, 2019, p. 130).

No modo de produção feudal, a riqueza era produzida pelos camponeses (classe trabalhadora), sujeitos às terras dos nobres, que os exploravam e ficavam com a maioria dos bens produzidos (QUEIROZ; SOUZA, 2020). O avanço das técnicas agrícolas propiciou o aumento da produção. Nesse cenário de crescente produtividade agrícola, surgiu o mercado, que consistia num “espaço físico, onde, semanalmente, realizava-se a troca de produtos excedentes” (KNAPIK, 2005, p. 50). Nesse ambiente, segundo Garcia (2019), as mulheres também desempenhavam atividades laborativas, tornando-se inclusive espaço de encontro de mulheres de diversas classes.

Outro espaço público relacionado ao trabalho das mulheres é o mercado, onde elas administram as barracas de legumes, aves etc. como vendedoras dos produtos do campo, que elas mesmas cultivam, cuidam e elaboram. [...] Os mercados, com mulheres vendedoras, compradoras, mulheres das classes menos favorecidas e, por vezes, das classes mais altas, são um local de trabalho, mas também de reunião e informação das mulheres (GARCIA, 2019, p. 130).

Na modernidade, o modelo capitalista amplia as diferenças entre homem e mulher, ampliando a discriminação crescente. Silva et. al (2005) pontua que apenas o modelo masculino era reconhecido como padrão de sexualidade. Foi com a ascensão do capitalismo que a discriminação contra a mulher se tornou pujante (SILVA et al, 2005). Nesse sistema, segundo Silva (2019), as mulheres estão sujeitas à dupla exploração, a de gênero e a de classe (SILVA, 2019).

É nesse contexto de desvantagem e de aproveitamento abusivo do trabalho assalariado e doméstico que as mulheres se inserem no mercado de trabalho (SILVA, 2019). Como resultado dessa sobrecarga extenuante e extremamente desigual de conciliação entre as atividades assalariadas e domésticas, que é utilizada como justificativa para relegar às mulheres as melhores posições, cargos e funções no mercado de trabalho. Nesse cenário de exploração, iniciou-se um incipiente movimento de busca por igualdades de direitos entre homens e mulheres que terá seu ápice no século XX com o advento do movimento feminista.

2. FEMINISMO E MERCADO DE TRABALHO

Segundo Lima e Carvalho Júnior (2017), “o termo feminismo foi empregado primeiramente por volta de 1911, nos Estados Unidos” (LIMA; CARVALHO JUNIOR, 2017, p. 10) em substituição as “expressões usadas no século XIX”, tais como “movimento das mulheres e problemas das mulheres” (LIMA; CARVALHO JUNIOR, 2017, p. 10) para descrever um novo movimento na extensa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres.

Nesse contexto, Zirbel (2021) divide o movimento feminista global em três ondas (ZIRBEL, 2021). Acerca da primeira onda, que possui valor intrínseco por ter sido o propulsor do movimento, a autora destaca:

A primeira grande onda feminista, de um ponto de vista mais global, é identificada com os movimentos em massa de mulheres que irromperam na cena pública de vários países no final do século XIX e início do século XX, identificados com a luta pela isonomia e pelo sufrágio (voto). Tal identificação é correta, mas, igualmente, reducionista, uma vez que deixa de apontar a riqueza das pautas e lutas de inúmeros grupos de mulheres daquele período (ZIRBEL, 2021, p. 12).

No sentido de apresentar uma definição de feminismo, Alves e Pitanguy (1985), afirmam:

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. [...] O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. [...]

Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar etc. (ALVES; PITANGUY, 1985, pp. 9-10)

Assim, o feminismo se estrutura como movimento político-social. Político porque promove mudanças na sociedade, à medida que as mulheres conquistam liberdades e social porque resulta na conscientização de que por muito tempo estiveram sob “opressão, dominação e exploração” (GARCIA apud COUTO; DITTRICH, 2017, p. 149) dos homens, condição social conhecida como patriarcado.

No Brasil, a segunda onda do feminismo nasce com o advento do golpe militar de 1964. Essa onda do movimento é marcada pela luta das mulheres contra o regime ditatorial que silenciou e massacrou os movimentos sociais, inclusive os das mulheres. Costa (2005) chama essa segunda onda de “o feminismo da

resistência” (COSTA, 2005, p. 4). Segundo a autora, o embate promoveu avanços para o movimento, propiciando tratar e avançar em pautas antes inimagináveis (COSTA, 2005).

o movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda, educação de filhos etc., apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica (COSTA, 2005, p. 5).

A terceira onda do feminismo no Brasil foi caracterizado pelos desafios de inserção das mulheres na política institucional do Estado pós fim do regime militar, a qual era marcada predominantemente pela presença masculina. Nessesentido, na luta contra o aparelhamento patriarcal ainda vigente nas estruturas do Estado, Costa (2005) destaca:

Caberia, ao feminismo, enquanto movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero (COSTA, 2005, p. 7).

Dessa forma, o feminismo reconhece no Estado a capacidade de, por meio “das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas” (COSTA, 2005, p. 7), ser um agente que ajudará o movimento na promoção de “transformação da condição feminina” (COSTA, 2005, p. 7).

Vitórias femininas são obtidas com o apoio do movimento feminista, que começou a ganhar força, se estruturar e desenvolver suas teorias. Dentre as várias vertentes do pensamento feminista pela luta de igualdade de gênero no trabalho, tem-se a de matriz marxista que enxergava uma dupla opressão sobre as mulheres. De um lado o “Estado capitalista, naturalmente opressor” e, por outro lado, a “sociedade como um todo, no que tange à discriminação laborativa” (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, p. 297).

Esses fatores opressivos, que limitam às mulheres o exercício de

atividades laborativas tidas apenas como masculinas, minam suas chances de ascensão profissional, de igualdade de direitos e salários e de desenvolvimento pessoal. A opressão e a discriminação, fruto da divisão sexual do trabalho, ao chegarem nesse patamar são entendidas pela teoria feminista como um tipo de violência contra a mulher, que Siqueira e Samparo (2017, pp. 308-309) chamam de “violência simbólica”. Para os autores, esse tipo de violência é tão grave que resulta numa violação dos direitos humanos por ofender o direito à igualdade e à “garantia de qualquer pessoa [de] laborar em um local sem discriminação” (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017, pp. 308).

Apesar das conquistas, o movimento feminista e a sociedade civil ainda precisam enfrentar preconceitos velados e mascarados de pretensa valorização do trabalho feminino, resquício do antigo sistema patriarcal.

3. AS CONQUISTAS FEMININAS NO SÉCULO XX E O MERCADO DE TRABALHO

Nossa pesquisa foi do tipo qualitativa, uma vez que “[...] não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 79), do tipo bibliográfica, visto que procura “[...] explicar um problema a partir de referências teóricas [...]” (CERVO; BARVIAN, 2002, p. 65), sendo escolhido para fins dessa pesquisa o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), trabalhando com as seguintes variáveis em relação ao mercado de trabalho para mulheres no século XX:

- a) Mulheres em sua forma genérica;
- b) Mulheres que chefiam famílias;
- c) Mulheres com deficiência;
- d) Mulheres afro-brasileiras;
- e) Mulheres lésbicas.

Para tratar a mulher de modo generalizado a CAPES disponibilizou 56 (cinquenta e seis) artigos, uma dissertação, já pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há uma fonte de pesquisa realizada em 2018, que aponta algumas informações generalizadas sobre a mulher brasileira:

- a) Proporção de mulheres inseridas no mercado de trabalho em horário

- parcial é de 28,2%;
- b) Apenas 31,9% das mulheres ocupam cargos gerenciais, seja no setor público, seja no setor privado;
 - c) Entre as mulheres brancas, 23,5% têm curso superior, enquanto 10,4% das mulheres afro-brasileiras (pretas, ou pardas) possuem curso superior completo;
 - d) As mulheres dedicam 73% de horas a mais que homens nos serviços domésticos, as afro-brasileiras ampliam esse percentual, somando 18,6 horas a mais no cuidado com os afazeres domésticos;
 - e) Em termos de salários, as mulheres continuam recebendo $\frac{3}{4}$ a menos em relação aos homens, enquanto elas recebem em média R\$ 1.764,00 (mil setecentos e sessenta e quatro reais), eles recebem em média R\$ 2.306,00 (dois mil trezentos e seis reais) por mês.

Estes dados foram atualizados pelo IBGE em 2018. No século XX, selecionamos um texto, de Maria Cristina Aranha Bruschini, doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e graduada em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Maria Rosa Lombardi, pós-doutorado em Ciência Política pela UNICAMP, doutora e mestre em Educação pela mesma instituição e graduada em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo, com título: *Instruídas e Trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX*.

A pesquisa supracitada teve por base informações do IBGE, analisando dados dos anos 90, do século XX, as autoras apontam que a mulher sempre teve um papel de pouco valor quando comparadas ao homem, destacam ainda que, apesar de várias conquistas das mulheres, ainda há muito o que se fazer para que de fato a igualdade de gêneros seja alcançada conforme o objetivo da pesquisa.

Mesmo com o grau de instrução maior que o do homem, as mulheres ainda não alcançaram a igualdade no que diz respeito ao mercado de trabalho, pois diariamente sofrem discriminação quando exercendo alguma função que antes era restrita apenas ao homem, e o seu salário é sempre menor quando comparado ao sexo oposto, mesmo quando ambos têm a mesma profissão e fazem trabalho de igual valor (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002).

Outro texto encontrado foi o de Ariele Chrisostomo da Silva, estudante do

curso de Direito na Faculdade Evangélica Raízes em Goiás e Cristina Alves Moreira, especialista em direito público pela faculdade FAVEI, pós-graduanda em Direito Constitucional Aplicado e Direito Previdenciário pela faculdade Legale e bacharel em Direito pela Faculdade Evangélica Raízes em Goiás, que no texto “*A Condição Social da Mulher na História do Brasil Contemporâneo*”, retratam o comportamento submisso em que a mulher é submetida ao longo do tempo, desde o início do século XX até a atualidade. Para as autoras, desde os primórdios as mulheres sofrem discriminação pelo simples fato de serem do sexofeminino, podemos ver isso no decorrer do texto que apresenta os vários tipos de desigualdades nas relações de gêneros, em que a mulher sempre é a mais prejudicada, e sempre colocada à margem da sociedade.

Criada para cuidar apenas dos afazeres domésticos, por muito tempo foram impedidas de realizarem algum tipo de trabalho remunerado, o que ocasionou a insatisfação de parte dessas mulheres que buscaram através de muitas lutas, garantirem algum direito enquanto cidadãs. Nesse contexto, o feminismo surgiu a fim de mudar a realidade feminina diante do machismo e das desigualdades que havia e ainda existem na sociedade (SILVA; MOREIRA, 2020).

Seguindo a sequência de categorias, passamos às mulheres caracterizadas por serem mães solas, comumente chamadas de “mães solteiras”. Entre os dias 01 e 03 de outubro de 2023, foram realizadas pesquisas por artigos científicos que abordassem essa temática. Numa primeira busca, foram utilizados os seguintes descritores da forma como se segue: “mães solteiras mercado de trabalho século XX”. Para esses termos, não foi encontrado nenhum artigo ou outro trabalho científico em língua portuguesa, apenas um artigo em espanhol. Quando substituído o termo “solteiras” para “solo” mantendo o restante da estrutura, nenhum resultado foi encontrado.

Assim, diante da falta de resultado, a restrição temporal “século XX” foi suprimida a fim de obter algum resultado. Mesmo com essa supressão, não foram encontrados artigos que tratassem especificamente sobre “mães solteiras” e sua relação com o mercado de trabalho, até mesmo em períodos recentes.

Cabe ressaltar que o texto de Bruschini e Lombardi (2002) aponta informações significativas sobre a questão das mães solteiras na última década do século XX:

[...] famílias chefiadas por mulheres que, em 98, chega a 26% do total das famílias brasileiras. Essas famílias estão mais bem representadas nos estratos mais pobres da população. Em 1998, 45% das chefes de família brasileiras eram pretas e pardas, e nessa mesma data, 14% tinham rendimentos inferiores a 1 salário mínimo (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2002, p. 163).

Foi detectado um artigo com tema mais aproximado a categoria mães solteiras, de autoria de Lize Borges Galvão (2023), intitulado “*Mãe Solteira Não. Mãe Solo! Considerações Sobre Maternidade, Conjugalidade e Sobrecarga Feminina*”. Todavia, conforme esperado, o trabalho não trata sobre a situação das mães solo no mercado de trabalho no século XX. O artigo em questão trata a situação das mulheres mães solo no âmbito legal e a apresentação de algumas conquistas emancipatórias no decorrer do século XX.

Nessa direção, foi possível formular uma hipótese que explique a inexistência de trabalhos científicos que abordem a situação das mães solas no mercado de trabalho no século XX, qual seja: a inexistência de trabalhos acadêmicos sobre mães solo e mercado de trabalho no século XX possivelmente explicada pela ausência de dados que não foram produzidos ao longo do período citado em razão do não reconhecimento, tanto pelo Estado como pela sociedade, das mães solo como uma forma de arranjo familiar com direitos iguais ao modelo tradicional, sendo, desse modo, marginalizadas e feitas invisíveis nesse período histórico, típico de uma sociedade conservadora e presa a ditames da filosofia positivista/ tecnicista.

Lize Borges Galvão é “especializada em Direito Civil pela Faculdade Baiana de Direito, mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador e doutoranda em direito pela Universidade Federal de Bahia” (GALVÃO, 2023, p. 1).

Conforme a autora demonstra, no século XX, as mulheres estavam submetidas às vontades dos pais ou maridos, quando casadas, além de terem seus direitos civis, sexuais e reprodutivos extremamente restringidos e controlados pela legislação vigente (GALVÃO, 2023). Nesse contexto, se a mulher casada, que estava dentro do padrão de conjugalidade estabelecido pelo Código Civil de 1916, já sofria pelas limitações legais e pela submissão irrestrita ao marido, sendo incluída “no rol de relativamente incapazes, precisando de autorização do marido para herdar, trabalhar, alienar imóvel, aceitar mandato,

litigarem juízo cível ou comercial, dentre outras limitações aos atos da vida civil” (GALVÃO, 2023, p. 4), muito mais vulneráveis e marginalizadas estavam as mulheres dessa época que eram mães solas.

Nesse contexto de opressão, a autora aponta que as primeiras conquistas emancipatórias que promoveram mais liberdades às mulheres, iniciando no ano de 1962, com a aprovação do Estatuto da Mulher Casada (lei nº 4.121/1962); posteriormente com a Emenda Constitucional do Divórcio (EC 9/77) e a Lei do Divórcio (lei nº 6.515/1977); com a promulgação da Constituição Federal de 1988, caracterizada principalmente por reconhecer a igualdade entre homem e mulher e, já no início do século XXI, o Código Civil de 2002, o qual ratificou as mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988 (GALVÃO, 2023).

Outra categoria pesquisada foram as mulheres deficientes. Entre os dias 18 e 23 de outubro de 2023, foram realizadas pesquisas por artigos científicos que abordassem essa temática. Numa primeira busca, foram utilizados os seguintes descritores da forma como se segue: “mulheres deficientes mercado de trabalho século XX”. Para esses termos, não foi encontrado nenhum artigo.

Diante da ausência de resultados, a marcação temporal “século XX” foi suprimida e o termo “pessoas” substituído por “mulheres”. Com essa supressão, obteve-se quatro artigos como resultado. Dentre eles, um se aproximava da proposta deste artigo. Trata-se do artigo *Mercado de trabalho e mulheres deficientes: um estudo exploratório sobre a empregabilidade no setor hoteleiro de Brasília – DF*, produzido por Donária Coelho Duarte, doutora e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Administração pela UFCS e Professora Associada da Universidade de Brasília; e Paula Divina da Cunha, graduanda em Gestão do Agronegócio pela Universidade de Brasília (UNB).

Conforme esperado, no entanto, o trabalho não trata sobre a situação das mulheres deficientes no mercado de trabalho no século XX. O trabalho traz uma pesquisa de campo realizada na rede hoteleira de Brasília e, por mais que não tenha sido informado o período da pesquisa, tendo vista a data da publicação – 2015 –, é possível afirmar que foi realizada no século XXI, fugindo do escopo da pesquisa em voga. Porém, o artigo apresenta uma informação importante que justifica a ausência de trabalhos científicos sobre esse grupo de mulheres.

Consoante é informado pelas autoras, as pessoas com deficiências em geral foram inseridas no mercado de trabalho brasileiro por meio do art. 93 da lei 8.213 de 24 de julho de 1991, que obriga empresas públicas e privadas com mais de 100 funcionários a contratarem de 2% a 5% do quadro de pessoal com pessoas que tenham algum tipo de deficiência (DUARTE; CUNHA, 2015). Nota-se, desse modo, que a inserção de pessoas deficientes no mercado de trabalho ocorre no final do século XX e por meio de uma imposição legal do Estado. Leva-se tempo, contudo, para que direitos recém conquistados sejam incorporados pela sociedade.

Assim, é possível afirmar que a inexistência de pesquisas e trabalhos científicos que tratem sobre as mulheres deficientes e o mercado de trabalho no século XX decorre da ausência de dados produzidos sobre esse grupo nesse período em razão da marginalização a qual estavam expostos, não tendo seus direitos de acesso ao mercado de trabalho reconhecidos antes da vigência da lei acima citada.

A categoria afro-brasileiras também teve óbices no processo de pesquisa, entre os dias 18 e 22 de outubro pesquisamos sobre mulheres afro-brasileiras no mercado de trabalho no século XX, usando os seguintes descritores como se segue: “mulheres negras mercado de trabalho século XX”, “Trabalho da mulher afro-brasileira no século XX”, “mercado de trabalho e discriminação”, “trabalho século XX negros no Brasil”. Como resultado, foi obtido aproximadamente 14 artigos sobre a mulher afro-brasileira no mercado de trabalho. Dentre eles, dois atendiam o propósito do trabalho.

Trata-se dos seguintes artigos: (1) *História das diferenças e das Desigualdades Revisitadas: Notas sobre Gênero, Escravidão, Raça e Pós-emancipação*, produzido por Marcelo Jorge de Paula Paixão, que possui pós-doutorado pela Princeton University (EUA), doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), bacharelado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de ser professor associado na The University of Texas - Austin; e Flávio dos Santos Gomes, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em História pela UNICAMP, bacharel em Ciências Sociais pela

Universidade Federal do Rio de Janeiro e licenciado em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). (2) *A Mulher Negra e o Trabalho Doméstico Nas Perspectivas de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento*, escrito por Ana Paula Melo da Silva, doutoranda pelo programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, licenciada e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas; e Alex Ratts, professor na Universidade Federal de Goiás nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e de pós-graduação em Antropologia, doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Geografia Humana pela USP e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Paixão e Gomes (2008), conforme informam, trilharam um caminho próprio na produção do artigo, aliado à pesquisa bibliográfica e análise de dados. Apresentaram suas reflexões sobre o papel das mulheres negras na sociedade com base em estudos históricos e temáticos (PAIXÃO; GOMES, 2008). Quanto a Silva e Ratts (2023), estes valeram-se também da pesquisa bibliográfica, abordando as principais contribuições do labor intelectual de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, antropóloga e historiadora, respectivamente, que escreveram entre os anos 1970 e 1980 sobre as mulheres negras no mercado de trabalho.

As mulheres em geral já sofrem um grande impacto na sociedade de forma pejorativa, um meio de discriminação, entretanto quando fala-se de mulheres negras, essa discriminação aumenta consideravelmente. A cor de pele é levada em consideração, associando-a, automaticamente, à sua classe social, que normalmente é a classe baixa ou extremamente baixa. Juntamente, esse estereótipo e preconceito é acompanhado com pensamentos retrógrados, como por exemplo, “se é negra é de comunidade”, “se é negra não pode estudar em escola boa”, entre outros (PAIXÃO; GOMES, 2008).

No comércio, por exemplo, a imagem sempre buscada como padrão, era da mulher branca, de preferência loira de olhos azuis, esse era o modelo padrão que “venderia mais”, que passaria mais segurança para os clientes e chamaria mais atenção. Esse foi o cenário do Brasil até o fim do século XX, onde as mulheres negras não tinham sequer uma chance de demonstrar suas habilidades (PAIXÃO; GOMES, 2008). Nesse contexto de segregação racial e preterição no

mercado de trabalho, o fator educação também desempenha forte influência e impacto. Conforme apontam Silva e Ratts (2023):

[...] observamos com facilidade a conjugação da desvantagem escolar e os mecanismos de discriminação racial, visto que os novos setores, em especial o setor burocrático, é marcado pela presença feminina (branca), no entanto, mulheres negras estão em um cenário de baixa escolaridade e também não possuem a “boa aparência” exigida para lidar com o público (SILVA; RATTTS, 2023, p. 202).

Muitos são os testemunhos deixados por mulheres que sofreram com a escravidão. Relatos impactantes de como eram tratadas e submetidas por seus senhores para trabalhos desumanos, desrespeitosos com a integridade dessas mulheres. Essas mesmas relatam que ao buscarem em suas memórias como foram felizes os dias em que finalmente foram libertas, sobre suas expectativas de melhores condições de vida, podendo contribuir com seu legado cultural. Infelizmente as mulheres que viveram o pós-escravismo se deparam com a falta de oportunidades iguais, desrespeito e racismo (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Se analisarmos histórias de mulheres negras percebemos que inúmeras são as participações dela na sociedade, mesmo que de forma implícita, em grandes movimentos feministas, congressos nacionais e internacionais, além de conferências e conselhos, elas lutaram contra repressão política (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Mesmo diante de documentos que comprovam as importantes participações e realizações das mulheres negras, ainda não há muitos artigos e material de fácil acesso relacionados à sua história e feitos, o que nos leva a seguinte hipótese: a possibilidade de inexistência da participação da mulher negra vem com a necessidade de tornar recôndito as produções afro-brasileiras, fortalecendo a ideologia da democracia racial.

Segundo Silva e Ratts (2023), é primordial entendermos que sempre existiu divisão racial no trabalho. Por mais que tivesse o mesmo nível de experiência ou grau de eficiência, a mulher negra era tratada com inferioridade em comparação a mulher branca, que tinha vantagens na hora da vaga de emprego (SILVA; RATTTS, 2023).

A representação feminista afro-brasileira traduz movimento que busca inverter uma ordem pré-estabelecida, num período que o chamado darwinismo social predominava no continente americano, mulher negra tinha que se

relacionar com homens negros sua participação no mercado de trabalho foi quase nula, pois esse preconceito racial era muito forte, levando em conta sua participação ativa no mercado de trabalho, pois muitas trabalharam de forma implícita aonde não consta em banco de dados, em sua maioria das vezes, trabalhos domésticos, sem carteira assinada ou qualquer tipo de direito ou salário justo (SILVA; RATTTS, 2023).

Infelizmente, mulher branca significa patroa e mulher negra empregada. As oportunidades não são distribuídas de forma igualitária, normalmente, sobrando para as mulheres negras empregos de baixo prestígio, com condições ruins, em que dedicam mais tempos que os demais, para no fim receber um salário que mal pagará as contas do mês, torcendo para não ficar doente pois serviços destinados à elas não oferecem nenhum direito, muito menos algum tipo de ajuda em caso de doença (SILVA; RATTTS, 2023).

Outra categoria são as mulheres lésbicas, vítimas de discriminação e preconceito, tanto no trabalho quanto na sociedade, entre os dias 01 e 03 de outubro de 2023, foram realizadas pesquisas por artigos científicos que abordassem essa temática. Numa primeira busca, foram utilizados os seguintes descritores da forma como se segue: “mulheres lésbicas mercado de trabalho século xx”. Para esses termos, não foi encontrado nenhum artigo.

Assim, diante da ausência de resultado, a restrição temporal “século XX” foi suprimida a fim de obter algum resultado. Com essa supressão, foram encontrados dois artigos: um se aproximava da proposta deste artigo. Trata-se do artigo *Orientação sexual e seus efeitos no mercado de trabalho: um estudo com base na técnica de revisão sistemática*, produzido por Daniel Suliano, doutorem Economia Universidade Federal do Ceará (UFC) e analista de políticas públicas no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece); Guilherme Irffi, doutor em Economia pela Universidade Federal do Ceará e professor associado no Departamento de Economia Aplicada e do Programa de Pós-Graduação da UFC; e Ana Beatriz Rêgo de Sá Barreto, mestre em finanças pela BI Norwegian Business School e analista de Fusões e Aquisições no Grupo Fleury.

Conforme esperado, no entanto, o trabalho não trata sobre a situação das mulheres lésbicas no mercado de trabalho no século XX. Conforme os autores informam, os trabalhos que serviram de fontes para eles são datados de 1981 a 2021 (SULIANO; IRFFI; BARRETO, 2022). Os resultados, porém, são

apresentados sem a divisão temporal entre o século XX e o XXI. Além disso, grande parte das referências e dados obtidos pelos pesquisadores foram obtidos de fonte inglesa. Com isso, tendo em vista a impossibilidade de tratar os resultados referentes apenas ao século XX, o artigo não foi útil para o propósito da pesquisa em tela.

Desse modo, percebe-se que há dados na literatura estrangeira que possibilitem uma pesquisa sobre mulheres lésbicas e o mercado de trabalho no século XX. Para isso, contudo, é necessário que a pesquisa seja realizada de modo específico e que o pesquisador tenha domínio da língua inglesa, porque a maior parte dos dados e artigos estão registrados nesse idioma. Nesse contexto, a pesquisa dessa temática parece ser apropriada para programas de mestrado e doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto responde, de modo profícuo, o problema que deu início a essa pesquisa. Como trabalhadora, a mulher contribuiu e vem contribuindo de maneira intensa no processo de produção e reprodução do trabalho e, na atualidade, superando os ditames do conservadorismo e das amarras que suscitam preconceito, machismo, homofobia e tantas outras questões que colocam a categoria feminina como somenos na produção e reprodução do capital.

Nossas hipóteses foram corroboradas, demonstrando que a mulher, tanto quanto os homens, se empenharam (e se empenham) na construção de uma sociedade verdadeiramente produtiva, demandando reconhecimento dessa categoria como parte integrante desse processo evolutivo. A pesquisa indica demanda de estudos mais aprofundados da categoria afrodescendente, cuja história veio marcada pelo preconceito, pelo racismo e pela discriminação, precisando não somente de superação, mas de estudos que promovam reflexões para melhoria da qualidade de vida e para formatação de políticas afirmativas.

Outra demanda que emerge é um estudo mais aprofundado sobre as lésbicas, cuja condição vem além do machismo. A ausência de pesquisas pode sinalizar para uma ciência que ainda está despreocupada com a diversidade, proporcionando invisibilidade desse grupo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. As mulheres e o capital: notas sobre a exploração do trabalho feminino na produção e reprodução do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 228–244, 2022.

DOI:10.9771/gmed.v14i2.48093. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/48093>. Acesso em: 14 set. 2023.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Pasos, 44).

ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada: do império romano ao anomil**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 17-18, p.157–196, 2016. DOI: 10.1590/S0104-83332002000100007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644559>. Acesso em: 21 out. 2023.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo:Prentice Hall, 2002.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31137/18227>. Acesso em: 24 set. 2023.

COUTO, A. G; DITTRICH, A. Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158,2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482017000200001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2023.

DUARTE, D. C.; DA CUNHA, P. D. Mercado de trabalho e mulheres deficientes: um estudo exploratório sobre a empregabilidade no setor hoteleiro de Brasília” DF = Job market and disabled women : an exploratory study on employability in the hotel sector of Brasilia ” DF. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2016. DOI: 10.26512/revistacenario.v3i5.15219. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15219>. Acesso em: 18 out. 2023.

GALVÃO, L. B. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/revdirsex.v1i1.36872. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 01 out. 2023.

GARCIA, C. C. Notas sobre a história dos trabalhos das mulheres na sociedade ocidental: das diferenças as desigualdades laborais de gênero. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 123-140, 2019. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v9p123-140. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rqpp/article/view/175097>. Acesso em: 14 set. 2023.

GARCIA, I. S.; MOREIRA, E. R. A categoria trabalho em Lukács segundo a dialética marxista / Labor category in Lukács following the marxist dialectic. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 854-879, jun. 2020. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/47652>. Acesso em: 04 set. 2023.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: O breve século XX**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KNAPIK, Márcia Carneiro et al. O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal. 2ª edição. **Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Solidária**, 2005. Disponível em: http://191.241.229.250/bitstream/11465/505/1/CEFURIA_o_trabalho_humano.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

LIMA, E; CARVALHO JÚNIOR, N. R. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de democratização brasileira: uma luta constante por igualdades e direitos civis. **Revista Eletrônica de Estudos Jurídicos e da Sociedade – UNIFEG**. Artigos Docentes – V. 6, N. 1, 2017. Disponível em: https://www.unifeg.edu.br/revista/artigos-docentes/2017/Direito_e_genero_a_contribuicao.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

MELO, V. A.; SCHETINO, A. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 111-134, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100007>. Acesso em: 28 set. 2023.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos Feministas**, 16(3), 949-964, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300014>. Acesso em: 18 out. 2023.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&forma#>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

QUEIROZ, F. A.; SOUZA, L. N. de. A evolução do conceito de trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 17, n. 29, p. p. 146-160, 2020. DOI: 10.22481/ccsa.v17i29.6647. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/6647>. Acesso em: 04 set.

2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, A. P. M. da; RATTIS, A. A mulher negra e o trabalho doméstico nas perspectivas de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 189–207, 2023. DOI: 10.35701/rcgs.v25.899. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/899>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, A.; MOREIRA, C. A condição social da mulher na história do Brasil contemporâneo. **Revista Raízes No Direito**, 9(1), pp. 111-130, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37951/2318-2288.2020v9i1.p111-130>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, G. C. C. da; SANTOS, L. M.; TEIXEIRA, L. A.; LUSTOSA, M. A.; COUTO, S. C. R.; VICENTE, T. A.; PAGOTTO, V. P. F. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 65–76, 2005. DOI: 10.57167/Rev-SBPH.8.22. Disponível em: <https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/22>. Acesso em: 08 set. 2023.

SILVA, L. L. T. da. Mulheres e o mundo do trabalho: a infundável dupla jornada feminina. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 120–131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9171>. Acesso em: 09 set. 2023.

SILVA, M. N. de O.; COSTA, A. B. da. O papel da mulher na produção e reprodução do trabalho no capitalismo à luz de alguns conceitos. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 19, n. 33, p. 180-195, 2022. DOI: 10.22481/ccsa.v19i33.10474. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/10474>. Acesso em: 14 set. 2023.

SILVA, S. G. da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 20, p. 8-15, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7ftQZzgJTGcvJmzWDv7gD5d/>. Acesso em: 08 set. 2023.

SIQUEIRA, D. P.; SAMPARO, A. J. F. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. **Revista Direito em Debate**, v. 26, n. 48, p. 287-325, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>. Acesso em: 24 set. 2023.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. 13.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 275 - 296.

SULIANO, D.; IRFFI, G.; BARRETO, A. B. S. B. Orientação sexual e seus efeitos no mercado de trabalho: um estudo com base na técnica de revisão sistemática. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 39, p.1-29, 2022. DOI: 10.20947/S0102-3098a0186. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1709>. Acesso em: 01 out. 2023.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**. Mulheres na Filosofia, V. 7, N. 2, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2023

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE BIOLOGIA

Camila de Nazareth Marchiori Oliveira, Filipe Gonçalves Costa, Jaqueline Borchat¹ Vanessa Oliveira da Silva²

1-Acadêmicos do curso de Ciências Biológicas.

2-Mestre em Educação em Ciência e Matemática - Professora Multivix - Serra.

RESUMO

A inserção da Educação Ambiental no currículo escolar tem por finalidade levar os estudantes a compreender determinados conceitos relacionados ao meio ambiente, a sustentabilidade, a preservação e a conservação do ambiente onde o indivíduo está inserido de forma consciente e crítica, fortalecendo práticas diárias no exercício da cidadania. Diante das dificuldades para tratar a EA em classe e praticando a transversalidade, Cuba (2010) possui como ideal, que esta deve ser vista de maneira científica e ofertada como uma disciplina específica, mas isto, sem perder seu caráter interdisciplinar. Ao buscar propostas que colaborem na busca de soluções para os desafios e as possibilidades que implicam na inserção da EA no ensino de Biologia, essa pesquisa consiste numa revisão bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Tem por objetivos uma revisão bibliográfica acerca da inserção da educação ambiental no currículo escolar, além de apresentar um histórico a respeito da educação ambiental nas escolas brasileiras, analisar como são abordados os assuntos ambientais nas instituições, suas possibilidades e implicações para o ensino de biologia. O marco inicial da EA é a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo na Suécia no ano de 1972 e no Brasil tem início a partir da elaboração de normas e leis na área ambiental que apontam importantes ações voltadas para o meio ambiente que foram sendo discutidas e elaboradas para que a EA se tornasse parte da educação brasileira. Compreende-se que a EA deve ser parte obrigatória em todos os segmentos e níveis da educação formal para que seja produzida com uma prática educativa integrada, contínua e permanente no ensino de Biologia e que esteja presente em todas as escolas do Brasil.

Palavras-chave: Educação. Ambiente. Biologia. Currículo. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) prevista desde a Constituição Federal de 1988, como um direito humano fundamental do cidadão brasileiro, para a proteção do meio ambiente e para a formação de cidadãos conscientes e críticos promovendo a

cidadania e a dignidade das pessoas, tem o propósito de despertar a consciência de toda a comunidade mundial sobre os mais diversos problemas ambientais resultantes das atividades humanas relacionando-os com o meio ambiente, a sustentabilidade, a preservação e a conservação.

A inserção da Educação Ambiental (EA) no currículo escolar tem por finalidade levar os estudantes a compreender determinados conceitos relacionados ao meio ambiente, a sustentabilidade, a preservação e a conservação do ambiente onde o indivíduo está inserido de forma consciente e crítica, fortalecendo práticas diárias no exercício da cidadania.

Conforme Oliveira (2005), a Educação Ambiental (EA) consiste num longo e contínuo processo de aprendizagem que visa estabelecer posturas racionais e responsáveis objetivando a criação de novos modelos na relação entre o homem e o meio ambiente no qual está inserido.

Para Carvalho (2011) a EA tem uma preocupação primordial sobre a finitude dos recursos naturais pelo fato da maioria das vezes ser distribuído incorretamente para a população, gerando assim desperdícios que poderiam ser evitados se existisse a preparação devida dos cidadãos desde cedo para o uso correto e consciente desses recursos preciosos para a vida no planeta.

No entanto, diversos são os desafios para inserir a EA no ensino de Biologia nas escolas públicas, ao passo que, a inserção de todos os conceitos, as abordagens nos conteúdos já pré estabelecidos pelo currículo escolar, metodologias para integração desses assuntos, são algumas das problemáticas apontadas pelos educadores.

O presente artigo tem por objetivos uma revisão bibliográfica acerca da inserção da EA no currículo escolar, além de apresentar um histórico a respeito dessa temática nas escolas brasileiras, analisar como são abordados os assuntos ambientais nas instituições, suas possibilidades e implicações para o ensino de Biologia.

Compreender a relevância da teoria e prática da EA no âmbito educacional e analisar como ocorre a abordagem dessa temática nas escolas, faz-se necessário, uma vez que, o tema deve ser inserido em todo o contexto escolar contribuindo com a formação de seres humanos conscientes de seus direitos e deveres, e, que se torne permanente na formação tanto dos educadores quanto dos educandos.

Para compor a fundamentação teórica, esta pesquisa foi elaborada com embasamento em referências como Menezes (2017) quando as práticas didáticas estão relacionadas com a EA, se torna uma ferramenta importante para o desenvolvimento do aluno em relação aos problemas ambientais; em Ferreira (2013) ao dizer que a formação de valores sustentáveis não depende só do ambiente escolar; assim como em Marcos Reigota (2011) ao afirmar que a educação em geral e a educação ambiental em particular, nesses tempos pós-modernos, não tem pretensão de dar respostas prontas, acabadas e definitivas. Também outros autores conceituados como Souza (2018), Geraldini (2017) foram consultados para integrar a discussão dessa temática.

É impreterível o diálogo entre o aluno e professor e ações conjuntas que visem reflexões e mudanças de atitude e, a EA emerge como possibilidade na formação de alunos em cidadãos sensibilizados e cientes das demandas ecológicas na sociedade.

Diante das dificuldades para tratar a EA em classe e praticando a transversalidade, Cuba (2010) possui como ideal que a mesma deve ser vista de maneira científica e ofertada como uma disciplina específica, mas isto, sem perder seu caráter interdisciplinar. Essa ideia também é defendida por Santos (2007) ao relatar que para o estudo do meio ambiente e os problemas nele inseridos é preciso que a EA faça parte do currículo escolar. Com sua inserção, ela poderá contribuir para estimular a reflexão dos educandos a respeito da temática proposta, construindo de forma coletiva uma mudança de consciência e atitudes no que se refere a defesa do planeta e a proteção dos recursos naturais da vida do planeta.

METODOLOGIA

De acordo com Gil (2017, p. 44) uma pesquisa pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Essa pesquisa consiste numa revisão bibliográfica conforme cita Gil(2017), deve ser “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Essa pesquisa foi realizada em diretórios de pesquisa como CAPES e Google Acadêmico abarcando artigos e teses da área específica de EA utilizando instrumentos normativos, onde foram reunidas as fontes de pesquisas para fornecer

todo o embasamento teórico.

Para buscar referências que dialoguem acerca de soluções para os desafios e as possibilidades que implicam na inserção da EA no ensino de Biologia, primeiramente foram selecionados em 31 trabalhos sendo 08 artigos de monografias e dissertações, 06 livros, 09 revistas de publicação virtual e 08 publicações do Ministério da Educação e Meio ambiente para a revisão bibliográfica segundo os descritores Educação Ambiental; Educação Ambiental no Ensino de Biologia; Educação Ambiental no Currículo Escolar .

REFERENCIAL TEÓRICO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A Educação Ambiental (EA) tem como marco inicial a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo na Suécia no ano de 1972, com a presença de 113 países entre eles o Brasil, além de 400 organizações governamentais e não-governamentais. Na pauta constava os problemas ambientais já existentes na época como a poluição atmosférica.

O início da conferência, o dia 5 de junho, ficou firmado como o Dia do Meio Ambiente e a partir desse momento outros encontros internacionais de grande relevância para a implantação de políticas públicas da Educação Ambiental em nível internacional começam a acontecer entre elas a realização da Cúpula da Terra, conhecida como a Eco -92 realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Na década de 70 a Presidência da República criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), sendo o primeiro órgão nacional voltado para o tema. A primeira lei ambiental do Brasil que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) foi criada em 1981. Na formação dos instrumentos desta política, também inseriu a participação da sociedade, por meio dos conselhos nacionais, estaduais e municipais do meio ambiente, e audiências públicas para discutir projetos de grandes danos ambientais (SOTTO et al, 2019).

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal com um capítulo voltado para o Meio Ambiente destacando a EA como parte obrigatória em todos os níveis de ensino, porém não a considerou como uma disciplina.

No ano seguinte foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) órgão responsável pela proteção e conservação de patrimônios naturais.

O IBAMA é o órgão governamental responsável por exercer a fiscalização e licenciamento ambiental em todo o território nacional, visando frear as ações humanas que afetam a água, solo, flora e fauna, proporcionando assim, uma melhor convivência entre o homem e a natureza.

A Conferência Rio ECO 92, também conhecida por Cúpula da Terra, que aconteceu em 1992, reuniu chefes de Estado e representantes de 179 países e milhares de organizações não governamentais, contando também com a participação direta da população. Esse evento representou um marco nas discussões sobre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável no Brasil, permitindo que a Comissão Interministerial que tratava da sua preparação considerou a EA como um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira.

Em meados de 1994 a 1996 importantes ações voltadas para o meio ambiente foram sendo discutidas e elaboradas para que a EA ambiental se tornasse parte da educação brasileira. Programas como o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental; a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) cujos princípios orientadores foram a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade; o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental visando à cooperação técnica e institucional em Educação Ambiental.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei Federal n.º 9.433/1997, trouxe mudanças positivas nas leis dos recursos hídricos nacionais, admitindo a água como um recurso natural limitado. Dois anos depois foi sancionada a Lei n.º 9.795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Em 2004, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi) a EA se estabelece ainda mais no MEC atuando de forma integrada nas áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo. A partir de então, a EA passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apesar de tantos avanços ao longo dos anos a EA não é inserida como deveria no ambiente escolar. É um componente

fundamental da educação nacional, devendo estar inserido, de forma sistemática, em todos os âmbitos educativos, em níveis e modalidades diferentes do processo educativo formal e não formal (ASANO; POLETTTO, 2017).

CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito “Educação Ambiental,” surgiu no século XX após uma drástica crise ambiental na qual levou o homem a modificar sua percepção de mundo para minimizar a degradação no meio ambiente. Ela possui como principal objetivo garantir conhecimento e conscientização para mudanças nos indivíduos quanto ao seu comportamento em relação a natureza em geral.

No Brasil a EA passou a ter mais notoriedade a partir da Lei nº. 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), sancionada após receber influências de várias ONGs ambientalistas. Seis anos depois foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que contou com a participação de educadores e gestores ambientais dos Estados e Municípios, determinando que a EA deve fazer parte tanto das escolas públicas quanto das escolas privadas, abrangendo todas as modalidades do ensino infantil, fundamental, médio e superior (DE SOUZA, 2018).

Percebe-se que a EA se torna responsável em estabelecer ações significativas em que as pessoas possam se unir para construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação ambiental, favorecendo uma qualidade de vida melhor e aprendendo os conceitos de sustentabilidade, utilizando-os no dia a dia. Segundo Marcos Reigota (2011):

A educação em geral e a educação ambiental em particular, nesses tempos pós-modernos, não tem pretensão de dar respostas prontas, acabadas e definitivas, mas sim instigar questionamento sobre as nossas relações com a alteridade, com a natureza, com a sociedade em que vivemos, com o nosso presente e com o nosso eventual porvir. (REIGOTA, 2011, p. 145).

A EA também possibilita o conhecimento sobre questões ambientalistas, envolvimento em projetos para solução de problemas ambientais, com a finalidade de lutar em prol do bem-estar presente e das futuras gerações, pois cuidar dos recursos naturais é essencial para proteger toda vida.

A partir das últimas décadas do século XX, se intensificaram as discussões que envolvem o tema, isso pelo fato dos grandes índices de degradação ambiental, a intensificação da globalização e a revolução industrial.

Muito mais do que defesa e informações ambientais, a EA é um campo amplo que garante aos indivíduos aprimorar o pensamento crítico e suas habilidades para solucionar problemática que pode ser ensinada tanto em ambientes formais como a sala de aula, e em Organizações não Governamentais (ONGs), empresas, visitas técnicas, e diversos outros locais.

A EA é um tema discutido na atualidade por se perceber a necessidade de uma melhoria do mundo em que vivemos, pois notamos que estamos regredindo cada vez mais em nossa qualidade de vida de um modo geral, nos deixando levar por nossas obrigações diárias (GUEDES, 2006).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE BIOLOGIA

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Biologia é uma ciência que busca conhecer e compreender todas as formas de vida e seus processos vitais, mostrando que tudo acontece através de vários processos dinâmicos em que todos os seres vivos estão em contínua mudança, usando energia, incorporando substâncias, crescendo, reproduzindo-se e respondendo ao ambiente que os circunda (PCN, 2000).

O mesmo documento relata que a partir das aulas de Biologia no Ensino Médio, pode-se incentivar a construção do conhecimento biológico e a visão científica dos alunos, dando-lhes condições necessárias para a prática de uma cidadania reflexiva e consciente.

Compreende-se que o ensino de Biologia não é uma ação isolada que o professor exerce facilmente dentro de uma sala de aula sem que seja preciso realizar um planejamento dos conteúdos teóricos e das práticas diante do conhecimento biológico a ser ensinado.

Teixeira (2001, p. 3-4), aborda três aspectos caracterizando as dificuldades relacionadas à prática do ensino de Biologia. São eles: 1) limitar o enfoque do conteúdo à esfera biológica; 2) a dificuldade dos professores para assumir a busca de alternativas para os problemas que afetam sua didática; 3) dificuldades dos docentes para contextualizar de forma orgânica o ensino de Biologia.

Como meios de contornar as dificuldades citadas os autores Busnardo e Lopes (2010) citam algumas possibilidades, como por exemplo: mudança na abordagem dos conhecimentos científicos em sala de aula, relacionar os conteúdos biológicos a saberes não acadêmicos realizando sua contextualização,

criar espaços de debates promovendo o desenvolvimento de competências científicas, realizar a abordagem dos conceitos nas dimensões funcional e evolutiva selecionando aqueles que sejam significativos para a aprendizagem dos alunos, e que os órgãos competentes possam promover cursos de formação continuada para auxiliar os professores.

A forma mecânica de transmissão de conteúdos na qual o professor é formado no ensino de Ciências, é refletido para os alunos de forma dissociada. Para Biasibett et al, (2015, p. 227) “A falta de atividades dinâmicas, motivadoras e interdisciplinares, relacionadas aos conteúdos curriculares, promove a insatisfação, ausência de participação e interesse dos estudantes, o que inviabiliza o processo de aprendizagem”.

De acordo com Menezes (2017) quando as práticas didáticas estão relacionadas com a EA, se torna uma ferramenta importante para o desenvolvimento do aluno em relação aos problemas ambientais, onde ele faz uma associação de um jeito mais claro entre teoria e prática, adquirindo conhecimento mais abrangente sobre o conteúdo abordado.

No ensino de Biologia ou em outra disciplina Sá (2014) demonstra que a interdisciplinaridade da EA faz uma integração dos conhecimentos dessas disciplinas, permitindo também a integração destes conhecimentos com acontecimentos do dia a dia como por exemplo, as questões ambientais, de saúde pública e outros que afetam comunidades e populações de um modo geral.

Apesar de todas as dificuldades uma escola que tenha interesse em trabalhar a EA contribui positivamente com realizações de projetos visando a conscientização dos alunos no desenvolvimento de ações que possam contribuir para a preservação do meio ambiente a partir do uso sustentável de recursos, trabalhando a conscientização no ambiente escolar e colaborando na formação de indivíduos conscientes e participativos que olham a realidade aoredor com respeito e mudanças de atitudes.

Diante do exposto, é válido concordar com Tozoni-Reis e Campos(2014), ao dizerem que antes de incluir a EA no currículo escolar é preciso realizar uma formação com os professores voltada ao tema para que seconscientizem e façam uma mudança em suas práticas e metodologias abordadas em sala de aula e possam evidenciar mais os problemas ambientaisda sua comunidade.

O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com a globalização e constantes evoluções na sociedade, é evidente que as degradações ambientais também aumentam na medida em que ocorrem esses avanços. O desmatamento e a poluição seguem constantes no cenário mundial. (BIODIESELBR, 2022; ÉPOCA NEGÓCIOS, 2022; GUIMARÃES, 2022; G1, 2022;).

Assim, é notória a necessidade de se reforçar a importância da inserção da temática ambiental no cenário escolar, pois possui grande potencial transformador, mas não uma inserção avulsa e somente submissa ao que lhe é imposta ao sistema de ensino ou regimento escolar, e nem de maneira esporádica e restrita a datas comemorativas como o dia mundial da água, dia mundial do meio ambiente ou o dia internacional da árvore (BRASIL, 2022). A EA visa a ação e mudança por parte de todos os indivíduos.

Em geral, as normas educacionais brasileiras voltadas ao currículo reafirmam a obrigatoriedade de uma abordagem da EA em todos os níveis e nas diversas modalidades de ensino, colocando uma atenção especial aos alunos que se encontram na educação básica, uma vez entendidos como protagonistas da sociedade do porvir (LEAL; DANELICHEN, 2020).

A atitude de preservar o meio ambiente está ligada a consciência ecológica, mas essa consciência só pode ser desenvolvida no indivíduo por meio de um currículo que abranja a EA de forma que compreenda a importância de cuidar do planeta. A temática deve ser abordada desde os primórdios da infância para que seja assimilado no cotidiano pelo convívio no ambiente escolar.

Falar de assuntos que envolvam o meio ambiente dentro no contexto escolar é válido para todas as faixas etárias. Através da EA, o aluno se torna um sujeito mais crítico-reflexivo e que se preocupa com o lugar em que vive e com as pessoas que o cerca.

Percebe-se, que o ambiente é algo que pode alterar o processo de aprendizagem e quando se fala da EA com alunos em cenários reais, seguros e rodeados por água e vegetação eles podem ter contato com a natureza e ver o quanto necessitam dela.

Assim afirmam, Mota, Cousin e Kitzmann:

A partir da implementação de um trabalho coletivo, os lugares poderão ser (re)significados na memória de cada sujeito, despertando o sentimento de pertencimento a um lugar que

é coletivo, é plural, é diverso, é dinâmico e é participativo, sendo também subjetivo. Dessa forma, o lugar reflete uma organização social em sua dinâmica, em sua simbiose, em sua potência, deixando visíveis suas fragilidades e limites. Pois, é constituído e constitutivos seres humanos em sua plenitude (MOTA; COUSINE KITZMANN, 2018,p. 15).

Dentre alguns exemplos de trabalhos coletivos podemos citar a criação de hortas na escola para que os alunos cuidem delas e, desta forma, é válido que os docentes das demais disciplinas façam a integração para que haja a interdisciplinaridade. Dessa maneira, todas as aulas serão mais convidativas para debates sobre questões ambientais, favorecendo experiências diretas com a natureza e garantindo a oportunidade e o entorno a estas vivências.

De acordo com Meirelles e Santos (2005, p. 34) “A EA é uma atividade meio que não pode ser percebida como mero desenvolvimento de “brincadeiras” com crianças e promoção de eventos em datas comemorativas ao meio ambiente”.

Dessa forma, percebe-se como é fundamental a intervenção da instituição nesse processo de ensino-aprendizagem com seriedade, mas que pode valorizar os meios lúdicos em sala de aula cativando o aluno a ter mais interesse pela temática abordada e despertando seu senso crítico e reflexivo para mudanças comportamentais.

Segundo Duarte (2023), a EA é a principal ferramenta para melhorar o meio ambiente, ela é a base do desenvolvimento de opiniões críticas que engajem os cidadãos na abordagem das questões relacionadas aos resíduos sólidos, desde a geração até a sua disposição final.

Em virtude disso, é importante que sejam conscientizados sobre a preservação ambiental em casa como é tarefa primária dos pais e complementada e aperfeiçoada na escola.

É certo que a EA não é algo que poderá garantir a solução de problemas ambientais sozinha. Isso envolve todo um trabalho em conjunto em busca de um mundo melhor e mais sustentável, porém, ela ajudará o indivíduo nesse processo conscientizador para mudança no caráter comportamental em relação à sua visão pessoal quanto a natureza e sua importância para a vida humana, fauna e a flora.

Segundo Brigotto (2008) a EA vai além e não obrigação da instituição de ensino solucionar questões problemáticas no âmbito ambiental, mas sim proporcionar o interesse do educando pela temática e ação.

O que estudamos na escola nos torna capazes de viver em grupo, de aceitar

a diversidade, respeitando-nos como seres humanos, de construir conhecimentos para combater doenças, reduzir a fome e a pobreza. (FERREIRA 2013, P. 34-35).

Nessa linha de raciocínio a EA é um processo contínuo e um ótimo método de ensino executado pelos docentes é uma tarefa excelente para interesse e mudança no pensamento, pois as questões ambientais muitas vezes não são receptivas por uma parte considerável de alunos justamente por não serem contextualizadas com a realidade na qual estão inseridos, provocando assim automaticamente o desinteresse pelo conteúdo apresentado.

É fundamental evidenciar a EA no processo de sensibilização dos estudantes sobre os cuidados, por meio de ações individuais e coletivas que possam garantir a qualidade ambiental (Kolcenti; Médici; Leão, 2020).

Com a implantação da BNCC em dezembro de 2017 a partir da Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação básica, foi organizado em uma de suas competências que a aprendizagem da EA é: Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável (BRASIL, 2017, p.9).

A EA é um processo contínuo e um método de ensino executado pelos docentes é uma tarefa excelente para interesse e mudança no pensa, pois as questões ambientais muitas vezes não são receptivas por uma parte considerável de alunos justamente por não serem contextualizadas com a realidade na qual estão inseridos, provocando assim automaticamente o desinteresse pelo conteúdo apresentado.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta pesquisa foi realizada em caráter bibliográfico para compreender como a EA está sendo abordada no currículo escolar e no ensino de Biologia nas aulas do Ensino Médio. Para compor nossa revisão bibliográfica, foi realizado uma busca por trabalhos sobre EA num espaço tempo de 10 anos utilizando os descritores Educação Ambiental; Educação Ambiental no Ensino de Biologia; Educação Ambiental no Currículo Escolar.

Para novos aprofundamentos e compor esta revisão bibliográfica, realizamos uma busca com os descritores “Educação Ambiental, Currículo Escolar

e o Ensino de Biologia”. Essa busca resultou em um total de 65 trabalhos sobre o tema abordado sendo 31 trabalhos selecionados entre artigos monografias e dissertações para um estudo mais aprofundado. Foi realizada uma leitura de ambos para que as informações obtidas pudessem compor a análise desta pesquisa com o intuito de identificar os aspectos abordados pelos autores referentes a EA.

Nas referências levantadas, ficou evidente que a EA tem sido abordada nas escolas a partir de metodologias, projetos didáticos e pedagógicos e em todos os níveis de escolaridade. Percebe-se de acordo com Asano e Poletto (2017) que a EA é um componente fundamental da educação nacional, devendo estar inserido, de forma sistemática, em todos os âmbitos educativos, em níveis e modalidades diferentes do processo educativo formal e não formal.

No entanto, para inserir a EA no currículo escolar de modo interdisciplinar são encontrados alguns desafios como a ausência de projetos e planos de ação coletiva para toda a comunidade escolar, material didático específico abordando a questão ambiental, a carência de capacitações para a equipe escolar, a dificuldade em alterar as rotinas já estabelecidas e a falta de interesse de alguns gestores.

O atual sistema formal de educação, com horários sobrecarregados e grade curricular “organizada”, não dá chances aos estudantes de obterem informações interdisciplinares como é requerido na EA, aumentando os problemas locais e levando professores à exaustão. Isso ocorre pela falta de motivação e recursos por parte dos professores, que muitas vezes trabalham isoladamente para propiciar um aumento no aproveitamento dos alunos nos conhecimentos passados (BRASIL, 2007).

De acordo com Andrade et al, (2017), o ensino de Biologia direcionado ao meio ambiente tem como um dos objetivos desenvolver o pensamento crítico, sustentável e cognitivo dos alunos para o enfrentamento aos diversos problemas ambientais que os rodeiam.

Embasados nos critérios estabelecidos pelos trabalhos abordados fica evidente que a EA por não se constituir como disciplina ficou fragmentada nos componentes curriculares a partir dos estudos nas disciplinas de História, Geografia e Ciências da Natureza, deixando de ser um componente curricular obrigatório.

Percebe-se de acordo com Silva (2022, p. 58) que “é cada vez mais urgente à necessidade de consolidar a EA nas escolas dentro de uma perspectiva crítica e

transformadora, buscando problematizar as relações sociais e apostar na educação para a emancipação”.

Assim, compreende-se que é um desafio para os professores de Biologia levar o aluno a compreender os processos dinâmicos e das estruturas biológicas que formam a biodiversidade do Planeta Terra, e, assim construir coletivamente os conhecimentos e a busca de soluções das consequências das atividades humanas nos diferentes tipos de meio ambiente.

Para os autores analisados Petrovich e Araújo (2015) o ensino de Biologia é importante para auxiliar na capacidade dos alunos de entender os diversos processos biológicos, para a compreensão e construção do saber científico e tentar formar cidadãos com responsabilidades acerca do ambiente.

Como meios de contornar as dificuldades citadas as autoras Flávia Busnardo e Alice Casimiro Lopes no artigo “Os Discursos da Comunidade Disciplinar de Ensino de Biologia: Circulação em Múltiplos Contextos” (2010) citam algumas possibilidades, como por exemplo: mudança na abordagem dos conhecimentos científicos em sala de aula, relacionar os conteúdos biológicos a saberes não acadêmicos realizando sua contextualização, criar espaços de debates promovendo o desenvolvimento de competências científicas, realizar a abordagem dos conceitos nas dimensões funcional e evolutiva selecionando aqueles que sejam significativos para a aprendizagem dos alunos, e que os órgãos competentes possam promover cursos de formação continuada para auxiliar os professores.

No artigo “O conceito de Sustentabilidade”: migração e mudanças de significados no âmbito educativo, os autores Faustino e Amador (2016), afirmam que o conceito da EA está relacionado ao do Desenvolvimento Sustentável, e com essa relação surgem diversos outros conceitos que estão imbutidos nas discussões a respeito do assunto, como: O futuro e as gerações futuras, a Mudança, as Tendências Pedagógicas Transformadoras, a Qualidade, a Ecologia, a Duração, e a Ética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da Educação Ambiental no Currículo Escolar ainda é um grande desafio a ser percorrido pelos professores de Biologia e de Ciências Naturais. Apesar dos avanços na legislação ambiental para que boas práticas de preservação dos recursos naturais fossem estabelecidas e que novos hábitos e mudanças de atitudes no uso e no descarte correto de tantos itens descartáveis utilizados possam

acontecer, percebe -se na educação brasileira uma fragmentação na EA a partir dos estudos nas disciplinas de História, Geografia e Ciências da Natureza, deixando de ser um componente curricular obrigatório, mas é muito importante sua abordagem de forma transversal em todos os níveis da educação formal. De acordo com a BNCC na publicação Caderno Meio Ambiente (2022), é obrigatória a discussão da EA em diversas áreas de conhecimento do currículo escolar, onde esses temas precisam atender às demandas da sociedade atual a partir dos contextos vivenciados nas comunidades, nas famílias, pelos estudantes e pelos professores em seu cotidiano. O documento também afirma que “a incorporação desses assuntos contribui para que os conteúdos científicos (também essenciais) se integrem aos conteúdos sociais e políticos”.

Percebe-se que mesmo com tantos desafios a EA é o principal meio para uma mudança cultural em toda a sociedade, pois a educação é a principal ferramenta para melhorar a relação do ser humano com o meio ambiente e a partir de pequenas mudanças de comportamento iniciadas dentro de uma sala de aula podem gerar grandes mudanças ambientais que levam a uma nova cultura ambiental capaz de modificar e de cuidar do bem mais precioso que é o planeta Terra.

Pode-se concluir que a EA colabora para que todos os envolvidos tenham respeito e consciência para com o meio ambiente, adquirindo mudanças em hábitos que evitam a destruição da sua própria espécie e das demais.

Conclui-se também que o professor de Biologia ao se dedicar no tema ambiental em sua escola de atuação, organizando projetos e oficinas que auxiliam os alunos no processo de compreensão de sua realidade ambiental, abordando temas como o desenvolvimento econômico sustentável, permite que o aluno possa construir coletivamente os conhecimentos e a busca de soluções das consequências das atividades humanas nos diferentes tipos de meio ambiente e se tornem cidadãos conscientes e participativos com responsabilidades acerca do ambiente onde está inserido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcos Vinícius Mendonça; ARAÚJO JR, Carlos Fernando; SILVEIRA, Ismar Frango. **Estabelecimento de critérios de qualidade para aplicativos educacionais no contexto dos dispositivos móveis (M-Learning)**. EAD em Foco, v. 7, n. 2, 2017.

ASANO, Juliete Gomes Pós; DE SOUZA POLETTO, Rodrigo. Educação ambiental: em busca de uma sociedade sustentável, e os desafios enfrentados nas escolas. Revista Caderno Pedagógico, v. 14, n. 1, 2017.

BIASIBETTI, L.; TREVISAN, M. L.; NISHIJIMA, T.; PERES, P. E. C. **A concepção dos educadores sobre a temática de educação ambiental na escola: dificuldades e desafios.** Revista Monografias Ambientais, v. 14, n. 2, p. 220 – 237, 2015.

BNCC. **Caderno Meio Ambiente.** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_meio_ambiente_consolidado_v_final_27092022.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. A Base Nacional Comum Curricular – A Etapa do Ensino Fundamental. Brasília: MEC. 2017

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Vamos cuidar do Brasil – Conceitos e Práticas de Educação Ambiental nas Escolas.** Brasília-DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

_____. MEC, Ministério da Educação; CNE, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº2, de 15 de junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA).** Brasília, 2012. Disponível em: < rcp002_12 (mec.gov.br) >. Acesso em: 01 de outubro de 2023

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Lei 9795/99. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm#:~:text=Art.,de%20vida%20e%20sua%20sustentabilidade. Acesso em: 29 de de setembro de 2023.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ONU. **Legislação Ambiental Básica.** Brasília, 2008.

BRIGOTTO, A. C. **Educação Ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública.** 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BUSNARDO, Flávia; LOPES, Alice Casemiro. **Os discursos da comunidade disciplinar de ensino de biologia: circulação em múltiplos contextos.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v16n1/v16n1a05.pdf> . Acesso em: 09 de outubro de 2023.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CUBA, Marcos Antonio. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS.** ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., São Paulo. 2010.

DE SOUZA, Tiago Zanquêta. **A educação ambiental popular: contribuições em práticas sociais.** MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, v. 2, n. 1, p. 60-70, 2018.

DUARTE, Tatiana Marques. **Educação ambiental envolvendo escola e comunidade, através de jogo educativo: estudo de caso em Jaboatão dos Guararapes.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

FAUSTINO, Manuel; AMADOR, Filomena. **O conceito de “sustentabilidade”:** migração e mudanças de significados no âmbito educativo. *Indagatio Didactica*, v. 8, n. 1, p. 2021-2033, 2016.

FERREIRA, C. E. A. **O meio ambiente na prática de escolas públicas da rede estadual de São Paulo:** intenções e possibilidades. Jundial: Paco Editorial, 2013.

GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa,** 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental:** estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

KOLCENTI, S. G. R.; MÉDICI, M. S.; LEÃO, M. F. Educação Ambiental em escolas públicas de Mato Grosso. **Revista Científica ANAP Brasil**, [S. l.], v. 13, n.29, p. 86–99, 6 dez. 2020. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap_brasil/article/view/2594. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

LEAL, M. C.; DANELICHEN, P. de S. A inserção da educação ambiental no contexto do ensino fundamental. **Revista Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 725-744, 2020.

MEIRELLES, Maria de Sousa; SANTOS, Marly Terezinha. **Educação Ambiental uma Construção Participativa.** 2ª ed. São Paulo, 2005.

MOTA, J. C. M; COUSIN, C. S.; KITZMANN, D. I. S. A Educação Ambiental Estética e as relações de pertencimento no processo de Ambientalização Curricular. **Revista Pedagógica**, Uchoapecó, 2018.

ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Tradução livre. Estocolmo, jun. 1972.

PETROVICH, A. C. I.; ARAÚJO, M. F. F. **Desafios da educação para desenvolvimento sustentável na formação de professores de biologia.** Revista Educação Ambiental em Ação, n. 51, 2015.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 8ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional.** 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SÁ, Franklin Vieira de Sá. **A Educação Ambiental e a sua Interdisciplinaridade.** Artigo, CONEDU – Congresso Nacional de Educação. 18 a 20 de Setembro de 2014.

SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. **Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio.** 2007. Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.

SILVA, I. C. **Políticas públicas de currículo escolar: as possibilidades da educação ambiental na BNCC.** Revista Orbis Latina, Foz do Iguaçu (PR), v. 12, n.2, p. 49-61, 2022. Disponível em: . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

SOTTO, Debora et al. **Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação.** Estudos Avançados, v. 33, p. 61-80, 2019.

UNICEF. Importância da educação. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/importancia-da-educacao-ambiental> . Acesso em 28 de setembro de 2023.

A INSERÇÃO DOS JOVENS NA CRIMINALIDADE EM RAZÃO A INEFICIÊNCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Andreia do Espírito Santo Gonçalves¹, Ismael Corrêa da Silva¹ e Maria Luiza Mariano Cezar¹, Nayara Márgia Gama da Silva²

1- Acadêmico do curso de Serviço Social

2- Especialista em Didática do Ensino Superior – Professora Multivix - Serra

RESUMO

O texto trata de um estudo aprofundado sobre as medidas socioeducativas aplicadas a menores infratores no Brasil. O objetivo é demonstrar a ineficiência dessas medidas, identificar suas principais causas e analisar o papel do CRAS (CREAS) e da sociedade na ressocialização dos jovens infratores. A pesquisa questionou a inserção de jovens na criminalidade devido à ineficiência das medidas socioeducativas, enfatizando a importância de uma aplicação adequada pelo Estado. O trabalho visa despertar o interesse em estudar essa temática, particularmente no campo do serviço social, para abordar o assunto com maior seriedade e conhecimento.

Palavras-Chave: Medida socioeducativa; Ineficiência; Menor Infrator; Políticas Sociais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui em um estudo aprofundado, na compreensão das medidas socioeducativas impostas ao menor infrator, de forma a comprovar a ineficiência da sua aplicação, bem como, identificar suas principais causas e analisar o papel do CRAS (CREAS) junto com a sociedade no auxílio da ressocialização dos jovens, investigando junto ao Estatuto da Criança e Adolescente as legislações que auxiliam no tratamento desses jovens e por conseguinte o que leva o mesmo a prática desses tais atos.

É notório que Brasil vem enfrentando um momento tão quanto conturbado, isso porque a violência vem aumentando gradativamente, o que leva, conseqüentemente, a vulnerabilidade e a insegurança da sociedade, de modo conseqüente, o que responsabiliza o aumento da violência no Brasil são o surgimento de diversas teses sobre essa problemática, na qual responsabilizam o adolescente como o principal causador do aumento da violência e da criminalidade.

Sendo assim, Gabriel Augusto Cossi da Silva, destaca que:

O fato do adolescente ser envolvido na delinquência de forma tão precoce, geralmente está relacionado ao abandono dos estudos básicos ou nem ter entradono ensino. Aliado a isso, a influência negativa de seu ciclo social, do ambiente em que vive ou da falta dos pais em sua

criação, também são fatores que contribuem frequentemente para que o indivíduo entre na criminalidade tão jovem (SILVA, 2022, p.2)

Nesse sentido, a presente pesquisa visa questionar a inserção dos jovens na criminalidade em razão a ineficiência das medidas socioeducativa, sem aprofundar, no entanto, na identificação ou não da culpabilidade exclusiva do adolescente no crescimento da violência, no sentido que, realmente existe a participação deles na prática delitiva, mastal prática só ocorre, uma vez que o Estado não age corretamente na aplicação frente a essa situação.

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 228, na qual afirma que os menores de dezoito anos são considerados inimputáveis do ponto de vista penal, que por consequência, possuem uma legislação especial. Melhor dizendo, os adolescentes são responsabilizados pelo cometimento de atos infracionais, que são típicos e ilícitos, uma vez que em razão da idade não podem receber os mesmos tratamentos penais de quem é absolutamente capaz.

Nessa lógica, abordando uma pesquisa bibliográfica, buscou-se responder a seguinte problemática: Tendo em vista a atual ineficiência de medidas socioeducativas queauxiliam na diminuição de jovens inseridos na criminalidade, qual seria o papel do CRAS (CREAS) junto com a sociedade no auxílio da ressocialização dos jovens que cumprem medidas socioeducativas?

Desse modo, o objetivo geral que norteia esse presente trabalho é realizar revisão bibliográfica acerca do tema a inserção dos jovens na criminalidade em razão a ineficiência das medidas socioeducativa, identificando suas principais causas e analisar a aplicabilidadedas mesmas no ordenamento jurídico brasileiro, verificando qual seria o papel do CRAS (CREAS) junto com a sociedade no auxílio da ressocialização dos jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Em vista disso, para atingir esse objetivo, a estrutura dessa pesquisa foi subdivida em três capítulos. O primeiro capítulo que inicia a essa pesquisa traz em foco as legislações existentes adotada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, na qual estabelecemquais são as medidas socioeducativas e os parâmetros para que sejam executadas.

No segundo capítulo foi dissertado a respeito da prática do ato infracional, o estudoem questão pretende compreender melhor o adolescente que está em conflito com a lei, que comete ato infracional e as medidas socioeducativas que são impostas a eles, bem como, a melhor aplicação delas proporcionando

oportunidades para sua reintegração social.

O terceiro capítulo partiu do intuito de apresentar as Medidas Socioeducativas, analisando o caráter e a natureza de cada uma, e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo soluções para sua melhor aplicabilidade.

Assim, dentre os objetivos deste presente trabalho, pretendeu-se despertar no leitoro interesse e a necessidade de desenvolver um estudo aprofundado sobre essa temática nos cursos de serviço social, na qual é um assunto muito construtivo para essa profissão, e deve ser trabalhado com mais seriedade e conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O estatuto da criança e do adolescente (ECA) é uma lei criada em 13 de julho de 1990 que tem como objetivo a segurança integral à criança e ao adolescente, (BRASIL 1990). Por meio dela foi estabelecida a família, a sociedade e ao estado a responsabilidade de formação e estruturação dos indivíduos, (BRASIL, 1990), isto é, deve haver um uma parceria em conjunto para que se desenvolva programas e projetos eficientes para estruturação social destes jovens em inserção meio a sociedade.

Sendo assim, O ECA representa o principal marco legal do Brasil relativo aos direitos da criança e do adolescente, determinando as garantias e direitos fundamentais de criança e adolescentes e reafirmando a visibilidade destes na qualidade dos titulares de direitos, em situação de desenvolvimento social e prioridade absoluta, (BRASIL, 1990).

Dessa forma, torna-se fruto de uma construção coletiva, na qual passou por diversos aprimoramentos para se manter como um conjunto de leis avançadas e atualizadas. Dentre esses aprimoramentos se destacam:

- Lei da Primeira infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016): Estabelece ao Estado o dever de elaborar meios de assegurar o desenvolvimento integral para primeira infância.
- Lei do Menino Bernardo (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014): Criado para abolir castigos físicos como forma de educar.
- Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Sinase (Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012): Quando adolescente pratica algum ato infracional é executado a ele medidas socioeducativas.

- Lei que instituiu a Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017): Medida de proteção de direitos de Crianças e adolescentes vítimas de violência.

Destas, a lei que busca-se analisar no presente trabalho é a lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que busca executar medidas socioeducativas ao jovem em prática de ato infracional.

Por tanto, o art. 112 da lei 8.069, defini como medidas de cunho socioeducativo: a advertência, a obrigação de reparar o dano; a prestação de serviços à comunidade; a liberdade assistida; a inserção em regime de semiliberdade; a internação em estabelecimento educacional, além de outras medidas de proteção.

Segundo (COSCONI, 2017, p.241) deve-se analisar os processos resultantes de privação de liberdade, possibilitando possíveis intervenções futuras de medidas socioeducativas humanizadas e efetivas para transformações positivas. Ressalta que se faz necessário contribuições fundadas com subsídios favoráveis promovendo o desenvolvimento saudável na aplicação destas medidas aos jovens.

Dessa forma, (COSTA, 2019), relata que as medidas socioeducativas de internação ao ser analisadas são insuficientes quando se trata de contribuição do desenvolvimento dos planos de futuro dos jovens em prática de atos infracionais. As inserções oferecidas em cursos profissionalizantes e o acesso a escola não são satisfatórias a modo de potencializar o desenvolvimento e promover autonomia, mas que as medidas de internação norteiam práticas punitivas, minimizando o sofrimento em vez de defrontar.

Por fim, compreende-se que o aparato de leis e normas são essenciais para ampliação de promoção do acesso à educação, intensificação da luta contra o trabalho infantil e estabelecimento de recursos para apoiar as vítimas de violência. Por outro lado, sabe-se que existem muitos desafios para que crianças e adolescentes tenham garantia de que seus direitos sejam respeitados, protegidos e devidamente assegurados.

DOS DIREITOS E DEVERES

Em 1988 é assinalada a prevalência dos direitos humanos, direitos já descritos na Constituição Brasileira de 1946, (BRASIL 1988) na qual o Art. 5º da Constituição Federal versa que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Portanto, a criança e adolescente assim como todo e qualquer cidadão, estão amparados em aparatos legislativos de maneira a que estes possuam seus direitos inalienáveis, de forma igual e sem discriminação.

Nesse sentido, (NOGUEIRA, OLIVEIRA, 2019, p.71) diz que os jovens eram vistos como meros objetos, e não como sujeitos. E que a partir da inauguração da Doutrina Menorista foi estabelecido dispositivos legais em conjunto com a sociedade de maneira a realizar avanços positivos em razão do comportamento de crianças e adolescentes.

Mas, o que se observa em meio a sociedade são inúmeros fatores que influenciam essas parcelas de delitos, a falta de iniciativas e programas governamentais, a má qualidade do ensino fundamental e médio em determinadas regiões do país são alguns desses fatores.

Logo, vale ressaltar que mediante a Constituição todo cidadão é um sujeito de direitos e deveres, e devem ter benefícios e obrigações para viver em sociedade. As Crianças e adolescentes tem o direito a condições dignas de saúde, educação e cultura, bem como, ao lazer, ao respeito e a proteção digna, entre outros. E tem como dever respeitar o próximo, frequentar a escola e zelar pelo bem comum em meio a sociedade, (BRASIL, 1990).

DA LÓGICA DISCIPLINAR

A lógica é o estudo dos métodos e princípios usados para distinguir o raciocínio correto do incorreto, trata-se de argumentos e conclusões a partir de outras informações e percepções. No Estatuto da Criança e do Adolescente se faz presente a lógica disciplinar, no intuito de corrigir as virtualidades dos indivíduos, conforme descrito no artigo 126 do ECA:

Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão como forma de exclusão do processo, atendendo as

circunstancias e consequências do fato, ao contexto social, bom como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional (BRASIL, 1990).

Nesse mesmo sentido, o no artigo 127 diz que:

A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação (BRASIL, 1990).

Dessa maneira, fica fragilizado a relação entre ato e medida aplicada devido a formaem que esta construída a imagem jurídica do adolescente no Código Penal, visto como um ser humano em fase de formação, isto é, alguém social em desenvolvimento biológico, cabendo a ele um tratamento desigual conferido ao adulto.

O adolescente mediante esse tratamento diferenciado quebra o conceito de disciplina, pois, desobedece às regras, os regulamentos e descaracteriza a conduta de assegurar o bem-estar e/ou bom funcionamento dos indivíduos, por isso as medidas devem ser aplicadas ao infrator, trazendo responsabilização pelo suposto ato e educação para vida social. Nesse sentido, Jacqueline de Oliveira Moreira, Maria José de Gontijo Salum e Rodrigo Tôrres Oliveira, versão que:

[...] o governo apaga os processos de lutas políticas nas conquistas de direitos, colocando os mesmos como concessão de estado. Ao assinar o referido estatuto, o presidente Fernando Collor o fez como um símbolo da modernização da justiça brasileira, tornando-se assim um “salvador das criancinhas” (MOREIRA; SALUM; OLIVEIRA, 2016, p. 47).

Vale lembrar que a lei 8.069 foi criada no período de processo de democratização do país, no qual a sociedade se envolve de maneira mais ativa em debates e deliberações. do ECA quanto da Constituição, promovendo o aumento da participação da comunidade e da sociedade na promoção dos direitos. infante-juvenis, sendo assim tanto o Estado quanto a sociedade tem responsabilidade sobre o estatuto (BRASIL, 1990).

Em suma, compreende-se o Estatuto da Criança e do Adolescente como uma normativa que assegure a estes indivíduos o pleno desenvolvimento social, respaldando e garantindo direitos. Reconhecendo também que estes devem respeitar e praticar o conceito da lógica disciplinar, caso estes não façam o cumprimento desta lógica, a eles será imputado medidas com intuito de conscientizá-lo sobre o peso de suas ações em meio a sociedade, procurando direcioná-lo a se tornar um cidadão de bem em concordância com a lei.

A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

A ideia da responsabilização onde crianças e adolescentes são responsáveis pelos atos que praticam faz com que a sociedade reivindique respostas e resultados das consequências jurídicas de uma conduta, no caso é incorreto dizer que o menor de idade cometeu um crime, mas sim, uma infração. E o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem como um importante instrumento onde visa sua proteção integral, no seu desenvolvimento e de sua integridade (DE PAULA, 2006).

Sendo assim, ato infracional são as condutas praticada e cometidas em desconformidade com os princípios e as normas da sociedade, conforme o artigo 103 do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) da lei 8.069, de 13 de julho de 1990 que diz, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL,1990).

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 228, afirma que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, que por consequência, possuem uma legislação especial. Melhor dizendo, os adolescentes são responsabilizados pelo acometimento de atos infracionais, que são típicos e ilícitos, uma vez que em razão da idade não podem receber os mesmos tratamentos penais de quem é absolutamente capaz.

Nesse sentido, conforme preceitua o artigo 104 do Estatuto da criança e adolescente:

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.
Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato (BRASIL,1990).

Ademais, inimputável é o indivíduo que não pode ser responsável pelos seus atos, e que as penas previstas no código penal não se aplicam a esses indivíduos em conflito com as leis, o código Penal- Decreto-Lei nº 2.848, 7 de dezembro de 1994 versa:

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato de acordo com esse entendimento (BRASIL Lei 2,848 Código Penal ,1994).

Por tanto, as crianças e adolescentes são amparados pelo (ECA), na qual prevê condições específicas aos procedimentos adotados para cada caso específico. São condutas similar aos crimes previstos na legislação penal, mas

que são praticadas por pessoas inimputáveis, que conforme a constituição federal são menores de dezoito anos, que por entender são pessoas especiais em desenvolvimento. O estatuto da criança e adolescente traz em seu artigo 2 da lei nº 8,069 a distinções as expressões “criança” e “adolescente” onde considera-se criança pessoas 12 anos de idade incompletos e adolescente pessoas de 12 anos a 18 anos.

O ato infracional em sua eventual aplicação para ao adolescente com idade de 12 a 18 anos são medidas de proteção e ou socioeducativas, que tem uma proposta pedagógica que visa a ressocialização do jovem na sociedade partindo da transformação de valores e da reflexão interna sem a intenção de punição. Procura a identificação da situação que levou o adolescente a prática infracional traçando um projeto de acompanhamento do adolescente seja por meio aberto ou em restrição de liberdade.

Segundo o Art. 112 do estatuto da criança e adolescente as medidas socioeducativas são: “Advertência; Obrigação de reparar danos; Prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Inserção de regime semi-liberdade; Internação em estabelecimento educacional” (ECA, art.112).

No caso das crianças com idade até 12 anos incompletos, quando cometem o ato infracional não poderão ser encaminhados para delegacia e sim para o conselho tutelar, que posteriormente se encaminhará a autoridade policial para registrar o fato ocorrido sem a presença da criança que cometeu o ato, junto com a 2ª Vara da infância e da juventude que tem competência para julgamento do adolescente que pratica atos infracionais e para controlar as medidas impostas as crianças infratoras. A intervenção neste caso do conselho tutelar é muito importante para garantir que todas as crianças e adolescentes tenham todos os seus direitos garantidos.

Por tanto, na situação das crianças que cometem ato infracional são tomadas medidas por autoridades competentes conforme descreve o Artigo 101 do estatuto da criança e adolescente.

O estatuto da criança e adolescente traz que a criança e ao adolescente são responsabilidades da família, sociedade da comunidade e do poder público. O estatuto não enfatiza só a criança e o adolescente e sim dota a sociedade em geral e o estado. Como se refere o estatuto no Art. 4º: (KAMINSKI, 2002, p. 34)

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos

referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária (...) (ECA)”

Em conclusão, o envolvimento da família é fundamental no trabalho com menores infratores. Ao fornecer apoio, amor e orientação, as famílias contribuem significativamente para a reabilitação e reintegração desses jovens. O ambiente familiar desempenha um papel fundamental na abordagem de questões subjacentes, promovendo o bem-estar emocional e promovendo valores e comportamentos positivos. Reconhecer e investir na importância do envolvimento da família é crucial para quebrar o ciclo da delinquência e ajudar os infratores juvenis a construir um futuro melhor.

DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

As medidas socioeducativas para adolescentes desempenham um papel fundamental na promoção da reabilitação, crescimento pessoal e reintegração social. Essas medidas oferecem uma alternativa às abordagens punitivas, reconhecendo as necessidades únicas e o potencial de mudança dos jovens que cometeram delitos, Priscila Francielle Knoop Silveira dispõe que:

Apesar das medidas socioeducativas serem um tipo de sanção penal aos menores infratores, elas têm natureza pedagógica-educativa, visando a ressocialização. Sendo assim, elas possuem um caráter sancionatório do viés de que se trata da responsabilização do adolescente em frente a uma conduta lesiva e sua desaprovação, porém, visam a reparação do dano praticado e garantem os direitos individuais do menor infrator (SILVEIRA, 2020, p.9).

Por certo, as medidas socioeducativas referem-se a uma série de intervenções destinadas a abordar as causas subjacentes da delinquência dos jovens adolescentes. Eles visam combinar educação, apoio social e intervenções terapêuticas para fornecer uma abordagem abrangente para a reabilitação. Essas medidas variam entre as jurisdições, mas geralmente incluem programas como aconselhamento, treinamento vocacional, serviço comunitário e iniciativas de justiça restaurativa.

Nesse sentido, Luana Alves de Souza e Liana Fortunato Costa dissertam que:

As medidas socioeducativas são aplicadas quando verificadas situações nas quais o comportamento do adolescente assume uma tipologia de crime ou contravenção penal, conforme previsto no artigo 103 do Estatuto. É de se grafar que as medidas socioeducativas não têm natureza de pena, de punição. Em consonância com o artigo 112 do ECA, as medidas socioeducativas que poderão ser aplicadas aos

adolescentes são: Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de Serviços à Comunidade; Liberdade Assistida; Semiliberdade e Internação (SOUZA; COSTA, 2013, p.2).

Assim sendo, pode-se entender que a natureza das medidas socioeducativas não tem caráter punitivo, mas sim educativo, na qual visa buscar a reintegração social do indivíduo, reavaliando sua conduta. Dessa forma, analisaremos cada uma delas.

2.3.1 Advertência

A medida socioeducativa de advertência está prevista no artigo 115 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei 8.069, de 13 Julho de 1990 e é um meio de intervenção destinado a atender infrações de menor potencial ofensivo cometidas por indivíduos, ou seja, de natureza leve, sem recorrer a medidas punitivas mais severas. Essa advertência será reduzida a termo e também poderá ser verbal (BRASIL, 1990), sendo necessário existir prova da materialidade e da autoria do ato infracional praticado, seu principal objetivo é criar uma transformação significativa na vida do jovem infrator, afastando-o do caminho da delinquência.

Ademais, tal medida procura estabelecer um senso de responsabilidade, ao mesmo tempo em que oferece uma oportunidade de reabilitação e desenvolvimento pessoal promovendo mudanças positivas de comportamento incentivados a fazer melhores escolhas no futuro, essa medida oferece orientação em vez de punição.

2.3.2 Obrigação de reparar o dano

A medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano, prevista no artigo 116 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) da Lei 8.069, de 13 julho de 1990, que dispõe:

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, essa medida socioeducativa busca a reintegração social de jovens em conflito com a lei trazendo uma responsabilidade a ele sobre as consequências de seus atos, como também incentiva sua participação na

reparação dos danos causados às vítimas.

Essas atividades podem variar de acordo com a natureza do delito, mas geralmente envolvem a prestação de serviços à comunidade, o pagamento de indenizações, a participação em programas de orientação e capacitação, tal medida também possui um caráter restaurativo, uma vez que busca promover a restauração das relações afetadas pelo delito.

Segundo Wilson Donizeti Liberati:

Tem-se que o propósito da medida é fazer com que o adolescente infrator se sinta responsável pelo ato que cometeu e intensifique os cuidados necessários, para não causar prejuízo a outrem. Por isto, há entendimento de que essa medida tem caráter personalíssimo e intransferível, devendo o adolescente ser o responsável exclusivo pela reparação do dano (LIBERATI, 2006, p. 105).

É fundamental destacar que a medida de cunho socioeducativo precisa ser aplicada de forma individualizada, levando em consideração as particularidades de cada caso. Deve-se considerar a idade do adolescente, seu grau de envolvimento no delito, bem como suas condições pessoais e socioeconômicas, tais medidas poderão ser cumpridas em qualquer dia, incluindo aos finais de semana e feriados, para não prejudicar seu desenvolvimento do adolescente na escola (CAETANO, 2020).

Em resumo, a medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano desempenha um papel relevante na promoção da responsabilização e ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Por meio do envolvimento ativo do jovem na reparação do dano, busca-se estimular sua consciência social, desenvolver sua empatia e promover a restauração das relações afetadas.

2.3.3 Prestação de serviço à comunidade

A medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade, prevista no artigo 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei 8.069, de 13 Julho de 1990, que dispõe:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

Contudo, essa medida socioeducativa é uma forma de intervenção como alternativa à privação de liberdade. Ela busca promover a ressocialização do adolescente, levando-o a refletir sobre seus atos e contribuir de maneira positiva para a comunidade em que está inserido. Seu objetivo principal proporcionar ao jovem a oportunidade de reparar o dano causado por sua conduta infracional, além de estimular o desenvolvimento de habilidades sociais.

A medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade pode envolver diferentes tipos de atividades, como trabalhos em instituições públicas, parques, escolas, praças, entidades assistenciais e outros locais de interesse comunitário. Essas tarefas podem variar desde a limpeza e conservação de espaços públicos até o auxílio em projetos sociais e educacionais.

Essa medida oferece ao jovem a oportunidade de adquirir novas habilidades, aprender a trabalhar em equipe e estabelecer relações saudáveis com outros indivíduos. É importante ressaltar que para a aplicabilidade dessa medida é necessário um acompanhamento adequado, com profissionais capacitados devem estar envolvidos no planejamento e na supervisão das atividades, orientando o jovem durante o cumprimento da medida.

2.3.4 Liberdade assistida

A medida socioeducativa de Liberdade Assistida, prevista no artigo 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei 8.069, de 13 Julho de 1990, na qual, o artigo 118 versa:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990).

Por certo, essa medida socioeducativa é uma alternativa à privação de liberdade, geralmente aplicada a adolescentes que cometeram atos infracionais e que necessitam de acompanhamento e apoio.

A Liberdade Assistida é fundamentada em princípios socioeducativos, buscando abordar as causas que levaram o adolescente a cometer o ato

infracional, bem como proporcionar oportunidades para sua reintegração social.

Um dos aspectos centrais da Liberdade Assistida é a presença de um orientador socioeducativo, profissional capacitado que irá acompanhar de perto o adolescente em cumprimento da medida. O orientador atua como um mediador entre o jovem, sua família e a comunidade, auxiliando na construção de um plano individualizado de atendimento, com metas e atividades a serem cumpridas promovendo sua responsabilização pelos atos cometidos e oferecendo suporte para seu desenvolvimento pessoal.

As atividades desenvolvidas durante a Liberdade Assistida podem variar de acordo com as necessidades específicas de cada jovem. Elas incluem, por exemplo, o acompanhamento da frequência escolar, o acesso a atividades esportivas e culturais, o apoio para a busca de emprego e a participação em programas de capacitação profissional. Além disso, são realizados encontros regulares entre o orientador socioeducativo, o jovem e sua família, visando fortalecer os vínculos familiares e promover uma rede de apoio ao adolescente, prevenindo a reincidência e promover a reinserção do adolescente na sociedade.

2.3.5 Semi liberdade

A medida socioeducativa de semi liberdade prevista no artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei 8.069, de 13 Julho de 1990, que dispõe:

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Nesse sendo, tal medida socioeducativa se destina a jovens que cometeram atos infracionais e têm idade entre 12 e 21 anos, nesse cenário, o jovem é encaminhado a uma unidade de semiliberdade, onde ele conviverá com outros adolescentes em situação semelhante.

Durante o cumprimento da medida, o adolescente poderá frequentar a escola regularmente ou participar de programas de capacitação profissional, buscando seu desenvolvimento educacional e habilidades para o mercado de trabalho. Além disso, são oferecidas atividades socioeducativas, como cursos,

oficinas, práticas esportivas e culturais, visando estimular o aprendizado.

Nesse sentido, Jacqueline de Oliveira Moreira, Juliana Marcondes Pedrosa de Souza e Paula Melgaço Rocha, entendem que:

Tudo isso, frise-se, em um contexto praticamente esvaziado de uma transcendência capaz de possibilitar a formação de laços sociais e a constituição de um sujeito autônomo, de modo que, confrontando com suas angústias e conflitos, ao indivíduo engendrado pela sociedade de consumo resta socorrer-se de si mesmo [...] (MOREIRA; SOUZA; ROCHA, 2015. p.90).

Percebe-se, por tanto, que a semi liberdade busca equilibrar a necessidade de punição pelo ato cometido com a oportunidade de ressocialização e reintegração social de forma gradual e supervisionada. Nesse caminho, o adolescente poderá se afastar da unidade durante o dia para estudar ou trabalhar, mas dever retornar à noite.

Além disso, durante o período de semiliberdade, o adolescente recebe acompanhamento de uma equipe interdisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores e outros especialistas, que fornecem orientação, apoio emocional e auxílio na construção social do indivíduo. No entanto, faz-se necessário também um trabalho em conjunto entre o sistema de justiça e a comunidade, na execução das medidas socioeducativas, visando a construção de uma rede de apoio sólida e integrada.

Em suma, a medida socioeducativa de semi liberdade representa uma oportunidade para que jovens em conflito com a lei possam reconstruir suas vidas, tendo acesso à educação, ao trabalho e a um ambiente de convívio social saudável.

2.3.6 Internação

A medida socioeducativa de internação prevista no artigo 121, 122, 123 e 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei 8.069, de 13 Julho de 1990, essa medida é aplicada quando o adolescente comete atos infracionais graves ou reiterados, que demandam uma intervenção mais intensa para garantir sua proteção e a segurança da sociedade.

A internação é uma medida restritiva de liberdade temporária, não possui caráter punitivo, mas sim educativo. Durante o período de internação, o jovem é acolhido em uma unidade especializada, onde são oferecidos cuidados, educação, assistência psicossocial, profissionalização e atividades de ressocialização.

Além disso, são oferecidos serviços de saúde, acompanhamento psicológico e assistência jurídica, para garantir que o adolescente receba o suporte necessário para lidar com suas questões pessoais e jurídicas.

Nesse sentido, tal medida possui caráter transicional, ou seja, é estabelecido um prazo máximo de cumprimento de 3 anos, que varia de acordo com a gravidade do ato infracional cometido. Após o cumprimento da medida de internação, o adolescente é acompanhado em seu processo de reintegração na sociedade, por meio do acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, que visa apoiar sua reinserção familiar, educacional e profissional.

Nesse pensamento, Rosa Elisa Mirra Barone, afirmar que:

A capacitação para o trabalho de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas deve incluir o desenvolvimento de competências e habilidades que considerem as demandas reais do mundo do trabalho de modo a promover a inserção futura dos jovens nos espaços de trabalho, articulado com os princípios educativos de formação cidadã e com a educação escolar (BARONE, 2016, p.136).

Em suma, a medida socioeducativa de internação busca, por meio de uma abordagem educativa e assistencial, proporcionar ao adolescente infrator uma oportunidade de reflexão, aprendizado e desenvolvimento, com vistas a sua reintegração social.

2.4 DA APLICAÇÃO DAS MEDIAS SOCIOEDUCATIVAS

As medidas socioeducativas para adolescentes desempenham um papel fundamental na promoção da reabilitação, crescimento pessoal e reintegração social. Essas medidas oferecem uma alternativa às abordagens punitivas, reconhecendo as necessidades únicas e o potencial de mudança dos jovens que cometeram delitos. Ao focar na educação, no desenvolvimento de habilidades e no envolvimento da comunidade, essas medidas visam capacitar os adolescentes, incutir um senso de responsabilidade e preparar o caminho para um futuro melhor (ANDRADE, 2022. p.19). Este ensaio explora a importância e os benefícios das medidas socioeducativas para adolescentes na promoção de uma transformação positiva.

A medida geralmente inclui programas educacionais que se concentram em uma variedade de tópicos, como resolução de conflitos, habilidades de tomada de decisão, empatia e compreensão das consequências. Esses programas visam equipar os indivíduos com as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios

e fazer escolhas informadas em suas vidas.

Deste modo, os pais desempenham um papel fundamental na vida do adolescente, servindo como os principais agentes de socialização e na construção do seu caráter. Eles são os responsáveis pela repetição de bons hábitos, moldando os valores, crenças e comportamentos de seus filhos, pois, em primeiro lugar, a família serve como a principal fonte de amor, cuidado e apoio. Sendo assim, a família tem suma importância no auxílio do desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente.

Da mesma maneira que, o Estado tem o dever de garantir uma qualidade de vida e bem-estar social de cada indivíduo, assegurando direito a vida, a saúde, a educação, a segurança, o lazer etc. mediante políticas públicas sociais por ele aplicadas.

Portanto, para que a aplicação das medidas socioeducativas tenha um bom desempenho e que tenham resultados na vida dos adolescentes, é necessário a união e o comprometimento dos agentes socializadores, sendo estes, a família e o Estado, no cumprimento de cada uma delas.

Para melhor aplicação, o essencial seria a inserção desses jovens após o cumprimento da medida socioeducativa em projetos sociais como, escola de futebol, música, tecnologia, entre outros projetos, que tenham a finalidade de desenvolver o aprendizado facilitando a inserção do mesmo no mercado de trabalho e distanciando do local contraproducente, fazendo assim a correta aplicação da lei.

Nessa linha de pensamento, com base nas pesquisas realizadas com os jovens que ingressam ao mercado de trabalho após o cumprimento das medidas socioeducativas, Cibele Soares da Silva Costa e Maria de Fatima Pereira Alberto, dissertam que:

Os jovens apontam que o programa de acompanhamento aos egressos de MSE tem proporcionado a inserção em postos de trabalho, realizados por meio de encaminhamentos ao mercado de trabalho e através dos cursos profissionalizantes e o retorno à escola. Essas atividades têm sido identificadas por alguns autores como fundamentais para o afastamento dos atos infracionais e para a construção do projeto de vida (COSTA; ALBERTO. 2021, p.8).

Por fim, para prevenção de uma possível entrada do jovem na criminalidade, torna-se indispensável a participação da família, juntamente com a atuação do Estado na construção do caráter social, e para haver a recuperação

desses jovens precisa-se tanto da participação do Estado quanto da família para construir um futuro melhor, aprendendo com seus erros e contribuam positivamente para o bem-estar social.

METODOLOGIA E MÉTODO DA PESQUISA

A metodologia adotada para a confecção deste artigo está em comento com a metodologia bibliográfica de caráter exploratório, caracterizada pela identificação, recuperação, análise crítica e descrição de literatura relevante em meio impresso e eletrônico, como livros, artigos científicos, monografias e documentos técnicos, materiais esses essenciais ao deslinde da pesquisa. Esta abordagem é fundamental para estabelecer um quadro conceitual sólido, fornecer um contexto de pesquisa sobre um tema específico. Além disso, uma pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador identificar brechas no conhecimento existente, explorar diferentes perspectivas e teorias, bem como fundamentar sua própria investigação em bases teóricas sólidas.

Nessa perspectiva, será realizada revisão bibliográfica acerca do tema a inserção dos jovens na criminalidade em razão a ineficiência das medidas socioeducativa, identificando suas principais causas e analisar a aplicabilidade das mesmas no ordenamento jurídico brasileiro, verificando qual seria o papel do CRAS (CREAS) junto com a sociedade no auxílio da ressocialização dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, bem como a importância de se compreendendo o ato infracional em si e a legislação que são imputadas junto com as medidas socioeducativas que são impostas à prática do ato infracional.

Assim, para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa. Nessa abordagem, os dados da pesquisa são diretos. O pesquisador estabelece uma interação direta com o ambiente e o objeto de estudo em foco. A pesquisa qualitativa no entendimento de Minayo (2009, p. 21) “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Para obtenção dos dados necessários, foram utilizadas analisado a implementações das medidas socioeducativas, investigando as legislações referente a este assunto, bem como sua aplicabilidade em nosso ordenamento pátrio. Selecionar ensinamentos doutrinários, bem como o apontamento de correntes jurídicas distintas sobre o tema em questão por meio de levantamento

bibliográfico. A pesquisa foi realizada durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2023.

Por fim, esse artigo científico será dividido em três capítulos. O primeiro deles será intitulado “A prática do ato infracional”. O segundo capítulo, sob o título “O Estatuto da Criança e do Adolescente”. Por fim, o terceiro e último capítulo, sob o título “Das medidas socioeducativas”.

DISCUSSÃO

Com base nos artigos e pesquisas bibliográficas é observado: O crescente número de crianças e jovens inseridos na criminalidade e o papel de cada setor para a ressocialização e a reintegração dos jovens na sociedade. De acordo com

(COSTA, 2019) hoje as medidas socioeducativas não são suficientes para que esses jovens não voltem a praticar atos infracionais. Baseado nos estudos é notório que a participação de uma rede de apoio como o estado, a família, e a sociedade, inclusive com as medidas socioeducativas são de grande importância para reinserção do menor infrator a sociedade. Como se refere o estatuto no Art. 4º (KAMINSKI, 2002, p. 34), a participação do estado, da família e da sociedade é de grande importância para construção de uma base sólida onde os jovens tem a capacidade de serem ressocializados de maneira efetiva na coletividade, nesses termos Rodrigues e Souza destacam que:

Apenas a execução da medida estabelecida é insuficiente para que tenha a reinserção do adolescente que cometeu ato infracional em seu meio social, sendo imprescindível a ajuda da família e que seja necessariamente estruturada, da sociedade, de uma educação apropriada, da inclusão no mercado de trabalho e de políticas públicas para prevenção e acolhimento (RODRIGUES; SOUZA, 2016).

Com base no pensamento citado, as políticas públicas efetiva e preventiva se faz necessário de maneira que possa minimizar as desigualdades sociais. Algumas delas como: A participação da família do menor em sua fase de crescimento, investimento na educação, investimento em infraestrutura nos centros de ressocialização e cursos profissionalizantes para jovens infratores.

Nesse sentido, é notório que nos dias atuais ocorrem debates em que se discutem a importância da família na educação das crianças e jovens que por vezes acabam delegando a educação dos filhos a sua rede escolar e as escolas por sua vez não assumem esse papel, todavia são as responsabilidades escolares

atuar na formação educacional e afamília que por sua parte educar moralmente.

Por fim conclui-se que para obter êxito na aplicação da medida socioeducativa, comfoco na ressocialização de menores infratores, é alcançável com ajustes simples que os gestores do sistema de ressocialização podem implementar. Tais ações não apenas reduziriam os índices de reincidência de atos infracionais entre esses jovens, mas tambémlevariam a economias financeiras para o Estado. Sendo assim, percebe-se que a falta de investimentos em politicas publicas sociais resultam no aumento da população nos centrosde internação com reincidência, e para que ocorra essa diminuição, se faz necessário a participação da família na construção da educação desses jovens, bem como, o Estado na construção de politicas publicas adequadas para a inserção desse jovens na sociedade, buscando o efetivo cumprimento das medidas impostas, quanto mais a participação desses jovens em cursos proficionalizandes para a inserção no mercado de trabalho, afastando assim dos meios que os levaram a prática do ato infracional, proporcionando maior segurança a eles e resultando na diminuição da população nos centros de internação e baixa reincidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÕES

Diante do exposto, sabemos que diversos são os fatores podem levar os adolescentes a se envolverem em atividades criminosas. Entre eles, destacam-se a falta de acesso à educação de qualidade, a pobreza, a desigualdade social, a falta de oportunidades de emprego, a violência doméstica e o abandono familiar. Esses elementos combinados criam um ambiente propício para que os jovens se sintam atraídos por gangues, tráfico de drogas e outros tipos de crimes.

A sociedade ainda desempenha um papel muito crítico em relação a esses adolescentes, “ainda julga e estigmatiza esses adolescentes ao invés de abrir espaço parauma real ressocialização” (CAVALCANTE, 2021, p.23). É importante criar oportunidades de diálogo e escuta, oferecendo alternativas, ademais, é necessário promover a conscientização sobre os direitos e deveres dos adolescentes, buscando sensibilizar a sociedade para que não marginalize esses jovens.

Dessa forma, Oliveira (2001, p. 65) destaca que “a violência e o delito na adolescência suburbana podem ser entendidos como resposta ao desprezo ou à indiferença a que estão submetidos os adolescentes”. Sendo assim, é notório

que

vulnerabilidade do ambiente na qual ele vive e a falta de recursos podem levar ao cometimento de ato infracional.

Nesse sentido, é fundamental que o Estado e a sociedade como um todo se mobilizem para enfrentar esse problema. Investir em políticas de segurança pública que priorizem a prevenção e a inclusão social dos jovens é essencial. Isso envolve a criação de programas de educação de qualidade, a implementação de medidas socioeducativas efetivas e o fortalecimento de políticas de assistência social.

Ademais, é necessário promover a conscientização sobre os direitos e deveres dos adolescentes, buscando sensibilizar a sociedade para que não estigmatize ou marginalize esses jovens. É importante criar oportunidades de diálogo e escuta, oferecendo alternativas e perspectivas de futuro para que possam se afastar do caminho da criminalidade.

Nesse sentido, as medidas socioeducativas para adolescentes desempenham um papel fundamental na promoção da reabilitação, crescimento pessoal e reintegração social. Essas medidas oferecem uma alternativa às abordagens punitivas, reconhecendo as necessidades únicas e o potencial de mudança dos jovens que cometeram delitos. Ao focar na educação, no desenvolvimento de habilidades e no envolvimento da comunidade, essas medidas visam capacitar os adolescentes, inculcar um senso de responsabilidade e preparar o caminho para um futuro melhor (ANDRADE, 2022. p.19). Este ensaio explora a importância e os benefícios das medidas socioeducativas para adolescentes na promoção de uma transformação positiva.

A medida geralmente inclui programas educacionais que se concentram em uma variedade de tópicos, como resolução de conflitos, habilidades de tomada de decisão, empatia e compreensão das consequências. Esses programas visam equipar os indivíduos com as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios e fazer escolhas informadas em suas vidas.

Deste modo, os pais desempenham um papel fundamental na vida do adolescente, servindo como os principais agentes de socialização e na construção do seu caráter. Eles são os responsáveis pela repetição de bons hábitos, moldando os valores, crenças e comportamentos de seus filhos, pois, em primeiro lugar, a família serve como a principal fonte de amor, cuidado e apoio. Sendo

assim, a família tem suma importância no auxílio do desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente.

Da mesma maneira que, o Estado tem o dever de garantir uma qualidade de vida e bem-estar social de cada indivíduo, assegurando direito a vida, a saúde, a educação, a segurança, o lazer etc. mediante políticas públicas sociais por ele aplicadas.

Portanto, para que a aplicação das medidas socioeducativas tenha um bom desempenho e que tenham resultados na vida dos adolescentes, é necessário a união e o comprometimento dos agentes socializadores, sendo estes, a família e o Estado, no cumprimento de cada uma delas.

Para melhor aplicação, o essencial seria a inserção desses jovens após o cumprimento da medida socioeducativa em projetos sociais como, escola de futebol, música, tecnologia, entre outros projetos, que tenham a finalidade de desenvolver o aprendizado facilitando a inserção do mesmo no mercado de trabalho e distanciando do local contraproducente, fazendo assim a correta aplicação da lei.

Nessa linha de pensamento, com base nas pesquisas realizadas com os jovens que ingressam no mercado de trabalho após o cumprimento das medidas socioeducativas, Cibele Soares da Silva Costa e Maria de Fatima Pereira Alberto, dissertam que:

Os jovens apontam que o programa de acompanhamento aos egressos de MSE proporcionado a inserção em postos de trabalho, realizados por meio de encaminhamento ao mercado de trabalho e através dos cursos profissionalizantes e o retorno à escola. Essas atividades têm sido identificadas por alguns autores como fundamentais para o afastamento dos atos infracionais e para a construção do projeto de vida (COSTA; ALBERTO. 2021, p.8).

Por fim, para prevenção de uma possível entrada do jovem na criminalidade, torna-se indispensável a participação da família, juntamente com a atuação do Estado na construção do caráter social, e para haver a recuperação desses jovens precisa-se tanto da participação do Estado quanto da família para construir um futuro melhor, aprendendo com seus erros e contribuam positivamente para o bem-estar social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Aguiar Souza de. **Processos de trabalho do assistente social no creas com ênfase nas medidas socioeducativas**. São Paulo. 2022. p.19. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1201/ELIENE%20AGUIAR%20SOUZA%20DE%20ANDRADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02. Junho. 2023.

BARONE, Rosa Elisa Mirra. **Adolescente em liberdade assistida, capacitação para o trabalho e inserção socioproductiva**. In C. A. C. Filgueiras, R. Medeiros (Orgs), *Jovens, trabalho e políticas públicas: Anseios e desafios*. 2016. p.136. Belo Horizonte, MG: PUC Minas.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de setembro de 2023.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24.mai.2023.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Brasília-DF. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

Acesso em 24 de setembro de 2023.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro DE 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 28. Setembro. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 01. Junho. 2023.

CAETANO, Lara Cristina Gonçalves. **Evolução do estatuto da criança e do adolescente: medidas protetivas e socioeducativas aplicadas ao menor**. Goiânia, 2020,

p.22. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1262/1/LARA%20CRISTINA%20-%20TC.pdf>

Acesso em 01. Junho. 2023.

CAVALCANTE, Geovana Nascimento. **O adolescente em conflito com a lei e as medidas socioeducativa: Promotores da criminalidade ou vítimas dela?**. Curitiba: CRV, 2021. p. 23.

COSCONI, Vinicius. COSTA, Luiza Lins Araújo. ROSA, Edinete Maria. KOLLER,

Silvia Helena. **O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura.** Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.3.24920>. Acesso em 30 de setembro de 2023.

COSTA, Cibele Soares da Silva. ALBERTO Maria de Fatima Pereira. SILVA, Eralayne Beatriz Félix de Lima. **Vivências nas Medidas Socioeducativas: Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens.** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

DE PAULA, Paulo Afonso Garrido. Ato infracional e natureza do sistema de responsabilização. **Evolução histórica do Direito da Infância e da Juventude**, p. 25, 2006.

KAMINSKI, André Karst. **O conselho tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição?** Editora da ULBRA, 2002, p. 34.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente.** 9.ed. revista e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2006. p.105.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; ROCHA, Paula Melgaço. **Diálogo com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a acolhida, os eixos e o desligamento.** Editora CRV. Curitiba. 2015. p.90.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. SALUM, Maria José de Gontijo. OLIVEIRA, Rodrigo Tôrres. **Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidade.** 1ª Edição, 2016, p. 47. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_ECA-web.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2023.

NOGUEIRA, Jailson alves. OLIVEIRA, Ramon Rebouças Nolasco. **Crianças e Adolescentes: De meros objetos de intervenção a sujeitos de direitos e deveres.** Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=related:hwZJCK18gAIJ:scholar.google.com/&hl=pBR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1696042430978&u=%23p%3DF2SbmKS2m3YJ. Acesso em 29 de setembro de 2023.

OLIVEIRA, Carmen Silveira. **Sobrevivendo no inferno.** Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 65.

RODRIGUES, M; SOUZA, R. **A aplicação do ECA na ressocialização do menor infrator.** <https://jus.com.br/artigos/57530/aaplicacao-do-eca-na-ressocializacao-do-menor-infrator>. Acesso em 27 de outubro de 2023.

SILVA, Gabriel Augusto Cossi da, **A CRIMINALIDADE NA JUVENTUDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENVOLVIDAS.** Brasília, 2022, p. 2. Disponível em: <https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/665/709>. Acesso em 23.Maio. 2023.

SILVEIRA, Priscila Francielle Knoop. **Ressocialização de menores infratores:**

uma análise multidisciplinar da aplicação das medidas socioeducativas. *Perspectivas Sociais*, Pelotas, 2020. v. 6, n. 01, p. 9. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Luiza/Downloads/20199-Texto%20do%20artigo-71782-1-10-20210217.pdf>. Acesso em 30. Mai. 2023.

SOUZA, Luana Alves; COSTA, Liana Fortunato. **A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade.** Maio / Agosto. 2013. v.18. n.2 p.2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/BwdLKJcsHSJTM6k5Ffw8FqB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30. mai.2023.

DESEMPENHO FINANCEIRO DA RAIA DROGASIL DURANTE A PANDEMIA

Ana Paula Simões Lopes Dos Santos¹, Khetily Moura de Silva ², Patrícia Endringer³, Priscila Alves de Freitas ⁴

1 - Acadêmicas do curso de Ciências Contábeis

2 - Mestra – docente Multivix – Serra

RESUMO

O presente artigo verificou o impacto da pandemia na empresa Raia Drogasil por meio da análise de índices de liquidez e rentabilidade calculados a partir das demonstrações contábeis extraídas do Site da Bolsa de Valores (B3) entre os anos de 2016 a 2022. Durante o período pandêmico muitas áreas da economia foram atingidas de forma negativa, no entanto o ramo farmacêutico foi um dos mais buscados pela população o que levou este artigo a levantar a hipótese de uma variação positiva dos índices financeiros neste período. No entanto, ao observar especificamente a empresa Raia Drogasil observamos que a pandemia pressionou o mercado de forma indireta a investir em novos nichos e tecnologias o que para a empresa analisada afetou alguns de seus índices negativamente.

Palavras-chave: Pandemia. Farmacêutico. Índices. Demonstrações Contábeis.

INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou evidenciar a influência que a pandemia do COVID- 19 trouxe para as empresas do ramo farmacêutico. Foram extraídos dados através das demonstrações contábeis publicadas através do site da Bolsa de Valores da empresa Raia Drogasil.

O imenso contágio do vírus SARS- Cov-2 permite uma análise intrigante sobre como o ramo da saúde, mas especificamente o de comércio de medicamentos, se comportou financeiramente durante este período em que o mundo passava não somente por uma crise sanitária como econômica. Os indicadores financeiros proporcionam informações a um usuário da contabilidade que seja administradores, proprietários, acionistas ou investidores no momento de suas decisões sobre como conduzir seus recursos a disposição ou avaliar a escolha de aportar ou não capital em determinada organização.

Dada a relevância de uma análise financeira, este trabalho avaliou como a pandemia influenciou o desempenho econômico da organização citada, através dos indicadores de Liquidez e Rentabilidade, dada a relevância entre 2019 e 2023.

Com a finalidade de reforçar o foco do assunto em questão, destaca-se a falado autor Ludicibus (2017 p. 103) que a confirmação dos elementos através dos relatórios contábeis como Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) por quocientes entre ativo e passivo do ano corrente é muito mais satisfatório do que analisar cada um dos elementos.

Evidentemente que o colapso da saúde trouxe adversidades e contratempos globais com sentimento de preocupação aflorados. A dimensão da contaminação sensibilizou intensamente a economia, sobretudo os setores de transportes aéreos, comércio de veículos e eventos. Várias esferas da economia estão lidando com as consequências que a pandemia causou e que consequentemente forçou as organizações a reavaliarem seus sistemas de gestão.

Entretanto, nem todas as áreas foram atingidas de forma negativa pelo colapso da saúde entre 2019 e meados de 2023. O ramo de comércio de medicamentos foi o mais buscado pela população visto que, era necessário no momento. Conforme Brito (2020 p. 43) a pandemia do vírus SARS-Cov-2 ou COVID-19 levou à população a abordagens farmacológicas terapêuticas e preventivas sem prescrição médica. A utilização de medicamentos nesse contexto muitas vezes ocorre de forma irracional recorrendo assim às farmácias como medida imediata frente ao colapso.

O advento da Covid-19 reforçou a importância de investir em saúde pois resultou em um aumento acentuado nas despesas correntes da população.

Neste artigo foi abordado o impacto da pandemia no que tange o desempenho financeiro da empresa do ramo de comércio de medicamentos RAIADROGASIL. As informações para a análise foram baseadas através das demonstrações contábeis extraídas do Site da Bolsa de Valores do ano de 2016 a 2022 buscando responder a seguinte questão. Como se comportou o desempenho financeiro da empresa Raia Drogasil no período de 2016 a 2022?

A hipótese inicialmente levantada é de que houve uma variação positiva significativa e inesperada dos índices financeiros da empresa mencionada.

O objetivo geral do estudo foi de analisar a influência do período de pandemia nos indicadores financeiros de lucratividade e rentabilidade de uma organização de capital aberto do ramo de comércio de medicamentos – RAIADROGASIL. Tendo como objetivos específicos baseados em demonstrar o

conceito de indicadores financeiros; a relevância dos índices de liquidez e rentabilidade; verificar a evolução da empresa citada (RAIA DROGASIL) no período de 2016 a 2022, e evidenciar o impacto do período da pandemia na performance financeira de 2019 a 2023.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 INDICADORES FINANCEIROS

Os quocientes financeiros são valiosos métodos de avaliação financeira das empresas seja para usuários internos quer seja para externos (JR E BEGALLI, 2015 p. 313).

A importância do meio de análise através dos quocientes pode ser evidenciada através da fala dos autores. (ALVES E LAFFIN, 2018, p.24):

Os indicadores são primordiais para a gestão empresarial, sendo úteis também para mensurar as atividades da empresa diante do mercado concorrente. Sabe-se que as empresas apresentam grande variação no seu desempenho, o que acaba ocultando a complexidade das alterações que ocorreram em distintos setores econômicos, onde estão inclusos os diversos segmentos de negócios. (ALVES E LAFFIN, 2018, p.24).

Comumente o cálculo dos índices é feito através da divisão do saldo contábil de um item pelo saldo contábil de outro sendo sua análise fundamentada através destes resultados. (PADOVEZE E BENEDICTO, 2013 p. 147)

Segundo Martins (2020 p. 110) os indicadores financeiros quando analisados entre as contas das demonstrações contábeis demonstram a realidade financeira de uma organização, evidenciando assim as obrigações assumidas seja em longo ou curto prazo além de proporcionar a comparação entre resultados de organizações do mesmo setor.

De forma a serem mais úteis na análise, os indicadores devem ser comparados com organizações do mesmo segmento econômico em que a empresa está inserida além das suas principais concorrentes. SILVA (2019, p. 135)

O acompanhando de perto as tendências reveladas por meio destes quocientes, obteremos valiosos insights das operações da empresa, permitindo assim tomar as medidas corretivas necessárias no curso dos negócios com base nas conclusões tiradas da análise dos indicadores. (PADOVEZE E BENEDICTO, 2013 p.221)

Segundo o autor Ludícibus (2017 p. 103) a análise financeira por quocientes

é um avanço crucial na Contabilidade, pois permite uma comparação mais adequada de elementos do ativo e passivo, em vez de analisá-los de forma independente. Entretanto, neste estudo será estudado somente de liquidez e rentabilidade.

1.2 INDICADOR DE LIQUIDEZ

Ao discutir questões financeiras, o termo liquidez refere-se à facilidade com que a moeda pode ser obtida para fazer pagamentos. Com isso, índices de liquidez são utilizados para avaliar se os seus recursos são adequados e suficientes para quitar dívidas. (PADOVEZE E BENEDICTO, 2013 p.147)

As avaliações através dos indicadores de liquidez são utilizadas para determinar o poder de cumprir com suas obrigações, o que envolve analisar se a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações, quer seja longo, curto ou de prazo imediato. Marion (2019 p. 74)

De acordo com Ribeiro (2017 p.212) os indicadores de liquidez são indicativos da estabilidade ou instabilidade financeira da empresa, pois evidenciam se a organização possui condições de cumprir com seus compromissos.

Segundo Neto (2020 p. 176) os quocientes de liquidez evidenciam a realidade econômico-financeira de uma organização frente suas obrigações a terceiros.

Em concordância com (ALVES E LAFFIN,2018 p.34) é importante ressaltar que quando analisados os indicadores de liquidez, eles são específicos para um determinado momento referente a um período específico caso a análise seja realizada em um momento posterior, os resultados podem ser diferentes.

A compreensão inerente a este índice é a referência ao número 1 pois se caso seja maior que 1 demonstra que a organização tem mais recursos do que compromissos, ou seja, uma boa liquidez (JR E BEGALLI,2015 p. 314).

De acordo com Reis (2009 p.93) os resultados menores que 1 é desvantajoso pois realçam que a instituição possui insuficiência em seus recursos para arcar com as obrigações a terceiros.

Os credores da empresa referem-se a esse índice ao avaliar a qualidade de crédito e determinar a probabilidade de pagamento. Portanto, pode-se concluir que fatores como índices de liquidez são utilizados para avaliar as perspectivas da empresa no futuro próximo. Esses índices mensuram o poder da empresa de

liquidar dívidas prontamente e manter as operações comerciais (SOUZA, 2015 p. 82).

1.2.1 LIQUIDEZ CORRENTE

O quociente ou os índices de liquidez corrente tratado neste tópico demonstram com precisão quanto a empresa tem em ativos de curto prazo, ou Ativos Circulantes, a cada R\$1,00 de compromissos em até 12 meses. Essencialmente, caso o quociente for acima de R\$1,00, revela que os recursos próprios são suficientes para pagar suas contas, o chamado CCL (Capital de Giro Líquido). Portanto, os recursos previstos pela empresa que serão recebidos no curto prazo deverão ser compatíveis com os previstos para serem liquidados em curto prazo. Em termos mais simples, o índice atual permite o potencial da empresa para quitar seus compromissos de até 1 ano para subsidiar seus deveres. (Martins, 2020 p. 110)

O autor (PADOVEZE E BENEDICTO, 2013 p.147) ressalta a importância da “teoria das finanças” ligada diretamente a análise de indicadores:

Segundo a teoria de finanças, liquidez desnecessária pode prejudicar a rentabilidade geral da empresa, já que imobiliza recursos que poderiam ser alocados com maior eficiência em outros projetos de investimento. Mas tem sido prática entender que obter bons índices de liquidez é ótimo para a empresa, uma vez que dá segurança e garantia de sua capacidade de pagamento, condição bastante exigida principalmente pelos credores.

De acordo com (Martins, 2020 p. 110) o quociente de liquidez corrente é um dos principais, pois através dele os usuários conseguem enxergar a capacidade de pagamento de compromissos de até 1 ano. Ou seja, o quanto de ativos realizáveis no curto prazo é necessário a cada R\$1,00 de obrigações com terceiros. Mantendo - se a ideia de quanto maior for acima de 1,0 melhor será a liquidez da organização. O

autor citado acima define a fórmula de liquidez corrente como:

Ativo Circulante Liquidez Corrente = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo}}$

Circulante

Logo, compreende-se que o ativo circulante evidencia os recebíveis da empresa dentro de 12 meses.

1.2.2 LIQUIDEZ GERAL

Segundo RIBEIRO (2017 p. 212) O índice de liquidez geral ajuda a

determinarse os recursos financeiros alocados no Ativo, este englobando não somente o Ativo Circulante como o Ativo de Longo Prazo são suficientes para realizar o prometido com suas obrigações, ou o chamado passivo total, indicando o valor que a empresa possui para cada \$ 1 de Obrigação Total. Revelando assim se a organização possui garantia financeira para cumprir com todas as suas obrigações quanto às de curto e longo

prazo. O mesmo autor define a fórmula para cálculo de Liquidez Geral como:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Passivo}}$$

Em outras palavras, a análise através da liquidez geral retrata o poder de cumprir com suas obrigações firmadas a terceiros levando em conta tudo que será convertido em dinheiro relacionado às dívidas em curto e longo prazo (MARION, 2019, p. 80).

Ao contrário do indicador corrente, quando se trata de liquidez geral deve-se ressaltar que este não faz restrição de prazo. Ou seja, compara todos os compromissos de curto ou longo prazo com os recursos disponíveis do período analisado. Reis (2009 p. 94.)

Entretanto, conforme (JR E BEGALLI, 2015 p. 321) entender os prazos sobre seus recebíveis e obrigações de longo prazo é fundamental, pois as dívidas podem vencer antes dos direitos, apesar de um índice favorável.

1.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Os índices financeiros tratados neste tópico são utilizados, principalmente, para comparar os níveis de lucratividade e risco de várias empresas, com o objetivo de auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a selecionarem de forma correta seus investimentos (MÁLAGA, 2017 p. 243).

O potencial econômico de uma empresa pode ser avaliado por meio da utilização de quocientes de rentabilidade essencialmente, esses quocientes indicam o nível de realização econômica do capital investido. Para apuração desses valores são extraídos os dados específicos das demonstrações contábeis como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício da empresa. RIBEIRO (2015 p. 82)

Uma variedade de índices permite a análise dos retornos de uma empresa sob várias perspectivas. Como regra geral, uma taxa de retorno maior é preferível.

Reis (2009 p. 83)

Os indicadores quando em conjunto de métricas de lucratividade exibem as taxas de retorno alcançadas pela empresa, informações de bastante relevância para aqueles que precisam tomar decisões nas situações em que se deve ou não aplicar capital em dada organização. (JR E BEGALLI,2015 p. 325)

De acordo com SILVA (2017; p. 153) o exame das taxas de retorno é um método viável para avaliar a eficácia global de um empreendimento. Essa avaliação visa determinar diversos aspectos como retorno sobre as vendas, patrimônio líquido ou até mesmo sobre o investimento total. Em essência, julga não apenas a produtividade, mas, mais importante, a lucratividade e a eficácia da gestão de investimentos do negócio como um todo.

1.3.1 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com Silva (2017 p.157) o índice de rentabilidade do patrimônio líquido ou taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE - Return on Equity) retratao retorno aos acionistas frente ao capital aportado na organização.

Conforme Ludícibus (2017 p. 125) o índice de rentabilidade do patrimônio líquido busca evidenciar aos usuários das demonstrações contábeis os resultados atingidos pela organização compondendo tanto quanto recursos próprios quanto ao de terceiros. Ou seja, retrata o retorno em prol dos acionistas visto aos valores investidos. O autor citado acima define a fórmula como:

$$\text{Lucro Líquido Retorno sobre o Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

De acordo com Martins (2020 p. 181) o quociente de rentabilidade do patrimônio líquido é um dos mais consideráveis em uma análise, pois evidencia a competência da organização em retribuir aos sócios o capital investido.

1.3.2 MARGEM LÍQUIDA

De acordo com o autor (JR E BEGALLI 2015 p. 327) o indicador de margem líquida é o mais interessante aos olhos dos sócios visto que, este representa a competência da organização em gerar lucros para os investidores em proporção à Receita Líquida de Vendas. Importante ressaltar que o quociente tratado neste tópicoleva em consideração as receitas não operacionais e bem como os tributos sobre o lucro, em outras palavras, retrata o que sobra da atividade da empresa. O autor

mencionado define a fórmula para cálculo da margem líquida como:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$$

Vendas

Este método mede a lucratividade há um indicador modelo para esse índice, sendo necessário que os analistas comparem seus próprios cálculos com os valores médios observados em seu setor específico ou região geográfica. Numerosas variáveis podem afetar a lucratividade quando comparada com as vendas, como a linha de negócios específica da empresa, a frequência do giro de estoque, o estado de vários mercados, despesas de produção, níveis de produtividade e outros fatores relevantes. Conhecido também como Retorno sobre as vendas. (SILVA, 2017 p. 155)

2 METODOLOGIA

As análises financeiras apresentadas tratam – se de uma empresa do ramo farmacêutico listada na Bolsa de Valores (B3). Dado que o escopo deste trabalho é de apresentar o desempenho financeiro da organização Raia Drogasil durante o período de pandemia através de indicadores de liquidez e rentabilidade foram buscadas as demonstrações contábeis em uma janela temporal de 2016 a 2022. Sendo assim, o presente estudo trata-se de uma pesquisa aplicada. Para elaboração deste estudo foi utilizado o método de pesquisa descritiva que conforme (LOZADA E NUNES, 2018, p. 139) possui a finalidade de averiguar vários dados sobre o mesmo assunto, ou seja, a descrição correta das propriedades alcançadas de um determinado conteúdo.

Ao examinar os relatórios contábeis como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício publicados pela empresa para avaliar seu estado financeiro, caracteriza-se como uma forma de pesquisa documental. A análise desses documentos fornece os dados necessários para fazer cálculos e avaliar com precisão a realidade da organização em diversos contextos. Portanto, o método de classificação dos procedimentos deste estudo foi definido como documental que segundo GIL (2022 p. 45) utiliza-se todos os documentos possuindo assim estabilidade em seus dados.

A pesquisa avaliou os indicadores financeiros e econômicos em relação aos relatórios contábeis durante a pandemia e diante disso, a forma que será

abordado o problema é quantitativo e qualitativo. De acordo com (FONSECA,2002) o método quantitativo consiste em:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa.

A técnica qualitativa por sua vez aborda a qualidade dos dados sendo assim, verificar a qualidade dos dados descritos e explicados de maneira razoável. De acordo com o autor (Richardson, 2017) sem dúvidas, a pesquisa com métodos qualitativos requer um plano, uma estratégia de como encontrar respostas para as questões de pesquisa.

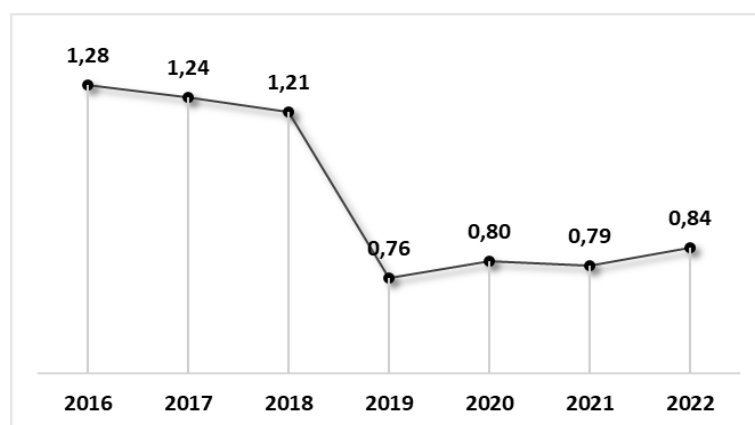
3 RESULTADO E DISCUSSÃO GERAL

3.1.1 LIQUIDEZ GERAL

De acordo com Neto (2020 p. 177) o indicador de liquidez geral é utilizado como um plano de segurança financeira, visto que, este revela o potencial de saldar todas as suas obrigações.

No que tange aos índices de liquidez geral da Raia Drogasil, é possível observar que os mesmos permaneceram de forma estável entre os anos de 2016 a 2018, tendo valores próximos de 1,28, 1,24 e 1,21. Houve um decréscimo relevante em 2019 de 0,45 ao que se refere a competência de honrar com seus compromissos firmados com terceiros principalmente pelo aumento do passivo de arrendamento, ficando abaixo de 1 no período de 2020 a 2022 com índices de 0,80, 0,79 e 0,84. De acordo com o CPC 06 (R2, 2017, p. 17), o arrendamento é definido como “Contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação”.

Gráfico 1: Índice de Liquidez Geral



Fonte: Elaborado pelos autores

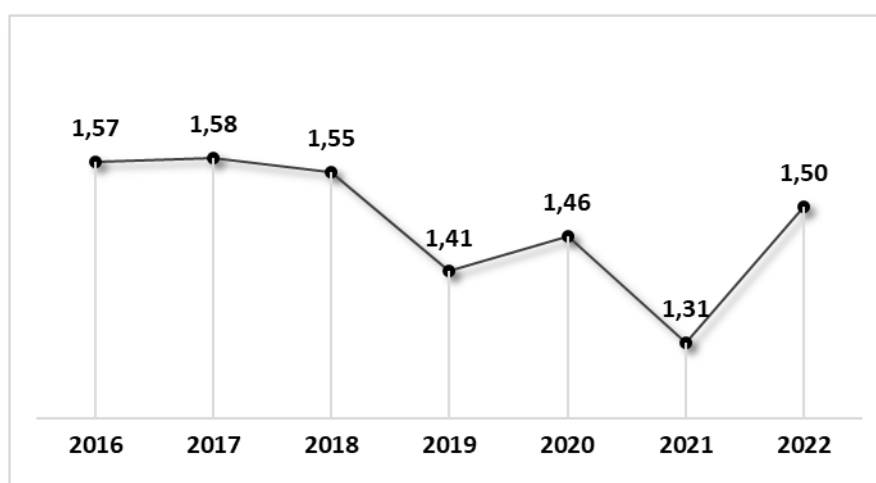
A empresa Raia Drogasil apresenta em seu balanço patrimonial um aumento de quase 3 milhões de reais do ano de 2018 a 2022 na conta de Passivo Não Circulante “Outras obrigações em Passivo de arrendamento”, entretanto, os pagamentos que estão previstos para o futuro possuem a possibilidade de gerarem a organização o direito de crédito de PIS e COFINS nos contratos que estão firmados com arrendadores de pessoas jurídicas. Conseqüentemente, o montante que foi registrado já detém de certa capacidade de crédito futuro, possibilitando o pagamento de outras obrigações com terceiros que venham a adquirir.

3.1.2 LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de liquidez corrente busca retratar os direitos da organização em reaiseis até 1 ano para quitar suas obrigações. (ALVES E LAFFIN, 2018 p.34)

A partir da análise dos índices de liquidez corrente na janela temporal de 2016 a 2022, percebe-se que a empresa Raia Drogasil apresentou certa estabilidade em seus valores, sendo que nos anos de 2016 a 2018, obteve valores próximos uns aos outros de 1,57, 1,58 e 1,55. Houve uma pequena queda em 2019 para 1,41 com certa recuperação no ano seguinte de 0,05. O mesmo cenário de decaimento aconteceu em 2021 cerca de 0,15, porém recuperou o índice no ano de 2022 para 1,50 demonstrando que manteve da capacidade de converter seus ativos em dinheiro para o pagamento das obrigações a curto prazo inclusive no período pandêmico da COVID19 de 2020 a 2022.

Gráfico 2: Índice de Liquidez Corrente



Fonte: Elaborado pelos autores

Levando em conta a conjuntura da situação financeira da organização é possível observar que obteve resultados satisfatórios durante o período analisado,

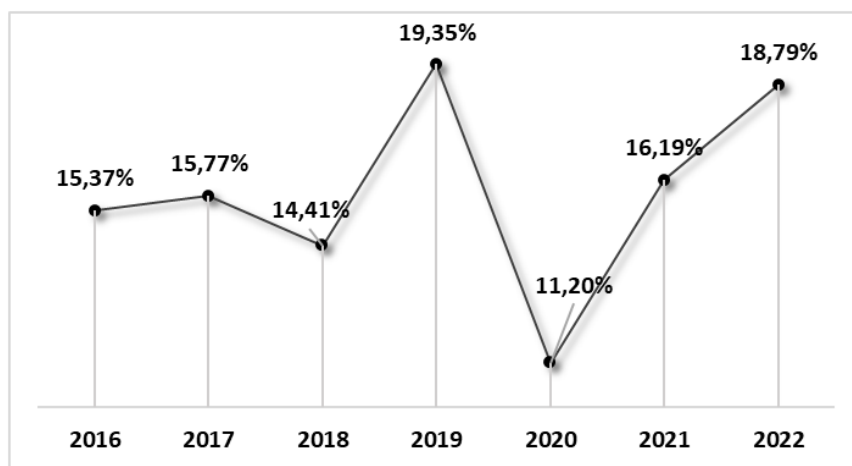
sendo importante salientar que dispôs de um resultado arriscado no que se refere a utilização de capital de terceiros para aumento do lucro, porém permaneceu com uma ótima capacidade de solvência como pode ser averiguado através dos indicadores deliquidez que estão acima de 1,0.

3.1.3 RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Com relação à rentabilidade do patrimônio líquido, que revela quanto seus acionistas estão lucrando em relação a seus investimentos, uma vez que quanto maior o valor obtido, maior é a remuneração do capital investido pelos acionistas da empresa. (SILVA, 2017)

Pode-se pontuar que a empresa Raia Drogasil manifestou um pico considerável em 2019 com uma rentabilidade de 19,35 uma alta de 4,94 (34,28%) em relação ao ano anterior em 2018, que se mantinha em um histórico de variações menores nos anos de 2017 e 2016 de 1,36 e 0,4 respectivamente. Contudo no ano de 2020 é possível verificar uma queda brusca na referida rentabilidade com o pior índice analisado do período de 11,20 uma repressão de 8,15 (57,88%) em relação ao ano anterior, observou-se que a empresa teve uma baixa no lucro líquido e pequeno aumento no PL.

Gráfico 3: Rentabilidade do Patrimônio líquido



Fonte: Elaborado pelos autores

O relatório de resultados divulgado pela Raia Drogasil apontou os seguintes argumentos que entendemos respaldar em todo ou em parte este comportamento. A empresa descreveu sofrer pressões com os seguintes custos:

0,2 ponto percentual com a limpeza intensificada de lojas, de 0,1 ponto percentual com marketing digital, de 0,1 ponto percentual com maiores despesas de entrega, resultado da maior penetração dos canais digitais, e de outro 0,1 ponto percentual em outras pressões. (...) Nossa margem

bruta foi pressionada em 0,4 ponto percentual em função da maior intensidade promocional para incentivar a digitalização de clientes. (...) A transformação digital da Nova Farmácia, bem como a construção do marketplace e da plataforma de saúde pressionaram as despesas gerais e administrativas em R\$ 36,9 milhões em 2020. Estes investimentos de longo prazo pressionaram as despesas gerais e administrativas em 0,2 ponto percentual, tanto no ano quanto no trimestre.

Neste mesmo relatório a empresa relata ter sofrido ainda, pressões de ciclo decaixa relacionados a pandemia do covid-19 em razão do aumento dos estoques como precaução contra as incertezas na cadeia de suprimentos e uma postergação no aumento anual de preços de medicamentos, levando à sustentação de um elevado nível de estoque por um período mais longo. Além do investimento de milhões de reais para a abertura de novas lojas e para a transformação digital e a construção de marketplace e plataforma de saúde.

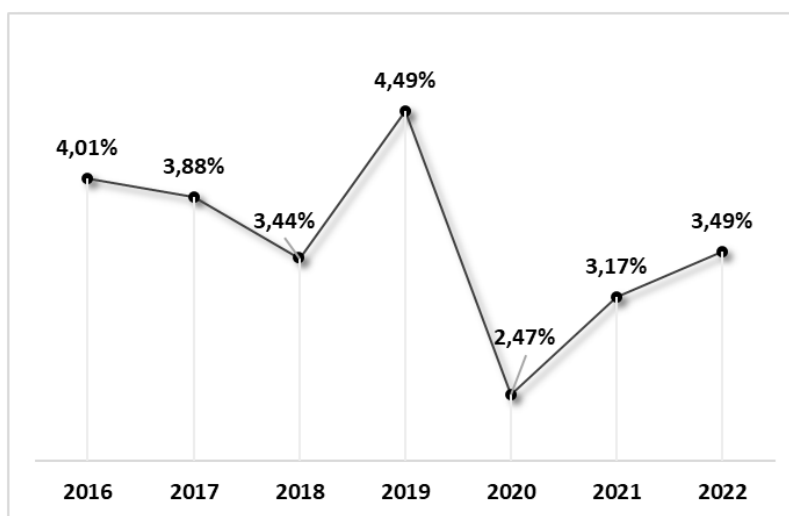
3.1.4 MARGEM LÍQUIDA

Segundo (LAMEIRA, 2005) a margem líquida é expressa em percentual e calculada pela divisão da Receita Líquida pelo Resultado Líquido. Um índice mais alto denota um resultado mais favorável para a organização. Este valor é frequentemente utilizado para medir a rentabilidade de uma empresa, pois reflete o resultado após o pagamento de todas as despesas, incluindo custos operacionais e não operacionais e pagamento de impostos.

De acordo com os resultados alcançados neste estudo é válido afirmar que de 2016 a 2022 a empresa Raia Drogasil manteve seu índice de margem líquida acima de 1,0%, considerado mínimo para uma instituição se tornar lucrativa aos olhos dos investidores.

Segue abaixo a apresentação dos indicadores de margem líquida.

Gráfico 6: Margem Líquida



Fonte: Elaborado pelos autores

Em 2016 a organização apresentou o índice de 4,01% considerado um ótimo resultado visto que seu faturamento bruto foi de R\$ 11.827.566,00 e suas despesas gerais e administrativas comprometeram apenas 4,84% de sua receita bruta. Já em 2017 o indicador sofreu uma pequena queda irrelevante, apresentando - se em 3,88% e acréscimo de 17,1% em relação ao ano anterior de sua receita bruta.

No exercício de 2018 houve uma queda de 0,44% em sua margem líquida apresentando - se em 3,44%, decréscimo quase que irrelevante comparado à evolução do faturamento de 12,03%.

A margem líquida da empresa em 2019 foi de 4,49% em outras palavras, a cada R\$ 1,00 de sua receita bruta 4,49% converteu- se em um lucro líquido, ou seja, se fez mais com menos em função da redução de suas despesas atingiu faturamentobruto de R\$ 18.468.183,00 o melhor desempenho em suas vendas até então.

Em 2020 a empresa apresentou sua margem líquida em 2,44%. Destaca - se uma queda de 2,02% quando comparado a 2019 oscilação que foi impulsionada pelo comprometimento do custo ao seu faturamento bruto que foi em cerca de 66,93% resultando em um lucro líquido de R\$ 495.533,00, ou seja, mesmo com a oscilação evidenciada a organização manteve sua rentabilidade. Importante ressaltar que em 11 de março de 2020 foi decretado a pandemia do vírus SARS-CoV-2.

No exercício de 2021 a lucratividade se revelou em 3,17 aumento de 0,70% quando comparado ao ano anterior.

Nesta janela temporal apresentada o ano de 2022 se demonstrou favorável com o índice de margem líquida em 3,49%. Analisando os números (R\$) apresentados na demonstração a receita bruta se destaca com R\$ 30.950.564,00, evolução de 1,46% confrontada ao ano de 2020. Não somente o faturamento bruto apresentou mudanças relevantes, o lucro líquido atingiu R\$ 1.014.968,00 mesmo com um aumento relevante de despesas administrativas e financeiras decorrentes dos empréstimos adquiridos.

Diante do exposto, a empresa Raia Drogasil manteve o histórico de indicadores em torno de 4,0% a 3,19%, o que é considerado como uma organização vantajosa para se realizar investimentos.

4 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi examinar em profundidade os indicadores econômico-financeiros entre os anos de 2016 e 2022. A eclosão da pandemia de Covid-19 foi uma crise que teve um impacto significativo em diversos setores da economia mundial. As estratégias utilizadas pelas empresas para expandir as suas operações, juntamente com o seu desempenho econômico e financeiro em termos de liquidez e rentabilidade são aspectos cruciais do seu sucesso global.

O objetivo do trabalho buscou-se referências bibliográficas sobre indicadores seja de liquidez corrente, liquidez geral, margem líquida e rentabilidade do patrimônio líquido.

Baseamos nossa interpretação nos relatórios e demonstrações financeiras fornecidos pela Raia Drogasil (Bolsa de valores) em uma janela temporal de 2016 e 2022. Detalhes essenciais foram extraídos para um exame mais minucioso após a coleta de dados pertinentes.

Através do estudo dos índices de liquidez corrente a empresa Raia Drogasil alcançou um satisfatório potencial em liquidar suas obrigações de curto prazo, visto que, de modo geral os valores estiveram acima da classificação de 1,0 sem reduções de impacto a organização. Apesar disso, é relevante apontar que esses valores podem ser melhorados objetivando que as dívidas e o capital não fiquem sempre equivalentes como ocorreu no período de 2016 a 2022, sendo preciso maior atenção ao uso de capital de terceiros.

Em relação aos índices de liquidez geral não obtive números favoráveis entre os anos de 2019 e 2022, especialmente por conservar-se abaixo de 1,0

despertando que colocou em risco as condições de pagar suas dívidas totais, até mesmo aquelas de longo prazo, com os recursos que possuía em seu ativo circulante. Tal fato, coloca em risco a prospecção de novos investidores quando houver avaliação da saúde financeira já que adquirir ações da empresa não tem grandes chances de se tornar um bom negócio.

No que tange ao aspecto de lucratividade os indicadores de margem líquida se mostraram estáveis entre 4,0% e 3,19% que demonstra ser uma instituição propícia a investimentos. Ressalvas em 2020 ano que foi decretado a pandemia do COVID -19 mundial. Neste momento a Raia Drogasil conseguiu manter um faturamento em cerca de R\$ 21.180.476 apresentando assim uma margem líquida de 2,47% que mesmo não sendo um indicador desfavorável, evidencia uma queda quando comparado aos exercícios anteriores, provocado pela proporção das despesas administrativas e financeiras que geraram em torno de 5,15% de sua receita líquida, o custo não sofreu alterações exuberantes.

Outro fato que vale ressaltar, é que o período pós pandemia se comportou vantajoso, atingindo lucro líquido de R\$ 1.014.968 e margem líquida de 3,49% mesmo com o aumento de despesas administrativa e financeiras que comprometeram 7,53% de seu resultado líquido. Perante a análise de lucratividade, podemos afirmar que a organização conseguiu se manter com ótimos resultados no período pandêmico, no pós e no pré apresentando sim oscilações quando analisado isoladamente, entretanto com o olhar global a Raia Drogasil continua sendo uma organização que apresenta bons resultados em sua rentabilidade mesmo em um período instável da economia e por isso ela continua sendo uma instituição propícia a se realizar investimentos.

Sob análise dos índices de rentabilidade podemos observar que a referida pandemia pode não ter atingido negativamente o setor de comércio varejista de medicamentos diretamente, como ocorreu em diversos setores da economia, e realmente ter alavancado as vendas em razão da corrida pela saúde no período pandêmico. No entanto, ao observar especificamente a empresa Raia Drogasil observamos que outros efeitos colaterais da pandemia podem ter pressionado a empresa ceder parte de sua rentabilidade a fim de se destacar no mercado neste mesmo período, com a visão futura de desenvolvimento, buscando por implantação de novas tecnologias que melhor atendessem a nova realidade de isolamento social e o menor fluxo de pessoas em circulação.

Outro fator verificado pelos índices de rentabilidade e inclusive pauta apresentada pela empresa no relatório oficial de divulgação de seus resultados é a pressão sofrida pela administração de estoque, alta dos insumos e repasses das indústrias, aumento nos gastos de marketing, maiores custos com entregas residenciais e aquisição de apps além de aumento de competitividade entre as empresas do ramo, pressionando a diminuição da margem de lucro pelo valor de mercado.

Dessa forma, foi possível observar que mesmo o ramo farmacêutico sendo um dos mais buscados pela população e considerado um dos menos afetados no período pandêmico não é uma verdade absoluta quando se trata da empresa Raia Drogasil pelo observado no presente estudo, uma vez que a empresa foi pressionada a investir em novos nichos e tecnologias o que afetou negativamente alguns índices.

Para as pesquisas futuras sugere-se a comparação de índices entre o setor farmacêutico e outros setores da economia a fim de verificar o grau de impacto da pandemia entre estes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália H F. **Análise das demonstrações financeiras**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595027428. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027428/>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

BRITO, Júlio César Moreira et al. **Uso irracional de medicamentos e planta medicinais contra a COVID-19 (SARS-CoV-2): Um problema emergente**. Brazilian Journal of Health and Pharmacy, v. 2, n. 3, p. 37-53, 2020.

CPC 06 (R2) – ARRENDAMENTOS. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2017. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597010879. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010879/>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

JR., José Hernandez P.; BEGALLI, Glaucos A. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788597000740. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000740/>>. Acesso em: 28mai. 2023.

LAMEIRA, V. (Coord) **Negócios em Bolsa de Valores**. São Paulo: Alaúde Editorial,2005.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia Científica. – Revisão técnica.** – Porto Alegre: Sagah, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/pageid/138> Acesso em: 28 mai. 2023.

MÁLAGA, Flávio K. **Análise de demonstrativos financeiros e da performance empresarial - Para empresas não financeiras**. São Paulo: Saint Paul Publishing (Brazil), 2017. E-book. ISBN 9788580041330. Disponível em <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580041330/>>. Acesso em: 28mai. 2023.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021264. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/>>. Acesso em: 28mai. 2023.

MELO, J.R.R.; DUARTE, E.C.; MORAES, M.V.; FLECK, K.; ARRAIAS, P.S.D.; **Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19, 2021**. Disponível

em

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/tTzxtM86YwzCwBGnVBHKmrQ/?format=pdf&lang=pt>>Acesso em: 2 mai. 2023.

MARTINS, Eliseu. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. Rio

De Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597025439. Disponível em:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025439/>>. Acesso em: 2 mai. 2023.

NETO, Alexandre A. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024852.

Disponível

em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024852/>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras** - 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo. Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. ISBN 9788522114689. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114689/pageid/5>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

RAIA DROGASIL. **Central de Resultados**. Disponível em: <https://ri.rd.com.br/listresultados.aspx?idCanal=2nIFyAThvxbpyfXPHKc5zw==&lingua gem=pt> . Acesso em: 29 agos. 2023.

REIS, Arnaldo Carlos de R. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502109575. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109575/>. Acesso em: 28mai. 2023

RIBEIRO, Osni M. **Estrutura e análise de balanço fácil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502621879. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502621879/>. Acesso em: 28mai.2023

RIBEIRO, Osni M. Série + em Foco - **Estrutura e análises de balanços**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547222796. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547222796/>. Acesso em: 28mai. 2023.

RIBEIRO, Osni M. **NOÇÕES DE ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** -
V. 4 - SÉRIE FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788536532790. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532790/>. Acesso em: 28mai. 2023.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**, 4ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 04jun. 2023.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012897/>. Acesso em: 28mai. 2023.

SOUZA, Ailton F. **Análise financeira das demonstrações contábeis na prática**, 1ª edição. São Paulo: Editora Trevisan, 2015. E-book. ISBN 9788599519813. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519813/>. Acesso em: 28 mai. 2023

O RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO E A UTILIZAÇÃO DOS JOGOS COMO ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

Roberta Layra Mendes Pimentel¹Marieli Zava Corrêa Breda Cecília Montibeller Oliveira²

1-Acadêmicas do curso de Licenciatura em Matemática

2-Professor orientador da disciplina de Metodologia Aplicada à Pedagogia, da Faculdade Multivix Serra.

RESUMO

O presente estudo discute a importância de ensinar matemática de forma contextualizada, envolvendo os alunos emocionalmente e aplicando os conceitos matemáticos em situações do cotidiano. Destaca-se a importância dos jogos matemáticos como uma ferramenta divertida e eficaz para o desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos, além de mencionar o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no reconhecimento da importância dos jogos no ensino da matemática. Apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, que foi exploratória e descritiva, usando questionários como instrumento de coleta de dados. Os resultados objetivos na pesquisa despontaram que a grande parte dos profissionais reconhece a importância do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, mas nem todos utilizam jogos como estratégias de ensino. Dessa forma, o raciocínio lógico matemático é essencial para o desenvolvimento de habilidades como o pensamento crítico e a resolução de problemas, e os jogos podem ser uma ferramenta eficaz para estimular esse raciocínio de forma lúdica e prazerosa.

Palavras - Chave: Contextualizada. Desenvolvimento. Estratégias. Habilidades.

INTRODUÇÃO

Lecionar matemática não é somente a resolução de cálculos frios, mas o envolvimento do aluno de forma emocional para que saiba trabalhar com situações do cotidiano. Durante muito tempo a matemática foi ensinada nas escolas como uma disciplina isolada de todo contexto social. Os professores preocupavam-se em ensinar os conceitos básicos, as quatro operações, por exemplo, sem se preocupar com sua aplicabilidade no cotidiano.

O jogo matemático propicia aos participantes o brincar de forma espontânea e divertida. Como também, no desenvolvimento de práticas lógicas em situações que requer do mesmo uma maior agilidade e atenção. A matemática é uma ciência presente em diversas situações.

Com isso, a importância da aprendizagem é essencial para a formação do indivíduo (SILVA, 2022).

Os conhecimentos matemáticos são construídos pelos alunos com experimentos que proporcionam relação com o meio. Assim, os conhecimentos são adquiridos e melhorados com o convívio com demais pessoas, bem como a relação com materiais sólidos.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de envolver os alunos no ensino da Matemática e destacar a importância do uso de jogos como ferramenta para promoção da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam sobre a importância das atividades para o alargamento do raciocínio lógico-matemático dos estudantes.

Os objetivos deste trabalho apontam a seriedade do uso de jogos no ensino da Matemática para o desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos; apresentar a necessidade de envolver emocionalmente os alunos no ensino da Matemática e apresentar o reconhecimento do PCN sobre a importância das atividades de formalizadas para a ampliação do raciocínio lógico-matemático.

A relação existente entre técnicas educacionais lógicas e o habitual consente a formação de um sujeito que não só distingue, bem como, quem exercita e percebe a realidade habitada por ele. Desta forma, o jogo permite distinguir a abordagem educacional, proporcionando aos alunos atividades divertidas, interessantes e desafiadoras que estimulam o amadurecimento na resolução de problemas e o desenvolvimento cognitivo. Para alcançar esse objetivo, é fundamental o envolvimento do professor e um planejamento bem elaborado (BELON, 2021).

Diante, disso, se quisermos educar crianças e jovens que se saiam bem não só nas tarefas escolares como também nas do dia a dia, é importante exercitá-los a pensar. As crianças que não são estimuladas a raciocinar diante de situações-problema, costumam, antes mesmo de tentar resolvê-los.

Ao incorporar jogos ao ensino da Matemática, é possível alcançar resultados significativos no que diz respeito ao desenvolvimento do raciocínio lógico. Por isso,

apresentamos algumas sugestões de pesquisadores que ressaltam a importância de utilizar jogos como uma ferramenta para promover a aprendizagem e o ensino da disciplina (SOUZA, 2020).

O saber matemático é abordado no PCN como sendo necessidades cotidianas e fazem com que os alunos desenvolvam uma inteligência essencialmente prática, que permite reconhecer problemas, buscar e selecionar informações, tomar decisões e, portanto, desenvolver uma ampla capacidade para lidar com a atividade matemática. (BRASIL, 1998)

É fundamental não subestimar a capacidade dos alunos, reconhecendo que resolvam problemas, mesmo que razoavelmente complexos, lançando mão de seus conhecimentos sobre o assunto e buscando estabelecer relações entre o já conhecido e o novo. (BRASIL, 1998)

Assim, o PCN de Matemática deixa claro a importância de tais atividades para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático dos alunos. Dessa forma, o jogo, ostenta o dever de promover a aprendizagem do aluno. Nesse caso, o professor é peça importante do ensino, e deve estar sempre atento e ser incentivador em sala de aula.

O jogo é considerado uma prática que muito auxilia o desenvolvimento infantil, estabelece e potencializa o conhecimento. Assim, a ludicidade e jogo podem ser combinações ideais. Através dessa parceria é oferecida a criança possibilidades de uma participação natural e ativa, em que o caráter lúdico e prazeroso, intrínseco a vários tipos de jogos, tem servido de contexto para fortalecimento dessa compreensão. Dessa forma, busca-se saber: Como envolver os alunos no ensino da Matemática e utilizar jogos como ferramenta para promover o desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos?

METODOLOGIA

Nesta pesquisa serão utilizados meios e fontes os quais levarão à exploração da utilização do raciocínio lógico matemático e da utilização dos jogos como estratégias de aprendizagem no contexto escolar e o que é necessário para combater os problemas encontrados. Segundo Ferrão (2012, p.93), “a metodologia para a condução dos experimentos é definida através do objetivo e da hipótese proposta. Deve oferecer instrumentos ao pesquisador para a comprovação ou rejeição da hipótese formulada”.

Este trabalho se classifica como exploratório e descritivo. Sendo assim, na

realização deste, utilizou-se como técnica:

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias é a que especificamente interessa a este trabalho. Trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. [...] A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda a pesquisa científica. (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 43).

Para Gil (2002, p.44) “esta pesquisa visa adequar maior junção com o problema, com intuito de torná-lo mais explícito ou a estabelecer suposições”. Pode-se afirmar que estas pesquisas se fundamentam com objetivo do aprimoramento de conceitos ou de novas descobertas.

Utilizou-se de uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, distinguida pelas investigações bibliográficas e pela realização da pesquisa de campo, por meio da análise de questionários. Assim, foi possível identificar a realidade vivenciada pelos docentes em formação e a contribuição do projeto para um aprofundamento nas questões propostas. Dessa forma, o método de análise seguido nesse projeto foi o hipotético-dedutivo, uma vez que o estudo tem como base não só a investigação, mas a abrangência da hipótese e problema.

Foi empregado para a coleta de dados a técnica de pesquisa para o estudo de campo através de questionário, por ser prático, ágil e conseguir chegar de forma contextualizada ao que foi problematizado. Qualquer pesquisa precisa de técnicas que instrumentalizem os objetivos de pesquisa que foram propostos. Dessa forma, as técnicas servirão de auxílio para o levantamento de dados e para a análise seja concretizada pelo pesquisador para o aprofundamento do tema em questão.

Foi utilizado para a coleta de dados as fontes primárias, entre elas estão os dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc. E também as “fontes secundárias que são imprensa em geral e obras literárias (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 159).

Assim, as fontes principais para se fazer a coletas de dados foram as primárias através de questionário e secundárias através de livros e artigos científicos. Por fim, a realização da coleta de dados se dará através de questionário disponível pelo o Google Forms, que é um espaço gratuito e que

permite a criação de questionários.

Para a caracterização da amostra da pesquisa utilizou-se amostra com os professores e pedagogos das Escolas de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano do município de Ecoporanga/ES. A escolha se deu, pois julgamos importante trabalhar com esse público.

Para a coleta de dados foi utilizado o emprego de questionário fechado, disposto por cinco questões de múltiplas escolha. As questões continham conteúdos pertinentes ao tema em questão. O *Google Forms* serviu para a criação e aplicação do questionário.

A escolha por tal ferramenta se deu por ser uma ferramenta gratuita, sua utilização é prática e rápida, seja na hora de criar tanto quanto para divulgar e executar a coleta de dados.

Quanto à possibilidade de tratamento e análise dos dados e tomando como base Gil (2002) a análise tem como objetivo a organização dos dados com a finalidade de obter respostas para o problema investigado. Já a interpretação liga as respostas a outros conhecimentos.

Assim, o tratamento e a análise de dados se darão através da interpretação e explicação do pesquisador, colocando as informações coletadas e relacionando-as com problemas que são trazidos por diferentes teóricos que abordam sobre a temática da pesquisa. Por fim, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, não levando em conta números e sim, um aprofundamento das respostas e como elas retratam a realidade educacional, buscando por melhorias na leitura da sociedade brasileira.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa revelaram importantes insights sobre o tema abordado. Através de um questionário composto por 5 perguntas, foi possível obter informações valiosas que nos ajudarão a compreender melhor o contexto e as opiniões dos respondentes.

Neste contexto, apresentaremos os principais resultados esperados dessa pesquisa, destacando as tendências identificadas e os pontos mais relevantes levantados pelos participantes.

As perguntas apareceram para os participantes de forma aleatória, mas

isso não influenciou no resultado final, pois o formulário só era finalizado quando respondido todas as (cinco) perguntas. Tivemos um resultado positivo onde 13 profissionais que trabalham com a matemática responderam ao formulário. Todas as perguntas continham 5 (cinco) opções, onde o profissional marcava a alternativa de acordo com sua experiência e vivência dia a dia.

Ao perguntar “Qual é a importância do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático no processo de aprendizagem dos alunos?”, vejamos a resposta de acordo com a Figura 1:

De 1 a 5: Qual é a importância do desenvolvimento do raciocínio lógico matemático no processo de aprendizagem dos alunos?

13 respostas

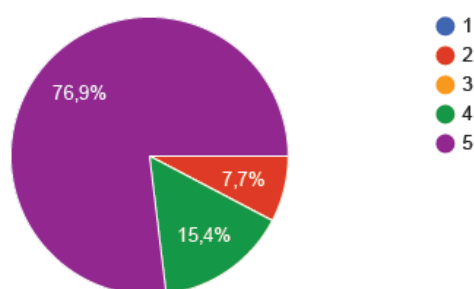


figura 1: Elaborado pelas autoras

Dessa forma, pode-se observar que a maior parte dos profissionais acham importante o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático em sala de aula. Já na segunda pergunta (Figura 2), observamos que nem todos os profissionais utilizam os jogos como estratégias de ensino aprendizagem. E é justamente nesse ponto que queremos aprofundar nossos estudos.

De 1 a 5: Você utiliza os jogos como estratégias de ensino/aprendizagem em suas aulas de matemática?

13 respostas

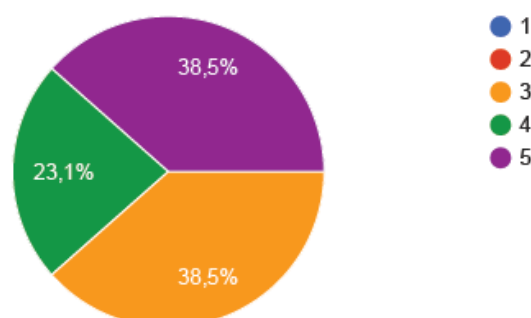
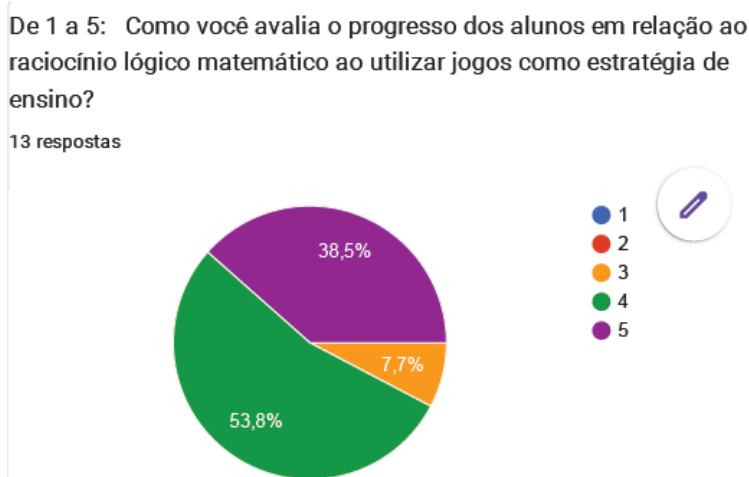
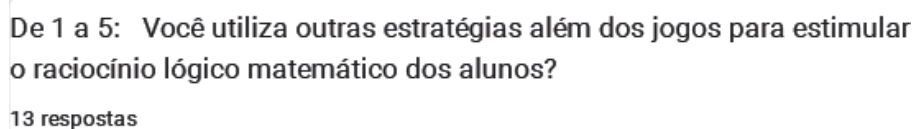


Figura 2: Elaborado pelas autoras

Na 3ª pergunta (Figura 3), pode-se observar que a maior parte dos profissionais não consegue avaliar o progresso de seus alunos ao utilizar os jogos como estratégias de ensino.

**Figura 3:** Elaborado pelas autoras

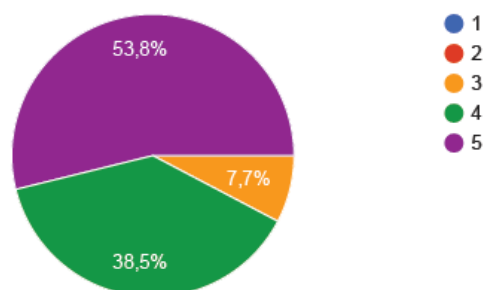
Através do gráfico da Figura 4, podemos identificar quase 70% dos profissionais usam outras estratégias além dos jogos, como estimular o raciocínio lógico matemático em seus alunos. Isso nos mostra que não se pode apenas prender a uma única estratégia de ensino, e sim, diversificar as formas de trabalhar o tema em sala de aula.

**Figura 4:** Elaborado pelas autoras

Por fim, a Figura 5 aborda a opinião dos profissionais em relação a utilização dos jogos em prol da inclusão de todos os alunos, mesmo com diferentes habilidades e estilos de aprendizagem. O número é vantajoso, mesmo sabendo que existem alguns profissionais que ainda não acreditam no poder que

De 1 a 5: Você acredita que a utilização dos jogos pode promover a inclusão de todos os alunos, considerando suas diferentes habilidades e estilos de aprendizagem?

13 respostas



os jogos tem em relação a inclusão.

Figura 5: Elaborado pelas autoras

DISCUSSÃO

Para a discussão dos dados, elencamos os parágrafos de acordo com o grau de importância sobre nossos achados. Dessa forma abordaremos a importância dos jogos no ensino da Matemática para despertar o interesse dos alunos, tornar o aprendizado mais acessível e promover o desenvolvimento do raciocínio lógico.

A Matemática é uma disciplina que costuma ser vista como desafiadora e complexa por muitos alunos. Para envolvê-los no ensino dessa matéria e promover o desenvolvimento do raciocínio lógico, é importante utilizar estratégias que despertem o interesse e tornem o aprendizado mais acessível e prazeroso. Entre essas estratégias, os jogos se destacam como uma poderosa ferramenta.

Os jogos são naturalmente atrativos para as crianças, pois oferecem uma experiência lúdica que estimula a curiosidade, a criatividade e o desejo de explorar e experimentar. Ao utilizar jogos no ensino da Matemática, os alunos são convidados a lidar com os conceitos matemáticos de maneira concreta e significativa, o que colabora para a construção do conhecimento de forma mais efetiva.

Além disso, os jogos permitem que os alunos se envolvam ativamente no processo de aprendizagem, seja na forma individual assim como na colaboração com os demais colegas. Dessa forma, contribui de forma significativa para o desenvolvimento de capacidades sociais, como por exemplo, o trabalho em grupo, o diálogo e a negociação. No contexto da Matemática, a possibilidade de discutir estratégias e soluções com os colegas também enriquece o aprendizado, pois os estudantes têm a oportunidade de compartilhar diferentes perspectivas e abordagens.

Ao jogar, os alunos são desafiados a pensar logicamente, a tomar decisões, a planejar e a resolver problemas de maneira prática e concreta. Essas habilidades são essenciais para o desenvolvimento do raciocínio lógico, que é um dos pilares fundamentais da Matemática. Além disso, os jogos também ajudam os alunos a desenvolver habilidades de observação, concentração, organização e análise, que são úteis tanto no contexto matemático como na vida cotidiana.

Dessa forma, é necessário destacar que a utilização de jogos no ensino da Matemática deve ser cuidadosamente planejado e adequado ao nível e às

necessidades dos alunos. Os jogos precisam estar alinhados aos objetivos educacionais e aos conteúdos que se pretende ensinar, como estratégias de resolução de problemas, operações matemáticas, geometria, entre outros.

É necessário também, que os professores façam um acompanhamento atento durante as atividades de jogo, fornecendo orientação e feedback aos alunos. Dessa forma, é possível garantir que os jogos sejam utilizados de maneira eficaz como uma ferramenta que promova não apenas a aprendizagem da Matemática, mas também o desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos.

Dessa forma, e conforme apresentados nas Figuras 1, 2, 3, 4 e 5, os jogos têm um papel fundamental no ensino da Matemática, pois ajudam a envolver os alunos e a promover o desenvolvimento do raciocínio lógico. Ao tornar o aprendizado mais lúdico e prazeroso, os jogos contribuem para que os alunos se engajem de maneira ativa e natural, construindo e potencializando o conhecimento matemático.

Sendo assim, é fundamental que os professores explorem os jogos como uma valiosa ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando aos alunos oportunidades de desenvolver suas habilidades matemáticas de forma divertida e significativa.

CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou a importância do raciocínio lógico matemático e utilização de jogos como estratégias de aprendizagem. Foi possível verificar que o raciocínio lógico matemático é fundamental para desenvolver habilidades como pensamento crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões.

Através dos jogos, é possível estimular e promover o raciocínio lógico matemático de forma lúdica e prazerosa. Os jogos proporcionam um ambiente propício para a prática da matemática, estimulando a autonomia e o interesse dos alunos pelo conteúdo.

Além disso, os jogos também contribuem para o desenvolvimento de outras competências, como a socialização, a cooperação, a concentração e a criatividade. A interação entre os participantes, o compartilhamento de ideias e a resolução de problemas em grupo são aspectos que enriquecem a experiência dos estudantes.

É importante ressaltar que a utilização dos jogos como estratégias de

aprendizagem não deve substituir o ensino tradicional, mas complementá-lo. Os jogos devem ser incorporados ao planejamento pedagógico de forma adequada, levando-se em consideração as necessidades e o nível de aprendizagem dos alunos.

Por fim, foi evidenciada a relevância do raciocínio lógico matemático e a utilização de jogos como estratégias de aprendizagem no dia a dia da sala de aula. Os jogos proporcionam um ambiente favorável para o desenvolvimento das habilidades matemáticas, estimulando o interesse dos alunos e promovendo uma aprendizagem significativa. Por isso, é fundamental que os educadores incorporem essa prática em suas aulas, visando potencializar o aprendizado dos estudantes.

REFERENCIAS

BELON, F. S. **Aprendizagem matemática e a utilização de jogos como estratégia de ensino**. BA. 2021. Brazilian Journal of Development ISSN: 2525-8761.

Universidade do Estado da Bahia – Campus II. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/admin,+bjd+338.pdf>. Acesso em: 28/09/2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

FERRÃO, R. G; FERRÃO, L. M. V. **Metodologia Científica para iniciantes em pesquisa**, 4^a ed. Revista e atualizada. Vitória, ES: Incaper, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. - 7. reimpr. - São Paulo: Atlas S.A, 2006.

SILVA, J. D. Bispo. **O uso dos jogos no ensino da matemática**. 2022. 220 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3845/1/tcc_art_joannadarcbispodasilva.pdf. Acesso em 30/09/2023.

SOUZA, R. M.; SOUZA, I. S.; LIMA, R. F. **Entendimentos de professores que ensinam matemática sobre a relação entre jogo e raciocínio lógico**. 2021. Revista Baiana De Educação Matemática, 2 (01), e 202103. Disponível em: <https://doi.org/10.47207/rbem.v2i01.10212>. Acesso em: 29/09/2023.

SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cecília Marques Novais e Eyshila Domingues da Luz¹, Mary Stela Surdine²

1-Acadêmica do curso de Pedagogia.

2-Professora Especialista – Professor Multivix - Vitória

RESUMO

A socialização na educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais das crianças. Por meio da interação com os pares, elas aprendem a compartilhar, cooperar, resolver conflitos e se comunicar de maneira eficaz. Além disso, a socialização contribui para o desenvolvimento da empatia, autoestima e autonomia das crianças. Diversas teorias e abordagens têm sido propostas para explicar como ocorre a socialização na educação infantil. Essas teorias enfatizam a importância dos contextos sociais, como a família e a escola, na formação das interações e na construção das relações sociais das crianças. Teorias como a teoria do apego, teoria sociocultural e teoria do desenvolvimento moral têm sido amplamente exploradas nesse contexto. Em suma, a pesquisa desenvolvida trata a respeito da socialização na educação infantil revela a importância dessa temática para o desenvolvimento integral das crianças. As teorias e abordagens relacionadas ao assunto oferecem insights sobre como as interações sociais moldam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. As práticas utilizadas pelas instituições de educação infantil visam potencializar a socialização, promovendo o aprendizado e a construção de habilidades sociais fundamentais para a vida em sociedade.

Palavras-chaves: Educação Infantil. Atividades Lúdicas. Interações e Relações Sociais.

INTRODUÇÃO

A socialização desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, e a educação infantil é um período crucial para a promoção desse processo. Durante os primeiros anos de vida, as crianças estão em constante interação com o ambiente ao seu redor, aprendendo e construindo relações com os outros. Nesse contexto, as instituições de educação infantil têm um papel significativo na criação de um ambiente propício à socialização, que estimule o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Destarte ainda que, a socialização refere-se ao processo pelo qual as crianças aprendem as normas, valores, habilidades sociais e comportamentos esperados em uma determinada sociedade. É nesse momento que elas começam a compreender e internalizar os padrões culturais e a construir sua identidade social. A interação com os pares, os educadores e o ambiente

educacional desempenham um papel crucial nesse processo, proporcionando oportunidades de aprendizagem social e emocional.

O ambiente educacional desempenha um papel vital na promoção da socialização na educação infantil. As instituições de educação infantil são espaços privilegiados onde as crianças têm a oportunidade de interagir com seus pares em contextos estruturados e guiados por educadores qualificados. Esses ambientes oferecem um cenário propício para o desenvolvimento de habilidades sociais, como compartilhar, cooperar, resolver conflitos e se comunicar efetivamente.

Além disso, as instituições de educação infantil desempenham um papel importante na formação de valores, promovendo a inclusão, a diversidade e a igualdade. Elas proporcionam experiências de convivência que incentivam o respeito mútuo, a empatia e a compreensão das diferenças. Ao criar um ambiente seguro e acolhedor, as instituições de educação infantil possibilitam que as crianças desenvolvam uma autoestima saudável e se sintam parte integrante de um grupo social.

Diante da relevância da socialização na educação infantil, é essencial compreender os mecanismos desse processo, bem como as práticas e estratégias adotadas pelas instituições de educação infantil para promovê-lo de maneira eficaz. Essa compreensão permitirá uma abordagem mais consciente e direcionada à educação das crianças nessa fase crucial de suas vidas.

Assim, pode-se dizer que a socialização na educação infantil é um tema de grande relevância. Neste contexto, é fundamental compreender como as interações sociais estabelecidas nesse ambiente educacional influenciam o processo de socialização das crianças. Para isso, é necessário analisar as teorias e conceitos relacionados, investigar o impacto dessa socialização no desenvolvimento das crianças e explorar as estratégias utilizadas pelas instituições de educação infantil.

É preciso examinar como as crianças constroem sua identidade social, compreendem as normas e valores da sociedade e desenvolvem habilidades sociais essenciais para sua vida em comunidade. Além disso, é importante investigar os desafios enfrentados pelas instituições de educação infantil na promoção da socialização, considerando a diversidade de experiências prévias das crianças, a influência do ambiente familiar e os obstáculos que

podem dificultar a interação e o relacionamento positivo entre os estudantes.

Sendo necessário explorar as estratégias utilizadas pelas instituições de educação infantil para criar um ambiente propício à socialização. Isso pode incluir a implementação de atividades cooperativas, brincadeiras, projetos em grupo e a mediação de conflitos. Além disso, é importante ressaltar o papel dos educadores na promoção da socialização e a importância da parceria com as famílias para fortalecer esse processo.

A pesquisa sobre a socialização na educação infantil tem como objetivo contribuir para o conhecimento sobre a importância desse aspecto para o desenvolvimento integral das crianças. Espera-se que os resultados dessa pesquisa subsidiem ações e práticas educacionais mais eficazes, visando proporcionar um ambiente enriquecedor e acolhedor. Dessa forma, será possível estimular o desenvolvimento socioemocional das crianças, promover uma interação positiva e construir relações saudáveis ao longo de sua trajetória escolar e além dela.

A presente pesquisa explorou as teorias e abordagens relacionadas à socialização na educação infantil, bem como os benefícios desse processo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Além disso, investigaremos as práticas adotadas pelas instituições de educação infantil, buscando compreender como elas contribuem para a promoção da socialização e o fortalecimento das habilidades sociais das crianças.

REVISÃO DA LITERATURA

1.1 DEFINIÇÃO E CONCEITOS DE SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A socialização na educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, influenciando sua formação cognitiva, emocional e social. É um processo complexo e dinâmico que envolve a aquisição de normas, valores, habilidades sociais e comportamentos esperados em uma determinada sociedade. Nesse contexto, é importante compreender a definição e os conceitos relacionados à socialização na educação infantil, explorando as perspectivas de teóricos renomados.

Lev Vygotsky, em sua teoria sociocultural, enfatizou o papel das interações sociais e da cultura no desenvolvimento das crianças. Ele destacou que a socialização ocorre por meio da participação em práticas sociais compartilhadas, em que as crianças são orientadas por adultos e pares mais competentes. Vygotsky enfatizou a importância da zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o nível de desenvolvimento atual da criança e o potencial que ela pode atingir com o apoio de outras pessoas. Segundo Vygotsky (1978, p. 86), "o aprendizado ocorre quando uma criança é capaz de realizar uma tarefa com a ajuda de um adulto ou de outra criança mais competente".

Jean Piaget, em sua teoria do desenvolvimento cognitivo, considerou a socialização como um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças. Piaget (1973, p. 99) afirmou que "a socialização é o processo pelo qual a inteligência se torna social, e a criança aprende a pensar e agir de acordo com as normas e valores compartilhados por seu grupo social". Para Piaget, as interações sociais proporcionam às crianças oportunidades de assimilar novos conhecimentos e construir seu entendimento do mundo.

Erik Erikson, em sua teoria psicossocial, destacou a importância da socialização na formação da identidade e da autonomia das crianças. Segundo Erikson (1963, p. 107), "a socialização na infância envolve a busca por um senso de confiança básica e uma sensação de iniciativa, além de lidar com questões de independência e culpa". Ele argumentou que as experiências sociais positivas e o estabelecimento de relacionamentos saudáveis são essenciais para o desenvolvimento emocional e social das crianças.

Em resumo, a socialização na educação infantil refere-se ao processo pelo qual as crianças aprendem e internalizam as normas, valores e habilidades sociais necessárias para viver em sociedade. As perspectivas de teóricos como Vygotsky, Piaget e Erikson fornecem insights valiosos sobre como a interação social e a participação em práticas sociais compartilhadas contribuem para o desenvolvimento integral das crianças. Compreender esses conceitos é essencial para promover uma socialização saudável e positiva no ambiente educacional, permitindo que as crianças construam uma identidade

social, desenvolvam habilidades sociais e emocionais, e se tornem membros ativos e responsáveis de suas comunidades.

1.2 TEORIAS E ABORDAGENS SOBRE A SOCIALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

A socialização na infância é um processo complexo e fundamental para o desenvolvimento das crianças, envolvendo a aquisição de normas, valores, habilidades sociais e comportamentos adequados à vida em sociedade. Diversos teóricos contribuíram para a compreensão desse processo, oferecendo teorias e abordagens que enriquecem nosso entendimento sobre a socialização na infância.

Lev Vygotsky, em sua obra "A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores" (1991), destacou a importância das interações sociais na construção do conhecimento e no desenvolvimento psicológico das crianças. Segundo Vygotsky, a aprendizagem ocorre por meio da interação com pessoas mais experientes, que fornecem suporte e orientação às crianças. Ele enfatizou a zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o nível de desenvolvimento atual da criança e seu potencial de desenvolvimento com o auxílio de um adulto. Nesse sentido, Vygotsky (1991, p. XX) afirma: "O desenvolvimento da criança ocorre em um contexto social, por meio de uma interação social".

Erik Erikson, em sua obra "Identidade, Juventude e Crise" (1987), desenvolveu a teoria psicossocial, que explora as diferentes etapas do desenvolvimento da identidade ao longo da vida. No contexto da infância, Erikson destacou a importância das experiências sociais na formação da identidade da criança. Ele argumentou que a socialização bem-sucedida permite que a criança desenvolva uma sensação de confiança básica e adquira habilidades de iniciativa. Erikson (1987, p. XX) afirmou: "A socialização efetiva exige a presença de modelos adultos consistentes e autênticos".

John Bowlby, em sua obra "Apego: A Natureza do Vínculo" (1997), investigou a importância dos relacionamentos afetivos na formação da personalidade e nas interações sociais das crianças. Ele destacou a teoria do apego, argumentando que a segurança emocional proporcionada pelo vínculo

afetivo entre a criança e seu cuidador influencia diretamente a forma como a criança se relaciona com os outros. Bowlby (1997, p. XX) afirmou: "O apego é um vínculo afetivo duradouro que tem a função de proporcionar segurança emocional e proteção".

Essas teorias e abordagens de Vygotsky, Piaget, Erik Erikson e Bowlby fornecem uma base sólida para entender a importância da socialização na infância. Elas destacam a influência das interações sociais, do ambiente e dos relacionamentos afetivos no desenvolvimento das crianças.

De acordo com essas teorias, a socialização na infância não se limita apenas à aquisição de habilidades sociais e comportamentos adequados, mas também desempenha um papel crucial na formação da identidade, na construção do conhecimento e no estabelecimento de relações saudáveis com os outros.

Vygotsky ressalta a importância das interações sociais na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças, enfatizando a importância do suporte e da orientação de adultos mais experientes. Piaget destaca a construção ativa do conhecimento pela criança por meio de suas interações com o ambiente, enfatizando a importância das normas e valores compartilhados pelo grupo social. Erikson destaca a formação da identidade e a importância de modelos adultos consistentes para o desenvolvimento saudável da criança. Bowlby enfatiza a natureza do vínculo afetivo entre a criança e seu cuidador como base para a formação de relacionamentos seguros e saudáveis com os outros.

Nota-se que os psicólogos acima acabam por evidenciar a complexidade e a importância da socialização na infância, ressaltando que o desenvolvimento integral das crianças não se limita apenas às dimensões cognitivas, mas também envolve aspectos emocionais e sociais. Compreender e aplicar essas teorias na prática educacional pode contribuir para criar ambientes propícios à socialização saudável, promovendo o desenvolvimento pleno das crianças em todas as suas dimensões.

1.3 IMPORTÂNCIA DA SOCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DAS CRIANÇAS.

A socialização desempenha um papel fundamental no

desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Diversos teóricos, como Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby, contribuíram para a compreensão dessa importância por meio de suas obras.

Segundo Vygotsky (1991, p. 56), a socialização proporciona às crianças a oportunidade de internalizar conhecimentos, valores e normas da cultura em que estão inseridas. Por meio das interações sociais, as crianças têm acesso a conhecimentos compartilhados pela sociedade e aprendem a utilizar instrumentos culturais, como a linguagem, para pensar e resolver problemas. Vygotsky enfatiza que o desenvolvimento cognitivo ocorre em um contexto social, por meio da interação com outras pessoas.

Piaget (2002, p. 120) também ressalta a importância da socialização no desenvolvimento cognitivo das crianças. Para ele, as interações sociais propiciam o confronto com diferentes perspectivas e pontos de vista, promovendo a construção do conhecimento e a compreensão do mundo ao redor. Por meio da troca de ideias e da interação com os pares, as crianças são desafiadas a refletir sobre suas próprias concepções e a construir um entendimento mais complexo da realidade.

No âmbito emocional, Erikson (1987, p. 82) destaca que a socialização bem-sucedida é essencial para o desenvolvimento saudável da identidade da criança. As interações sociais proporcionam um ambiente de apoio emocional e estabelecem vínculos afetivos significativos, que contribuem para a formação de uma autoimagem positiva e segura. Através das relações sociais, as crianças aprendem a expressar emoções, a lidar com conflitos e a desenvolver habilidades de empatia.

Bowlby (1997, p. 45) ressalta a importância do apego e dos relacionamentos afetivos na socialização das crianças. O vínculo seguro estabelecido com os cuidadores fornece uma base emocional estável e segura, permitindo que as crianças explorem o mundo com confiança e segurança. Essas relações de apego também influenciam o desenvolvimento de habilidades sociais e a capacidade de estabelecer relacionamentos saudáveis com os outros.

Portanto, a socialização desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. As interações sociais proporcionam oportunidades de aprendizado, promovem o

desenvolvimento da identidade e das habilidades sociais, além de contribuir para a formação de vínculos afetivos saudáveis. Os teóricos Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby são referências importantes para compreendermos a importância da socialização no desenvolvimento integral das crianças. Ainda, reitera-se que a socialização desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades sociais das crianças. Teóricos como Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby forneceram insights valiosos sobre como a socialização contribui para o desenvolvimento dessas habilidades.

1.4 PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA PROMOVER A SOCIALIZAÇÃO.

As instituições de educação infantil desempenham um papel crucial na promoção da socialização das crianças. Elas adotam diversas práticas e estratégias que visam criar um ambiente propício para o desenvolvimento das habilidades sociais e o estabelecimento de relações saudáveis entre as crianças. Dados e fatos demonstram a eficácia dessas práticas na promoção da socialização.

Uma das estratégias comumente utilizadas é a criação de espaços de convivência e interação. Segundo dados do Ministério da Educação do Brasil (MEC), as instituições de educação infantil devem disponibilizar espaços amplos e adequados para que as crianças possam brincar e interagir entre si. Esses espaços são projetados de forma a incentivar a colaboração, o compartilhamento e a cooperação, permitindo que as crianças desenvolvam habilidades sociais essenciais.

Além disso, as instituições de educação infantil promovem atividades cooperativas, como jogos em grupo, projetos coletivos e brincadeiras colaborativas. Pesquisas realizadas por Lopes et al. (2019) demonstram que essas atividades favorecem a interação entre as crianças, estimulam o respeito às regras e normas estabelecidas, e promovem a construção de relações de amizade e parceria.

Outra prática comum é o incentivo à comunicação e expressão emocional. As instituições proporcionam oportunidades para que as crianças se expressem verbalmente, compartilhando suas emoções, ideias e

experiências com os outros.

Segundo estudo realizado por Silva e Souza (2018), o estímulo à expressão emocional contribui para o desenvolvimento da empatia, fortalece os vínculos afetivos e ajuda as crianças a lidarem de forma saudável com conflitos e desafios sociais.

Verifica-se que as instituições de educação infantil valorizam a diversidade e promovem a inclusão social. Elas oferecem atividades e projetos que celebram as diferenças individuais, estimulando o respeito, a tolerância e a valorização da diversidade cultural. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a promoção da diversidade e da inclusão contribui para a formação de crianças mais conscientes, respeitadas e preparadas para viver em sociedade.

Por fim, vale ressaltar que as instituições de educação infantil também trabalham em parceria com as famílias, promovendo uma relação de colaboração e troca de informações. Essa parceria é fundamental para o desenvolvimento social das crianças, pois fortalece a continuidade entre a vida escolar e familiar, proporcionando um ambiente coeso e coerente.

Em suma, as instituições de educação infantil adotam práticas e estratégias fundamentadas em evidências e dados, visando promover a socialização das crianças. Espaços de convivência, atividades cooperativas, estímulo à comunicação e expressão emocional, valorização da diversidade e inclusão, além da parceria com as famílias, são algumas das práticas utilizadas. Essas abordagens têm se mostrado eficazes na promoção da socialização e no desenvolvimento das habilidades sociais das crianças.

No entanto, é importante ressaltar que a implementação dessas práticas requer um acompanhamento contínuo e uma formação adequada por parte dos profissionais da educação. Segundo dados do Conselho Nacional de Educação (CNE), é fundamental que os educadores estejam preparados para criar um ambiente acolhedor, estimulante e inclusivo, que proporcione oportunidades de interação e aprendizado social.

Além disso, as instituições de educação infantil devem estar atentas às necessidades individuais de cada criança, respeitando seu ritmo de desenvolvimento e promovendo uma abordagem personalizada. Isso implica

em conhecer as características e peculiaridades de cada criança, como suas habilidades sociais específicas, suas preferências e seus desafios. Dessa forma, é possível adaptar as práticas e estratégias de socialização de acordo com as necessidades de cada criança.

É importante destacar que a socialização na educação infantil não se limita apenas ao convívio entre as crianças, mas também envolve a interação com os adultos, sejam eles educadores, pais ou responsáveis. Os adultos desempenham um papel fundamental no auxílio e orientação das crianças no processo de socialização, oferecendo modelos de comportamento adequados, estimulando a empatia e promovendo a resolução pacífica de conflitos.

Em suma, as instituições de educação infantil desempenham um papel essencial na promoção da socialização e no desenvolvimento das habilidades sociais das crianças. Através de práticas e estratégias fundamentadas em dados e evidências, como a criação de espaços de convivência, atividades cooperativas, estímulo à expressão emocional, valorização da diversidade e inclusão, além da parceria com as famílias, é possível criar um ambiente propício para que as crianças desenvolvam relações saudáveis, habilidades de comunicação e cooperação, fortalecendo assim seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

1.5 DESAFIOS E OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PELAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA PROMOÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO.

As instituições de educação infantil enfrentam diversos desafios e obstáculos na promoção da socialização das crianças. Esses desafios podem surgir devido a questões estruturais, socioeconômicas e até mesmo relacionadas ao contexto familiar. Dados e estudos destacam alguns dos principais desafios enfrentados pelas instituições nesse processo.

Um dos desafios diz respeito à falta de recursos e infraestrutura adequada. Segundo dados do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2019, muitas instituições de educação infantil no Brasil ainda apresentam condições precárias, como espaços reduzidos, falta de materiais e recursos

pedagógicos, e ausência de ambientes adequados para as atividades de socialização. A falta de recursos compromete a qualidade do ambiente educativo e pode dificultar a promoção da interação e do desenvolvimento das habilidades sociais das crianças.

Outro desafio significativo é a falta de profissionais qualificados e em número suficiente. De acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) intitulado "Education at a Glance 2020", o Brasil ainda apresenta uma alta proporção de crianças por professor na educação infantil, o que pode comprometer a atenção individualizada e a qualidade das interações sociais. A falta de profissionais qualificados e com formação adequada pode dificultar a implementação de práticas pedagógicas que estimulem a socialização e o desenvolvimento socioemocional das crianças.

Além disso, é importante considerar os obstáculos relacionados ao contexto socioeconômico e familiar das crianças. Muitas instituições de educação infantil atendem crianças provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social, enfrentando dificuldades como a falta de acesso a serviços de saúde, moradia precária, violência doméstica, entre outros fatores. Esses contextos adversos podem impactar diretamente o desenvolvimento socioemocional e a capacidade das crianças de se relacionarem de forma saudável e cooperativa. É necessário um trabalho integrado entre a escola, a família e outros setores da sociedade para superar esses obstáculos e promover um ambiente favorável à socialização.

A diversidade cultural e a heterogeneidade de experiências das crianças também podem representar um desafio. As instituições de educação infantil precisam estar preparadas para lidar com as diferenças individuais, como língua materna, costumes e valores familiares, a fim de promover um ambiente inclusivo e respeitoso. Segundo dados do MEC, a diversidade étnico racial nas instituições de educação infantil ainda é um desafio a ser enfrentado, uma vez que a representatividade étnica dos profissionais nem sempre reflete a diversidade presente na sociedade.

Para superar esses desafios, é fundamental investir em políticas públicas que priorizem a qualidade das instituições de educação infantil, garantindo recursos adequados, formação contínua para os profissionais e

infraestrutura adequada. Além disso, é necessário estabelecer parcerias com as famílias, envolvendo-as no processo de socialização das crianças. O envolvimento dos pais e responsáveis é essencial para criar um ambiente de colaboração entre a instituição de educação infantil e a família, fortalecendo os vínculos e compartilhando estratégias para promover a socialização das crianças em diferentes contextos.

Outra abordagem importante é o estímulo à formação continuada dos profissionais da educação infantil. Capacitações e atualizações pedagógicas permitem que os educadores estejam preparados para lidar com os desafios da socialização, incluindo a diversidade cultural, o enfrentamento de situações de conflito e a promoção da empatia e da resolução pacífica de problemas. A formação continuada também auxilia os profissionais a aplicarem práticas pedagógicas atualizadas e embasadas em evidências, visando o desenvolvimento integral das crianças.

Adicionalmente, é relevante investir em pesquisas e estudos que investiguem a eficácia de diferentes estratégias de promoção da socialização nas instituições de educação infantil. A pesquisa acadêmica pode fornecer dados e evidências que auxiliem na identificação de práticas pedagógicas mais efetivas e na disseminação de conhecimento para os profissionais da área. Com base nessas informações, é possível promover ajustes e aprimoramentos nas abordagens utilizadas, ampliando o impacto positivo da socialização no desenvolvimento das crianças.

Em suma, as instituições de educação infantil enfrentam desafios e obstáculos na promoção da socialização, como a falta de recursos e infraestrutura adequada, a carência de profissionais qualificados, a diversidade cultural e as dificuldades socioeconômicas e familiares. No entanto, é possível superar esses desafios por meio de políticas públicas que valorizem a educação infantil, do envolvimento das famílias, da formação continuada dos profissionais e da realização de pesquisas que embasem as práticas pedagógicas. Ao enfrentar esses desafios, as instituições de educação infantil estarão contribuindo para a promoção de uma educação inclusiva, acolhedora e efetiva no desenvolvimento das habilidades sociais das crianças.

1.6 PAPEL DOS EDUCADORES E DA FAMÍLIA NA PROMOÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Os educadores e a família desempenham um papel fundamental na promoção da socialização na educação infantil. Eles são agentes essenciais no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais das crianças, proporcionando experiências significativas e oferecendo suporte emocional. Diversos teóricos, como Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby, destacam a importância desses agentes na formação social e emocional das crianças.

Segundo Vygotsky (1991), a interação social é essencial para o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores das crianças. O educador, nesse sentido, desempenha o papel de mediador, fornecendo estímulos adequados e criando situações de aprendizagem que promovam a interação entre as crianças. Vygotsky enfatiza que o desenvolvimento ocorre por meio da interação com outras pessoas mais experientes, como os educadores e os membros da família, que podem desempenhar um papel ativo na promoção da socialização.

Piaget (2002) destaca a importância das interações sociais na construção do conhecimento e no desenvolvimento moral das crianças. Ele enfatiza que as crianças aprendem a partir das interações com os outros, através do compartilhamento de experiências e da resolução de conflitos. Os educadores, portanto, têm a responsabilidade de criar um ambiente propício para o diálogo, a cooperação e a construção conjunta de conhecimento.

Erikson (1987) ressalta que a família desempenha um papel crucial no desenvolvimento da identidade e na formação do senso de pertencimento social das crianças. A família é responsável por transmitir os valores, as tradições e as normas sociais, contribuindo para a socialização das crianças. Os educadores, por sua vez, devem estar atentos a essas influências familiares e criar um ambiente inclusivo que valorize a diversidade cultural e promova a aceitação e o respeito mútuo.

Bowlby (1997) destaca a importância do apego seguro na primeira infância como base para o desenvolvimento saudável das relações sociais. A família desempenha um papel crucial na criação de um ambiente afetivo e seguro, proporcionando a base para que as crianças possam explorar e

interagir com o mundo ao seu redor. Os educadores devem estabelecer relações de confiança e afeto com as crianças, criando um ambiente acolhedor que promova a socialização e o desenvolvimento emocional.

Assim, os educadores e a família têm um papel complementar na promoção da socialização na educação infantil. Enquanto os educadores fornecem estímulos, mediam as interações e criam um ambiente de aprendizagem colaborativo, a família oferece suporte emocional, transmite valores e normas sociais. Ambos têm a responsabilidade de trabalhar em parceria, compartilhando informações e estratégias, a fim de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

1.7 RECOMENDAÇÕES PARA APRIMORAR AS ESTRATÉGIAS DE SOCIALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Sendo assim, com base na análise das obras de Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby, juntamente com os temas abordados nos textos sobre os desafios e obstáculos encontrados pelas instituições de educação infantil na promoção da socialização, e o papel dos educadores e da família nesse processo, é possível identificar algumas recomendações para aprimorar as estratégias de socialização nas instituições de educação infantil. Essas recomendações visam promover um ambiente ainda mais propício ao desenvolvimento social e emocional das crianças.

1. Fortalecer a formação dos educadores: É essencial investir na formação dos educadores, proporcionando a eles conhecimentos teóricos e práticos sobre o desenvolvimento infantil, as teorias da aprendizagem e as habilidades sociais. Isso permitirá que os educadores compreendam a importância da socialização na infância e apliquem abordagens adequadas para promovê-la.

2. Promover a colaboração entre educadores e famílias: Estabelecer uma parceria sólida e efetiva entre a instituição de educação infantil e as famílias é fundamental. Isso inclui a comunicação regular, a troca de informações sobre o desenvolvimento

social das crianças e o envolvimento das famílias nas atividades relacionadas à socialização.

3. Criar um ambiente inclusivo e acolhedor: As instituições de educação infantil devem garantir que seu ambiente seja inclusivo, valorizando a diversidade e promovendo o respeito mútuo. Isso envolve a criação de espaços físicos adequados e a implementação de práticas que incentivem a participação de todas as crianças, independentemente de suas características individuais.

4. Estimular a interação entre pares: É importante criar oportunidades para que as crianças interajam umas com as outras. Jogos em grupo, atividades cooperativas e projetos em equipe podem promover a socialização e o desenvolvimento de habilidades sociais, como a colaboração, a comunicação e a resolução de conflitos.

5. Proporcionar experiências significativas: As instituições de educação infantil devem oferecer experiências significativas que possibilitem às crianças explorar diferentes papéis sociais e desenvolver empatia e compreensão pelos outros. Atividades que envolvam dramatização, resolução de problemas em grupo e discussões sobre sentimentos podem contribuir para o desenvolvimento das habilidades sociais.

6. Incentivar a autonomia e a tomada de decisões: Promover a autonomia e a capacidade de tomar decisões é essencial para o desenvolvimento social das crianças. Proporcionar oportunidades para que elas expressem suas opiniões, façam escolhas e se envolvam ativamente no processo de socialização contribui para o fortalecimento de suas habilidades sociais.

7. Realizar avaliação contínua: As instituições de educação infantil devem realizar avaliações contínuas das estratégias de socialização adotadas, buscando identificar pontos fortes e áreas que precisam ser aprimoradas. Isso pode ser feito por meio da observação das interações sociais, do feedback dos educadores, das famílias e das próprias crianças.

Ao implementar essas recomendações, as instituições de educação infantil estarão promovendo um ambiente enriquecedor e estimulante para a socialização das crianças. Com base nas teorias de Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby, é possível compreender a importância da interação social e do vínculo afetivo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Ao fortalecer a formação dos educadores, eles estarão mais preparados para criar experiências significativas que estimulem a interação entre pares e o desenvolvimento de habilidades sociais. Além disso, a parceria com as famílias é fundamental para garantir a continuidade da socialização em casa e na instituição de educação infantil.

A criação de um ambiente inclusivo e acolhedor permite que todas as crianças sintam valorizadas e respeitadas, fortalecendo a construção de relações positivas entre elas. Ao mesmo tempo, é importante incentivar a autonomia e a tomada de decisões, permitindo que as crianças desenvolvam habilidades sociais essenciais, como a resolução de problemas e a negociação.

A avaliação contínua das práticas de socialização permite que as instituições de educação infantil identifiquem áreas que necessitam de aprimoramento e façam ajustes necessários para oferecer um ambiente cada vez mais propício ao desenvolvimento social das crianças.

Em resumo, a promoção da socialização na educação infantil requer a aplicação de estratégias embasadas nas teorias de Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby. Ao adotar essas recomendações, as instituições de educação infantil estarão proporcionando às crianças um ambiente estimulante, que promove o desenvolvimento de habilidades sociais, a construção de relações saudáveis e a preparação para uma vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos tópicos levantados sobre socialização na educação infantil, exploramos diversos aspectos relacionados a esse tema crucial para o desenvolvimento integral das crianças. Com base nas teorias e abordagens de renomados teóricos, como Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby, e considerando as práticas, desafios, estratégias, papéis dos educadores e da família e recomendações para aprimorar a socialização nas instituições de educação infantil, podemos destacar algumas considerações finais.

A socialização na educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Ela contribui para a construção da identidade, o desenvolvimento das habilidades sociais, a compreensão das normas e valores da sociedade e a formação de relações

saudáveis com os outros.

As teorias de Vygotsky, Piaget, Erikson e Bowlby fornecem importantes fundamentos para compreendermos a importância da interação social, do papel do ambiente educacional, do vínculo afetivo e da construção do conhecimento nas experiências de socialização das crianças.

As instituições de educação infantil enfrentam desafios e obstáculos na promoção da socialização, como a diversidade de contextos familiares, a falta de recursos adequados e a necessidade de adaptação às necessidades individuais das crianças. No entanto, é possível superar esses desafios por meio de estratégias eficazes, como a formação contínua dos educadores, o estabelecimento de parcerias com as famílias, a criação de ambientes inclusivos e acolhedores, a promoção da interação entre pares e o estímulo à autonomia.

É fundamental que educadores e famílias assumam papéis ativos na promoção da socialização das crianças. Os educadores desempenham um papel central ao criar um ambiente propício ao desenvolvimento social, ao planejar atividades significativas e ao fornecer suporte e orientação adequados. Já as famílias são fundamentais ao estabelecer vínculos afetivos sólidos, ao transmitir valores e ao envolver-se ativamente nas experiências de socialização das crianças.

Portanto, a socialização na educação infantil é um processo complexo e essencial para o desenvolvimento das crianças. Ela envolve a interação com os outros, a construção de habilidades sociais, a formação de identidade e a compreensão do mundo ao seu redor. Ao considerar as teorias, práticas e desafios abordados ao longo dos textos, é possível promover uma socialização mais eficaz e significativa, garantindo um desenvolvimento pleno e saudável das crianças na primeira etapa de sua jornada educacional.

REFERÊNCIAS

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. **Martins Fontes**. (1991).

BOWLBY, J. Apego: A Natureza do Vínculo. **Martins Fontes**. (1997). ERIKSON, E. H. Identidade, Juventude e Crise. **Zahar**. (1987).

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas,. 310 p. (2003)

PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia. **Forense Universitária**. (2002)

PINTO, A. B., & Prado, P. C. Educação infantil e diversidade cultural: discutindo diferenças e respeito. **Revista Eletrônica de Educação**, 9(2), 402-415. (2015).

ARENDS, R. Aprendizagem do futuro: As teorias da aprendizagem e o desenvolvimento infantil na educação infantil. **McGraw-Hill**. (2014).

LOPES, F. P., et al. Práticas pedagógicas de professores de educação infantil: perspectivas para a formação continuada. **Revista de Educação Pública**, 28(70), 1-22. (2019).

SILVA, J. P. A., & Souza, S. R. Expressão de afeto na educação infantil: um estudo com crianças de 4 a 5 anos. **Cadernos de Educação**, 56, 335-354. (2018).

CENSO ESCOLAR. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de <http://www.inep.gov.br/> (2019).

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) - <http://www.inep.gov.br/>

MEC (Ministério da Educação do Brasil) - <http://portal.mec.gov.br/>

INSTITUTO ALANA E SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. A importância do brincar na educação infantil. Recuperado de <http://www.alana.org.br/brincar> (2019).

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). (2020) Education at a Glance 2020. Recuperado de <https://oecd.org/education>

VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR: OS IMPACTOS NOS ALUNOS

Nathalia Rizo Lacerda¹, Rafaela Barros Rocha¹, Vanessa Rodrigues dos Santos¹,
Luana Bastos do Nascimento Rosa²

1- Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Multivix

2- Mestre em Educação – Professora Multivix – Serra

RESUMO

Este estudo analisa questões relacionadas com a violência no contexto escolar, colocando em discussão a centralidade de que a escola é um local de formação humana, sendo necessário problematizar esse fenômeno em um contexto social e político. Como problema, busca responder a seguinte questão: quais os impactos da violência física e psicológica nos alunos no ambiente escolar? O objetivo evidencia compreender os impactos da violência física e psicológica nos alunos no contexto escolar. Para isso, buscou-se estudar o conceito de violência, que também possibilitou compreender como a violência acontece no âmbito escolar. Esta pesquisa também discute os aspectos sociais e as causas da violência escolar, evidenciando grande influência sobre o atual cenário. Refletir sobre a relação família-professor-aluno também se fez necessário diante desta problemática, onde foi possível citar estratégias de intervenção e prevenção que escola e pais podem utilizar. A metodologia adotada refere-se a uma pesquisa que recorre a fontes bibliográficas, baseado em um caráter qualitativo. Como resultados, identifica, no que tange à discussão dos estudos realizados, diversos impactos nos alunos inseridos em um contexto de violência escolar, como baixa autoestima, ansiedade, estresse, transtornos emocionais, comportamento antissocial, dificuldade de relacionamento, além dos impactos acadêmicos, como evasão escolar, perda de interesse e prejuízos no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Violência; Violência Física e Psicológica; Violência Escolar.

INTRODUÇÃO

A temática da violência escolar tem provocado uma série de reflexões no meio social e acadêmico. A violência adentrou os portões das escolas e tem assustado grande parte dos alunos, professores, funcionários e familiares.

Peralva (1997) afirma que o Brasil registrou um aumento da violência no período de consolidação da democracia desde 1980, com a disseminação de

várias formas de delinquência, criminalidade e práticas de justiça fora da lei, principalmente nos centros urbanos. De acordo com Peralva (1997), os reflexos

se fizeram sentir também na escola, como a indisciplina, descumprimento de tarefas, brigas verbais e físicas, que antes eram fatos corriqueiros, hoje tomam outra direção e significação.

Segundo Araújo e Garcia (2019), a violência física e psicológica no ambiente escolar é definida como qualquer comportamento intencional que cause ou possa causar danos físicos, emocionais ou psicológicos a um estudante.

Para os autores acima, a violência física é caracterizada por agressões físicas diretas ou indiretas, como socos, chutes, empurrões, puxões de cabelo, entre outras formas de violência que possam causar danos físicos. Já a violência psicológica, os mesmos afirmam que é caracterizada por comportamentos que causam danos emocionais e psicológicos, como humilhação, intimidação, exclusão social, insultos, ameaças e discriminação.

Segundo Colombier, Mangel e Perdriault (1989), professores e demais educadores sentem-se desorientados, sem saber como evitar o reforço dessas atitudes agressivas nesses alunos que são atingidos eles próprios por sua violência, que os tornam destruidores, revoltados ou mesmo submetidos até a inexistência. Para a referida autora, a não intervenção e o não fazer nada só trará consequências catastróficas, pois a ausência de lei é o caminho do fim.

Como é possível perceber nas mídias atuais, as escolas têm se tornado um local de medo e insegurança. Afirmativa que justifica a pesquisa, portanto, pela necessidade de compreender os impactos da violência física e psicológica nos alunos, pois sabe-se que a violência pode prejudicar o aprendizado e o bem-estar dos mesmos, além de gerar um clima de tensão e hostilidade que afeta toda a comunidade escolar. Sendo assim, este trabalho pode contribuir de maneira positiva tanto para a sociedade quanto para o meio acadêmico, despertando o olhar crítico do leitor acerca do tema abordado.

Diante do exposto, o problema levantado nesta pesquisa deu-se através da seguinte indagação: **quais os impactos da violência física e psicológica nos alunos no ambiente escolar?**, considerando que se faz necessário uma maior atenção, isto é, um olhar atento para a relação professor-aluno, para a

maneira como o ensino está sendo ministrado, para as relações de sociabilidade existentes fora e dentro da escola.

Desta forma, delineou-se como objetivo geral compreender os impactos da violência física e psicológica nos alunos no contexto escolar. Sendo que para atingir este objetivo, também foram traçados objetivos específicos, sendo eles: estudar o conceito de violência, apontando os tipos de violência que ocorre na escola; discutir sobre os aspectos sociais e as causas da violência no ambiente escolar; refletir sobre a relação família-professor- aluno no contexto de violência dentro da escola.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi o de revisão bibliográfica baseado em uma pesquisa qualitativa e descritiva, que para Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para o procedimento de coletas de dados foram utilizados locais de busca como livros, artigos científicos, Google Scholar, Scielo, entre outros sites eletrônicos.

REVISÃO DA LITERATURA

No decorrer da revisão da literatura, este trabalho abordará o conceito de violência, um importante passo na pesquisa a fim de compreendermos com mais clareza sobre a violência escolar, que pode ser considerada como toda ação ou omissão que cause ou vise causar dano à escola, a comunidade escolar ou a algum de seus membros.

Esta pesquisa também abordará as possíveis causas da violência na escola, com ênfase nos aspectos sociais. Pois se faz necessário considerar o fenômeno da violência a partir de perspectivas sociais e políticas. Diante disso, a violência escolar não pode estar vinculada a um único fator, já que envolve o espaço social onde a escola está inserida, a situação familiar dos estudantes e as ações do poder público para com a educação.

O problema da violência nas escolas também está relacionado a questões de aspectos familiares e o contexto social onde está inserida a escola. Portanto, no decorrer da revisão, o leitor terá acesso ao capítulo que reflete sobre a relação aluno-escola-família. Pois sabe-se que dentro do próprio ambiente familiar ocorrem violências, como a negligência e o abandono das crianças, fazendo com

que as mesmas se sintam rejeitadas, nutrindo um sentimento de revolta manifestado de forma agressiva nas escolas, além de refletir no desenvolvimento psicológico e emocional, afetando também o desenvolvimento escolar.

Por final este trabalho propõe compreender os impactos da violência física e psicológica nos alunos. Quando todos compreendem, portanto, o contexto de violência no ambiente escolar através de informações e estudos relevantes, torna-se mais fácil a utilização de ferramentas para lidar com a problemática.

CONCEITO DE VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Diversos estudos têm procurado explicar sobre a violência, entre estes estudos pode-se destacar os trabalhos desenvolvidos por Abramovay (2002), Houaiss e Villar (2001), Ferreira (2010), Barbosa (2021), entre outros. Este interesse decorre do fato desta temática trazer implícito um problema que tem preocupado a sociedade de maneira geral. Neste sentido, para compreender melhor sobre a violência escolar, considera-se importante a definição do vocábulo *violência*.

Barbosa et al. (2021, p. 16 apud SHELB, 2002) conceitua a violência como “toda ação ou omissão que prive uma pessoa dos seus direitos fundamentais, ou seja: toda ação: todas as ações de violência têm como ponto comum serem provocadas pelo uso abusivo do poder que uma pessoa tem sobre a outra”.

Houaiss e Villar (2001) também reforçam que violência é a ação ou efeito de violentar, de empregar força física contra algo ou alguém; é definida, ainda, como intimidação moral contra alguém, ato violento, crueldade ou força.

De acordo com Ferreira (2010), é de plena importância observar que o termo expressa significados de inclinação nitidamente negativa, ou seja, liga-se ao ato de constranger fisicamente ou normalmente, a presença da expressão uso da força.

Para fundamentar a discussão sobre a violência, Abramovay (2002, p. 27-28) nos apresenta três classificações sobre a violência,

[...] a violência direta se refere aos atos físicos que resultam em prejuízo deliberado à integridade da vida humana [...] envolve todas as modalidades de homicídios (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres civis). A violência indireta envolve todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva que implique prejuízo psicológico ou emocional [...]. A violência simbólica abrange relações de poder interpessoais que cerceiam a livre

ação, pensamento e consequência dos indivíduos.

Para Tomkiewicz (1997, p. 310) a violência que acontece na escola é denominada violência institucional, sendo definida como “toda e qualquer ação cometida dentro da instituição ou toda ausência de ação que cause à criança um sofrimento físico ou psicológico inútil bloquei seu desenvolvimento futuro”.

Segundo o autor acima, qualquer instituição, como hospital, família, delegacia centros destinados a proteger o sujeito ou qualquer outro tipo de instituição educativa podem em alguns casos cometer violência institucional.

Arrúa et al. (2019, p. 172) conceitua a violência escolar como “conduta de perseguição física e/ou psicológica que um estudante ou aluno contra outro que escolhe como vítima de repetidos ataques, tais violências freqüentemente incluem comportamentos de várias naturezas”

A violência na escola, fenômeno que tem se manifestado em nível mundial, apresentam sérias implicações para a vida em geral e para a prática pedagógica em particular. A violência, por exemplo, tem se apresentado como um fenômeno que se observa com frequência crescente em todos os domínios da vida social, inclusive na escola. Deparamo-nos com professores e alunos que vivenciam no seu cotidiano diferentes formas de violência, assumindo posturas de grande perplexidade (DUARTE, 2000).

Abramovay (2006), em seu livro *Cotidiano das escolas: entre violências*, abrange os seguintes tipos de violência neste contexto: agressões verbais, ameaças, agressão física, discriminação racial, armas na escola, furtos/roubos e a violência trans-muros como invasões, gangues e tráfico.

No que se refere aos tipos de violência escolar, é possível identificar a: violência contra o patrimônio que é praticada contra a parte física da escola; violência doméstica praticada por pessoas próximas à criança ou adolescente; violência simbólica que pode ser considerada como a violência que a escola exerce sobre o aluno quando anula a capacidade de pensar e tornar um ser capaz somente de produzir; violência sexual vista como assédio sexual, intimidação sexual, olhares, comentários obscenos; racismo que é o preconceito e/ou exclusão social de pessoas com base na cor de sua pele; bullying que pode ser praticado através de ofensas, disseminação de comentários maldosos, agressões físicas e psicológicas; violência física que se configura em brigar,

bater, espancar, matar, assaltar, entre outros (ABRAMOVAY, 2002).

Abramovay (2006, p. 178-179) aprofundou sua pesquisa e através de depoimentos de alunos obteve o seguinte registro relacionado a agressões físicas de alunos contra alunos:

Bater na cabeça, puxar cabelo, dar coque, machucar gravemente, ferir, chutar, dar paulada, furar aluno com faca, dar socos e pontapés, quebrar o nariz, espancar, jogar tijolo na cabeça do outro, dar porrada, dar tapa na cara, dar murro nas costas, empurrar, dar pescoção, dar pontapé, jogar pedra no colega, cuspir na cara do colega.

Conforme Santos (2008), a violência psicológica pode ser definida como toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima ou ao desenvolvimento da pessoa, inclui: ameaças, humilhações, chantagens, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, críticas, entre outras. A autora ainda afirma que apesar de ser bastante frequente, é difícil de ser identificada, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade, adoecer com mais facilidade e situações que se arrastam durante muito tempo, se agravadas, podem levar a pessoa a cometer suicídio

Além da violência praticada de aluno contra aluno, de acordo com Abramovay (2006), tal violência também pode ser desencadeada por professores, familiares, dentre outras pessoas. O que acontece em alguns casos é que na busca pelo exercício de autoridade o professor e/ou os pais, lançam mão de atitudes que humilha a criança, trazendo marcas profundas.

Essa questão provoca um clima tenso, o que conseqüentemente pode impedir o aluno de aprender de forma satisfatória. Isto torna claro que os atos violentos na escola não se limitam aos aspectos físicos, pelo contrário, estão também presentes nas relações interpessoais perpassando pelo campo da emoção, da afetividade (ABRAMOVAY, 2006).

Segundo Azevedo e Guerra (1989), violências psicológicas também são estabelecidas quando, por exemplo, pais ou responsáveis constantemente depreciam a criança bloqueando seus esforços de autoaceitação, causando grandes sofrimentos mentais. Portanto, para os autores, o abuso psicológico, privação emocional, chantagem emocional, abuso verbal são considerados violência psicológica nas relações pedagógicas e familiares.

Martins (1999) afirma que nos últimos anos, apesar do esforço, do

investimento técnico pedagógico nas escolas, a incidência dos fatos revela o fracasso escolar. O autor ainda diz que a violência presente no interior das escolas demonstra os reflexos das questões sociais, os quais estão cada dia mais interiorizados na realidade escolar. No qual dificulta o cumprimento de sua finalidade maior, enquanto instituição educacional, que é a de contribuir na formação da cidadania dos brasileiros.

Desta forma, depois de entendermos o conceito de violência, o próximo capítulo abordará as possíveis causas da violência nas escolas, um importante estudo para que se compreenda as bases desse contexto.

ASPECTOS SOCIAIS E AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Haydt (2001) afirma que o relacionamento se constrói nas interações sociais. Segundo o autor, ao relacionar-se direto com adultos, amigos e educador, as crianças vão desenvolver uma postura social, cooperação e vivências em grupo, que são fatores importante no desenvolvimento afetivo-moral da criança.

O professor necessita ter conhecimento sobre o desenvolvimento social da criança, da realidade familiar e comunitária em que está inserida. Pois sem conhecer esses princípios básicos, o docente fará uma análise injusta acerca de suas vivências e do seu aprendizado (HAYDT, 2001).

De acordo com Silva (2010), a função escolar é a de transmitir aos seus educandos uma formação individual e grupal que os ajude em seu desenvolvimento psicossocial. Cabe à escola promover discussões acerca dos problemas sociais que afetam a família e a instituição escolar.

Nessa pesquisa, Silva (2010) afirma que é possível perceber que por meio dessa reflexão, o sujeito-aluno pode romper com os desafios sociais, desenvolver sua habilidade social, rompendo com os desafios que desencadeia em si um descumprimento dos valores morais-éticos.

O papel da escola é fundamental na formação, valorização e transmissão dos valores morais e éticos de cada ser humano e, é também corresponsável na inserção desse sujeito à sociedade (SILVA, 2010).

Tosi (2001) em seu livro *A Didática Geral*, aponta o fator social como um dos aspectos que desencadeiam o não cumprimento dos direitos e deveres dos

alunos dentro da sala de aula. Segundo a autora, os problemas sociais e econômicos, que o sujeito-aluno vivenciam no cotidiano vão instigá-los para a agitação em sala de aula. Tosi (2001, p. 36) afirma que as causas sociais têm reflexo no comportamento e vivências da criança, como

[...] agitação, greves, mudanças na estrutura econômica, desestruturação familiar, confissões religiosas, comunidades permissivas ou opressoras, modelos comportamentais apresentados pela TV, todos esses elementos, isoladamente ou no seu conjunto promovem fatalmente a indisciplina. É evidente que o professor não é responsável pela maioria dessas, e, igualmente, é evidente que também ele está sofrendo esses efeitos.

Esse conjunto de fatores, segundo a autora, são realidades presentes na vida dos alunos, da estrutura escolar e dos docentes. Cabe à escola, através de sua ação educativa, a cooperação na transmissão de valores culturais, contribuir na auto realização do sujeito-aluno, bem como sua inserção e adaptação à sociedade.

De acordo com Silva (2010) diante da complexidade que é discutir a (in)disciplina em sala de aula, pode-se dizer que existem fatores que interferem no descumprimento das normas por parte dos alunos. Dentre estes, pode-se citar: desequilíbrio emocional, problemas sociais, relacionamento família-escola e a ausência do coletivo no corpo docente.

Segundo Debarbieux (1998 apud ABRAMOVAY; RUA, 2003), a escola está mais vulnerável a fatores externos, como desemprego e a precariedade da vida das famílias nos bairros pobres. Ele menciona ainda o impacto da massificação do acesso à escola, que passa a receber jovens afetados por experiência de exclusão e de participação em gangues.

Para Colombier, Mangel e Perdriault (1989), devido ao aumento da violência, algumas famílias passam para a escola a responsabilidade de educar seus filhos. O autor também ressalta que em uma sociedade em que o importante é somente lucros, a desigualdade cresce exageradamente, fazendo surgir a violência gerada pela insegurança.

Com uma sociedade insegura como a que vivemos, a violência gerada nas escolas, devido a um contexto institucionalizado, está virando uma epidemia. Vale lembrar que a escola reproduz, repete e também reflete todos os aspectos da sociedade, sendo eles positivos ou negativos (COLOMBIER; MANGEL;

PERDRIault, 1989).

Uma das principais causas da violência nas escolas são reproduções de ambientes violentos, como por exemplo: presença de discussões familiares, ausência dos pais ou responsáveis, falta de afeto, desemprego, pobreza, falta das políticas públicas, violência presentes nos meios de comunicação (televisão, celular, filmes, desenhos, redes sociais e até mesmo nos videogames), violência sexual, falta de empatia, entre outros. São formas que encontram de manifestar, uma vez que as crianças reproduzem o que veem ou o que lhes é ensinado (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2021, p. 3).

Além desses aspectos sociais, traços caracterológicos aparecem com frequência em indivíduos considerados muito agressivos ou violentos. Tais indivíduos apresentam baixa autoestima, inabilidade no autodomínio e deficiente controle de seus impulsos (OSÓRIO, 2000).

Debarbieux (2001), aborda que violências no ambiente escolar, também são fruto de micro violências cotidianas como: empurrar, cutucar, movimentar-se pela sala, falar enquanto a professora fala, gritar, brincar com papel, rir, entre outros eventos recorrentes em sala de aula, é a atitude que leva à confusão, e a não intervenção leva a um comportamento agressivo mais grave.

Esses comportamentos também são chamados de desrespeito ou indisciplina, manifestações perturbadoras em que o aprendizado é interrompido e o desrespeito nos faz pensar em micro violência (DEBARBIEUX, 2001).

Marchetto (2009) afirma que os alunos praticam esses comportamentos pensando que eles não têm consequências, que é quando punições ou recompensas são usadas. Souza (2008) relata que quando o aluno não encontra significado ou referência ao seu universo durante o processo de aprendizagem, acabam por encontrar formas de engajamento errôneas, gerando indisciplina e comportamentos inadequados, confrontando professores e gestores em graus de violência diversos.

Logo, as causas da crescente violência nas escolas são multifatoriais e por isso não será solucionada com fórmulas mágicas ou ações rasas (Souza, 2008). Passos (1996) nos esclarece que é necessário que o professor entenda todos os aspectos históricos, econômicos e culturais da sociedade, principalmente do seu aluno dentro do âmbito escolar. Sociedade e educação caminham juntas, uma necessita da outra para se sustentar, visto que todos nós precisamos de uma boa educação para nos relacionarmos.

Assim como foi necessário entender a influência dos aspectos sociais e as causas da violência escolar, também é importante compreender sobre a influência da relação família-professor-aluno neste mesmo contexto, assunto abordado no próximo capítulo.

RELAÇÃO FAMÍLIA-PROFESSOR-ALUNO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a educação é um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) trazem a fórmula mais adequada para o combate à violência nas escolas: o envolvimento dos alunos, de suas famílias e da comunidade, com sua integração cada vez maior ao ambiente escolar e participação efetiva no debate acerca dos problemas relacionados à escola e em sua solução.

Piaget (1994) afirma que até aos sete anos de idade da criança, a família é responsável pela educação afetiva-moral. Dentro desse pensamento, a família educa e a escola não deve desconsiderar as experiências diárias dos seus educandos.

Perin e Cordeiro (2002) apontam que a sociedade vive uma crise de valores morais e éticos, pode-se dizer que a família vive situações conflitantes, e por vezes interfere negativamente na formação dos conceitos ético-moral das crianças. Os autores Perin e Cordeiro (2002, p.13) afirmam que

A sociedade do séc. XXI vive um período de crise ética, que no Brasil está constantemente retratada principalmente no campo da política quando vêm à tona casos de corrupção, desvio de dinheiro públicos, má distribuição de renda e indiferença dos governantes à classe trabalhista, acentuando o desemprego e o subemprego. Crise econômica, o consumismo, a competição exacerbada no mercado de trabalho e os valores invertidos são os principais fatores de desagregação familiar.

A pesquisa de Silva (2010) assinala que o perfil familiar tem mudado, a estrutura de família, pai, mãe e filhos, já não é única, existem outros modelos familiares nos quais as crianças estão sendo educadas. O autor ainda aborda que se esse ambiente não for propício ao seu desenvolvimento, o ser humano poderá ter um comportamento alterado, gerando assim uma (in)disciplina na sua escolarização.

De acordo com Branden (1994), cabe ressaltar que a família deve estabelecer os princípios sociais e éticos no âmbito familiar. Para que ela possa apropriar desse conhecimento sociofamiliar, as relações entre pais e filhos devem ser pautadas em amor, respeito e diálogo. Sabe-se que na convivência harmoniosa os filhos vão perceber a segurança de seus pais, e sentir-se-ão competentes diante dos obstáculos. Branden (1994, p.37) ainda diz que:

A autoestima fortalece, dá energia e motivação. Ela nos inspira a obter resultados e nos permite sentir prazer e orgulho diante de nossas realizações. Ela nos abre a possibilidade de sentir satisfeito. Assim a criança aprende mais por experiência do que por erro, mais por prazer do que pelo sofrimento, mais pela experiência do que pela sugestão e a dissertação, e mais por sugestão do que por direção. Dia a dia a criança passa, a saber, um pouco mais do que você sabe, um pouco mais do que você pensa e entende. Aquilo que você sonha e crê é, na verdade o que essa criança está se tornando.

No decorrer da pesquisa de Silva (2010), constata-se o que é evidente na citação acima, pois a autoestima é essencial à vida do ser humano, sendo ela a grande responsável em fortalecer e motivar o indivíduo a buscar o seu ideal de vida. Por isso é que a família tenha uma postura positiva nas relações interpessoais, pois a criança em seu desenvolvimento irá absorver atitudes e hábitos do ambiente familiar.

Silva (2010) afirma que dentro de um relacionamento familiar saudável, a criança vai desenvolver uma postura consciente, mas se o ambiente não for construído com amor, respeito mútuo e diálogo, essa, sentirá dificuldades em seu desenvolvimento afetivo e moral, desencadeando atitudes e ações contrárias em seu processo sócio moral.

A autora ainda ressalta que a família ensina a viver em sociedade, é importante que as crianças sejam sociáveis e desenvolvam a socialização. Pode-se dizer que as boas maneiras vêm do convívio familiar e vão se fortificando nas

relações sociais na escola.

Para Rego (1995) a família é vista como o primeiro contexto de socialização, as ações das crianças são o reflexo das atitudes familiares, bem como a prática da criação e do educar. Esses exemplos familiares interferem na formação educacional e podem influenciar a (in)disciplina na vida da criança. A autora ainda diz que a formação educacional familiar, é importante e provoca um impacto no desenvolvimento cognitivo, afetivo-moral sobre o sujeito aluno.

Todavia, faz-se necessário que a escola continue este processo de socialização que a família começa em casa, daí surge a importância de uma boa relação família-professor-aluno. Segundo Paulo Freire (1987), a escola já não pode continuar ensinando somente a ler, escrever e repetir, já não pode adotar a postura de uma educação bancária, é necessário atuar na sociedade de forma global, na formação de cidadãos conscientes e, antes de tudo, solidários.

Freire (1980) chama nossa atenção para a comprovação de superioridade que está presente no contexto escolar, principalmente por parte dos educadores.

Dessa maneira, na visão do autor, infelizmente muitos educadores veem o aluno como um sujeito inserido em uma educação bancária, em que a criança ou o adolescente é visto como um sujeito sem luz e o professor como o detentor do conhecimento. Nessa concepção cunhada por Freire (1980), o professor coloca-se em uma posição de possuir todo saber, enquanto os alunos ficam condicionados a um silêncio absoluto.

O relacionamento em sala de aula não se constrói isolado, esse deve incluir os alunos nas discussões e tomadas de decisões. O autor ainda firma que somente ações coletivas e planejadas podem produzir alguma transformação significativa nas relações sociais e no sistema de ensino escolar (SILVA, 2010). No meio dos professores faz-se necessário buscar ações coletivas primeiramente no grupo docente. Pois quando a coletividade for realidade dentro da escola, as ações terão significado no relacionamento afetivo-moral entre educadores-educando e os demais funcionários na escola (SILVA, 2010). Desse modo,

A escola é grande aliada na luta contra a violência, seja ela a doméstica ou não, uma vez que proporciona às crianças e a seus pais instrumentos e habilidades para a negociação de conflitos, além de ter contato mais próximo com estudantes; assim, tem possibilidades para

perceber se alguma coisa não está bem na dinâmica familiar. Percebe-se, porém, que, na maioria dos casos, a escola, além de ter a violência arraigada em sua cultura, não utiliza parcerias, deixando crianças e adolescentes à mercê de novas agressões. Vários estudos indicam que um maior envolvimento familiar impacta positivamente no engajamento dos jovens nas atividades escolares (SANTOS; SOUZA, 2021, p. 4).

De acordo com Camargo (2022), para o enfrentamento da violência escolar, é importante a realização de um trabalho com a participação de outros profissionais, como psicólogos e assistentes sociais. Neste sentido, é sugerido que as escolas invistam em parcerias com equipes interdisciplinares da rede básica e intersetorial (educação, saúde, cultura, esporte, assistência social, segurança pública), para um trabalho junto às famílias, alunos e comunidade.

Nesse contexto, é preciso buscar estratégias nestas parcerias, como investir no fortalecimento dos vínculos, afetos e, sobretudo, no estímulo ao diálogo como recurso para uma convivência saudável. Escolas constituem-se como espaços privilegiados para debates sobre direitos humanos e combate à violência e não apenas para ensinar conteúdos acadêmicos (CAMARGO, 2022). Para complementar estas estratégias, segundo Rosa (2010), as famílias precisam estar atentas ao comportamento dos filhos dentro e fora da escola, relação com professores e colegas, cumprimento das atividades, respeito ao próximo, frequência às aulas, contato com a direção da escola e professores, vigiar amizades, é preciso estar a par da situação. Afinal, ainda de acordo com a autora, se a família se compromete com seu papel estará contribuindo com o bom andamento escolar do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado neste trabalho, entende-se que a violência se manifesta de diferentes formas no contexto escolar. Esta pesquisa possibilitou o estudo sobre a violência física e psicológica na escola, compreendendo seu conceito, os aspectos sociais e suas causas, bem como o papel da família e escola/professor nesse contexto.

Tendo em vista o objetivo geral proposto, a violência escolar causa uma série de impactos na vida social e acadêmica dos alunos, podendo ocasionar baixa autoestima, estresse, ansiedade e perda de interesse pelas atividades escolares.

Os alunos que vivenciam a violência escolar demonstram desinteresse pelas aulas, desenvolvendo comportamentos antissociais, gerando alto índice de repetência e evasão escolar, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem e, portanto, dificultando a inserção no mercado de trabalho.

Nota-se que a violência psicológica, se comparada à física, demora mais para apresentar sinais, dificultando que outras pessoas identifiquem o problema, sendo que muitos podem considerar apenas brincadeira ou frescura. Os alunos afetados pela violência têm grandes riscos de desenvolver graves problemas psicológicos, como depressão, transtorno do pânico e até ideação suicida.

Embora este trabalho busque compreender o impacto da violência nos alunos, vale ressaltar que o desempenho profissional e a qualidade de vida dos professores também podem ser afetados pela vivência escolar. É frequente desenvolver transtornos mentais comuns, apresentando prejuízos nas atividades como educador, bem como o desenvolvimento da Síndrome de Burnout.

Faz-se necessário que a instituição escolar conheça as potencialidades de cada aluno e professor, a fim de possibilitar o desenvolvimento de sua identidade e autonomia. Juntamente à comunidade escolar, repensar seus papéis e proporem estratégias para minimizar a violência na escola.

Espera-se, portanto, que as informações presentes neste trabalho tenham contribuído aos leitores para o entendimento dos impactos desta forma de violência. Por conseguinte, sustentamos a necessidade de pesquisas futuras sobre a violência em âmbito escolar, principalmente, sobre a necessidade da atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das Escolas**: entre violências. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2006.

_____. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESC, 2002.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas escolas** (Versão resumida). Brasília: Unesco, 2003.

ARAÚJO, U. F.; GARCIA, J. R. Violência escolar: concepções e formas de enfrentamento. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 418-429, 2019.

ARRÚA, A. L. A. et al. Violência escolar. **Psicologia & Saberes**, v. 8, n. 10, Maceió, 2019.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Vitimação e vitimização: questões conceituais**. São Paulo: Iglu, 1989.

BARBIERI, B. C.; SANTOS, N. E.; AVELINOS, W. F. Violência escolar: uma percepção social. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 7, Rio de Janeiro, 2021.

BARBOSA, J. C. et al. **A violência escolar: diagnóstico e propostas de solução**. Brasília: ICPD; CEUB, 2021, 108 p. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15597/1/Ebook%20Viol%C3%Aancia%20Escolar.pdf>> Acesso em: 10 maio 2023.

BRANDEN, N. **O poder da auto-estima**. 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL.

_____. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente e de outras providências. BRASIL.

CAMARGO, N. T. et al. Representações sociais dos impactos da violência escolar no trabalho docente. **REFACS**, v. 10, n. 3, Uberada, 2022. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/5639/6305>> Acesso em: 15 maio 2023.

COLOMBIER, C.; MANGEL, G.; PERDRIault, M. **A violência na escola**. São Paulo: Summus, 1989.

DEBARBIEUX, E. **Violência nas escolas e políticas públicas**. DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (orgs.), Brasília: UNESCO, 2001.

DUARTE, M. M. A violência na escola. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 5-23, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n13/n13a02.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010, 2222 p.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARCHETTO, G. L. A. **Educação para a paz: um caminho necessário**. São Paulo: Paulinas, 2009.

MARTINS, J. A. Educação e fracasso escolar: algumas reflexões. **Cadernos de Pesquisa**, v. 107, 173-190, 1999.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **A violência na escola: a violência na contemporaneidade e seus reflexos na escola**. Canoas: ULBRA, 2000.

PASSOS, L. F. **A indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados**. 4^o. ed. São Paulo: Summus, 1996.

PERALVA, A. **Democracia, violência e modernização por baixo**. São Paulo: Cedec, 1997.

Perin, E. S.; CORDEIRO, M. V. C. **A indisciplina na escola do Século XXI**. Ponta Grossa, 2002.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. (Tradução: Elzon Lenardon) São Paulo: Summus, 4^a ed, 1994.

REGO, T. C. R. **Vygostky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 2^aed, Petrópolis: Vozes, 1995.

ROSA, M. J. A. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. **GEPIADDE**, v. 8, Itabaiana, 2010. Disponível em:

<<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1785/1574>> Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, J. C. **A violência psicológica entre professor e aluno**. Salvador, 2008, 38 p. Monografia (curso de Pedagogia), Universidade Federal da Bahia. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32638/1/JAQUELINE%20CORREIA%20DOS%20SANTOS.pdf>> Acesso em 10 maio 2023.

SANTOS, D. O.; SOUZA, J. C. S. Educação como prevenção à violência. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 22, 2021.

SILVA, C. G. P. **Indisciplina Escolar: relacionamento docente-discente no desenvolvimento afetivo-moral nas séries iniciais**. Pesquisa apresentada ao Centro Universitário Metodista, Belo Horizonte, 2010.

SOUZA, M. R. Violência nas escolas: causas e consequências. **Caderno Discente do Instituto Superior de Educação**, Aparecida de Goiânia, p. 119-135, 2008.

TOMKIEWICZ, S. J. Crianças em risco: Abuso físico e negligência. In:

BERTERO, G. E.; PIRES, S. M. (org.). **Crianças e adolescentes em risco:** Uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 307-327.

TOSI, M. R. **Didática geral:** um olhar para o futuro. 2ª ed. São Paulo, Editora Alínea, 2001.

MULTIVIX

SERRA